

1



**JORDANA DE SOUZA SANTOS**

**A atuação das tendências políticas no Movimento Estudantil da  
Universidade de São Paulo (USP) no contexto da Ditadura  
Militar dos anos 70.**

APOIO



**JORDANA DE SOUZA SANTOS**

**A atuação das tendências políticas no Movimento Estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da Ditadura Militar dos anos 70.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista / UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre.

**Área de concentração:** Ciência Política

**Orientador:** Prof. Dr. Marcos Del Roio

**Linha de pesquisa:** Trabalho e Sociabilidade

Marília – SP  
2010

**Santos, Jordana de Souza.**

S237a

A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70 / Jordana de Souza Santos – Marília, 2010.

**112 f. ; 30 cm.**

**Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –  
Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual  
Paulista, Marília, 2010.**

**Bibliografia: f. 106-112**

**Orientador: Marcos Del Roio**

1. Movimento Estudantil. 2. Ditadura Militar. 3. Liberdades Democráticas. 4. Práxis Estudantil. I. Autor. II. Título.

CDD: 301.24

**JORDANA DE SOUZA SANTOS**

**A atuação das tendências políticas no Movimento Estudantil  
da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da Ditadura  
Militar dos anos 70.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP/ Marília-SP,  
para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof. Dr. Marcos Del Roio  
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas  
Universidade Estadual Paulista – UNESP

---

Titular: Dra. Fátima Cabral  
Departamento de Sociologia e Antropologia  
Universidade Estadual Paulista – UNESP

---

Titular: Prof. Dr. Marcelo Ridenti  
Departamento de Sociologia  
Universidade de Campinas – UNICAMP

Marília, 30 de setembro de 2010

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo o estudo do Movimento Estudantil (ME) paulista nos anos de 1970. Pretende-se analisar os ideais teórico-políticos presentes no ME, buscando compreender e relacionar esses ideais com as ações de combate à ditadura militar praticadas pelos estudantes. Para tanto, é necessário identificar quais as organizações políticas que atuavam no ME da época e analisar suas concepções teóricas sobre como deveria ser conduzida a luta contra o regime militar. Os anos 70, para o ME, foi um período de reorganização em que a luta específica estudantil, bem como a luta pela democratização, teve grande destaque. O cenário político foi marcado pela repressão intensa sobre aqueles que se opunham ao governo, de modo que as organizações clandestinas que optaram pela luta armada passaram a rever suas ações que não redundavam em qualquer sucesso. Assim, elencamos para o nosso estudo três tendências que mais se destacaram pela sua visibilidade no ME da USP nos anos 70: *Refazendo*, *Caminhando* e *Liberdade e Luta*. Através da análise da concepção teórica destes grupos políticos e de seus vínculos extra-universidade, pretende-se entender os encontros e congressos de estudantes realizados no período, verificando a participação destas tendências e sua influência teórica. A proposta final desta pesquisa é relacionar a atuação das tendências, a conjuntura da década e as ações estudantis para se compreender os momentos de reorganização e refluxo do ME. Importante ressaltar também a questão da práxis estudantil, efetuada em consonância com a visão do estudante sobre o seu papel na sociedade enquanto agente político e suas considerações sobre seu ambiente de atuação: a universidade.

**Palavras-chave:** Movimento Estudantil. Ditadura Militar. Liberdades Democráticas. Práxis Estudantil.

## ABSTRACT

This paper objective is to study the Student Movement in Sao Paulo State in 1970. It intends to analyze the theoretical and political ideal present in the Student Movement, trying to understand and to relate those ideals to the actions practiced by students against the military dictatorship. Therefore, it is necessary to identify which political organizations operated in the Student Movement of the time and analyze their theoretical conceptions about how it should be taking the fight against the military regime. The 70's, for the Student Movement, was a period of reorganization in which the student specific struggle, and the struggle for democratization, was prominently featured. The political scenery was marked by severe repression of those opposed to the government, so the clandestine organizations that have opted for armed struggle began to revise their actions that have not resulted in any success. Thus, our study cast for the three trends that stood out for its visibility in the Student Movement of the University of São Paulo in the 70's: *Remaking, Walking and Freedom and Fight*. Through the analysis of the theoretical concept of these political groups and their ties outside the university, aims to understand the meetings and conferences for students in the period, verifying the involvement of these theoretical trends and their influence. The great purpose of this research is to relate the performance of the trends, the decade situation and the student actions to understand the moments of reflux and reorganization of the Student Movement. It is also important to highlight the students *práxis*, performed according to the vision of the students about its role in society as a political agent and his consideration about its environment of practice: the university.

**Keywords:** Student Movement. Military Dictatorship. Democratic Freedoms. Student Práxis.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ABI:** Associação Brasileira de Imprensa

**AI-5:** Ato Institucional nº5

**ALN:** Ação Libertadora Nacional

**AP:** Ação Popular

**APML:** Ação Popular Marxista Leninista

**CA:** Centro Acadêmico

**CCA:** Conselho de Centros Acadêmicos

**CDDP:** Comitê de Defesa dos Presos Políticos

**CGT:** Comando Geral dos Trabalhadores

**CNBB:** Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

**CPC:** Centro Popular de Cultura

**DEOPS:** Departamento de Ordem Política e Social

**DCE:** Diretório Central dos Estudantes

**DI:** Dissidências Estudantis

**DI-GB:** Dissidência da Guanabara

**DI-SP:** Dissidência Estudantil de São Paulo

**DNE:** Diretório Nacional do Estudante

**DOI-CODI:** Destacamento de Operações de Informações – Centros de Operações e Defesa Interna

**EUA:** Estados Unidos da América

**FMI:** Fundo Monetário Internacional

**GER:** Grupos de Estudos Revolucionários

**MCI:** Movimento Comunista Internacional

**MDB:** Movimento Democrático Brasileiro

**ME:** Movimento Estudantil

**MEP:** Movimento para Emancipação do Proletariado

**MOLIPO:** Movimento de Libertação Nacional

**MR-8:** Movimento Revolucionário 8 de outubro

**OAB:** Organização dos Advogados do Brasil

**OBAN:** Operação Bandeirantes

**OEA:** Organização dos Estados Americanos

**OSI:** Organização Socialista Internacionalista

**PCB:** Partido Comunista Brasileiro

**PCBR: Partido Comunista Brasileiro Revolucionário**

**PC DO B: Partido Comunista do Brasil**

**PCR: Partido Comunista Revolucionário**

**PCUS: Partido Comunista da União Soviética**

**POLOP: Política Operária**

**PST: Partido Socialista dos Trabalhadores**

**PTB: Partido Trabalhista Brasileiro**

**UEE-SP: União Estadual dos Estudantes de São Paulo**

**UNE: União Nacional dos Estudantes**

**URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas**

**USP: Universidade de São Paulo**

**VAR-PALMARES: Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares**

**VPR: Vanguarda Popular Revolucionária**



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1: O ME E A DITADURA MILITAR.....</b>	<b>14</b>
1. Anos 70: os “anos de chumbo” e a resistência civil e partidária.....	14
2. A reorganização do ME a partir da USP.....	31
3. A Greve da ECA e a morte de Vlado.....	40
<b>CAPÍTULO 2: O ME E AS TENDÊNCIAS POLÍTICAS.....</b>	<b>43</b>
1. O ME sob comando das tendências políticas: a recriação do DCE da USP.....	43
2. A disputa pelo ME.....	46
3. Os Encontros Nacionais de Estudantes.....	56
<b>CAPÍTULO 3: O ME E A INTENSIFICAÇÃO DA REPRESSÃO.....</b>	<b>62</b>
1. 1977: a radicalização do ME.....	62
2. O Terceiro Dia Nacional de Luta e o caso da UNB.....	65
3. O III ENE.....	67
4. A invasão da PUC.....	73
5. A reconstrução da UEE-SP e da UNE.....	75
<b>CAPÍTULO 4: O ME E A PRÁXIS ESTUDANTIL.....</b>	<b>83</b>
1. O papel da universidade.....	83
2. A universidade e a origem de classe dos estudantes.....	86
3. A luta específica e a democratização da universidade.....	90
4. As manifestações culturais como manifestações políticas.....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS.....</b>	<b>106</b>
<b>OUTRAS FONTES.....</b>	<b>109</b>
<b>DOCUMENTOS ESTUDANTIS.....</b>	<b>109</b>
<b>ENTREVISTAS.....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado da pesquisa iniciada durante a graduação em que foram analisadas as principais idéias e divergências entre a Ação Popular (AP) e as Dissidências Comunistas Estudantis (DIs) que atuavam no Movimento Estudantil (ME) paulista nos anos 60. O propósito desta pesquisa era averiguar as propostas de cada grupo político para o ME, verificando se as divergências políticas e de táticas de luta, bem como, as disputas pela presidência da UNE se firmaram como obstáculo ao enfrentamento estudantil ao regime militar.

A pesquisa desenvolvida durante o Mestrado e apresentada nesta dissertação reflete a continuidade do trabalho anterior. O estudo do ME da USP no período da Ditadura Militar, especificamente nos anos 70, e das tendências Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta<sup>1</sup> tem como objetivo analisar de que forma as concepções políticas das tendências influenciaram as ações dos estudantes (a práxis estudantil) e suas formulações sobre a conjuntura brasileira<sup>2</sup>. A escolha de Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta entre tantas outras tendências se deve à maior expressão que essas tinham no ME uspiano e por estarem vinculadas aos partidos políticos mais atuantes nos anos 70. O ME paulista tinha na USP o seu maior grau de mobilização visto que esta universidade sempre se caracterizou como um centro de lutas estudantis, tornando-se umas das primeiras universidades a retomar as manifestações na década de 70 contra o regime militar.

O avanço desta pesquisa em relação ao trabalho anterior deriva da complexidade em se abordar o ME da década de 70. A intensificação da repressão nos primeiros anos da década, o recuo do ME após o fracasso do Congresso de Ibiúna em 1968, o medo e a desarticulação política de uma geração de universitários envolvidos pelo clima da indústria cultural, o novo padrão de consumo inaugurado pelo “milagre econômico”, o fracasso da luta armada e a revisão feita pela Esquerda sobre suas formas de luta caracterizaram a década de 70 de maneira peculiar. A particularidade dos anos 70, com respeito ao ME, reside na dificuldade em se identificar a autoria de muitos

---

1 De acordo com os depoimentos de ex-militantes ao Projeto Memória do Movimento Estudantil ([www.mme.org.br](http://www.mme.org.br)) na USP, na Escola de Comunicação e Artes (ECA), na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), na Escola Politécnica (POLI) e no curso de Economia a tendência mais expressiva era Libelu. Refazendo tinha maior influência na Escola de Engenharia de São Carlos, entre os cursos de Geografia, História, Ciências Sociais, Física e Matemática em São Paulo. Caminhando, que tinha o menor número de militantes, era mais expressiva na Faculdade de Medicina e nas Ciências Sociais.

2 Foi realizada pesquisa de documentos estudantis do período nos arquivos do Cedem (Centro de Documentação da Unesp) e no AEL (Arquivo Edgar Leuenroth – Unicamp), bem como, entrevistas com ex-militantes. Muitos documentos não dispunham de data nem autoria, o que tornou a análise mais cuidadosa. Nesta dissertação, o objetivo principal é verificar os posicionamentos das tendências e as formas de luta para o ME. Neste sentido, foram privilegiados os documentos estudantis em vez dos documentos dos partidos propriamente.

documentos estudantis devido à situação de clandestinidade em que se encontravam os partidos e organizações de esquerda vinculados às tendências estudantis. Outra característica particular ao ME nestes anos se relaciona aos períodos de ascensão e refluxo da luta estudantil.

Em meio à desarticulação política do ME as tendências surgiram como um canal por onde se daria a reorganização estudantil, pois contribuíram intensamente para a conscientização dos estudantes sobre a necessidade de se retomar a luta antiditatorial. Para isso, foram desenvolvidas diversas atividades, desde grupos de estudos em que eram discutidos textos de Marx, Lenin, Trotsky entre outros, às peças teatrais, grupos de literatura e atividades esportivas. Qualquer atividade que conseguisse agregar a massa estudantil era tida como uma atividade política por onde se daria a conscientização dos estudantes. Nesse sentido, as manifestações culturais, por exemplo, eram imbuídas de discussões políticas levadas pelo teatro e pela música. O espaço dos Centros Acadêmicos e dos Diretórios “extintos” era onde se davam essas atividades dentro das universidades, único local que a repressão ainda atingia de forma mais branda. Por isso, a reconstrução das entidades foi a luta que verdadeiramente reorganizou o ME, pois havia o entendimento que somente as entidades poderiam aglutinar os estudantes de todas as escolas e faculdades unificando a luta estudantil em nível nacional.

O retorno da mobilização estudantil na USP se deu em 1973 com os protestos pela morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme e com a criação dos Comitês de Defesa dos Presos Políticos (CDDP). Em 1975 o assassinato do jornalista Vladimir Herzog repercutiu entre os movimentos sociais das camadas intermediárias ligados à Igreja Católica e ao CDDP, bem como, entre os estudantes. No mesmo ano a Greve da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP representou um marco para a mobilização estudantil, pois foi nesta greve que as tendências políticas surgiram e se expandiram entre os estudantes, culminando no ano seguinte na reconstrução do DCE-Livre da USP.

A reconstrução do DCE-Livre da USP marcou um momento de ascensão da mobilização estudantil e a forte presença das tendências Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta que concorreram às primeiras eleições para diretoria da entidade. O DCE-Livre da USP foi a primeira entidade estudantil a ser reconstruída e reforçou a luta pela reconstrução das entidades em todas as universidades. Através do DCE as tendências veiculavam suas concepções políticas a fim de conduzir a luta estudantil. Porém, devido à pluralidade de ideais, as divergências entre as tendências se aguçavam, causando um afastamento entre a vanguarda e a massa estudantil.

O ano de 1977 foi o auge das manifestações estudantis. Os Dias Nacionais de Luta pela anistia e pelas liberdades democráticas ocorridos em diversos Estados do país e os Encontros Nacionais de Estudantes (ENE) tomaram grandes proporções ao ponto de desencadearem uma forte repressão ao ME, o que não acontecia desde 1968. O acontecimento mais emblemático da repressão

contra o ME foi a invasão da PUC-SP onde acontecia um Ato Público em comemoração às resoluções tiradas no III ENE que havia se realizado secretamente. A ação policial depredou a Universidade Católica atingindo brutalmente funcionários, professores e principalmente os estudantes que se encontravam no local.

Em 1978 foram realizadas as eleições para a diretoria da UEE-SP, sendo que Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta formavam as principais chapas concorrentes. Em 1979 se realizou na cidade de Salvador (BA) o Congresso de reconstrução da UNE consagrando a reorganização política do ME.

Os principais acontecimentos envolvendo os estudantes do Estado de São Paulo, especialmente os estudantes da USP, nos anos 70 serão relatados nesta dissertação em quatro capítulos. O Primeiro Capítulo faz uma análise conjuntural, contextualizando a Ditadura Militar nos anos 70. Em seguida, a análise se desloca para a compreensão do que representava a USP enquanto centro de excelência da educação superior paulista e nacional, explicitando como a Universidade foi ganhando contornos críticos através dos movimentos de professores e alunos por um ensino de qualidade, que abordasse a realidade do povo brasileiro. Este movimento por uma Universidade Crítica teve seu ápice nos anos 60 com o avanço do ME cuja luta pela Reforma Universitária era a principal reivindicação. A análise sobre o desenvolvimento da luta estudantil na USP desemboca nos anos 70, evidenciando a atuação dos grupos políticos pela reorganização do ME. Este período de rearticulação política é acompanhado até sua concretização com a Greve da ECA em 1975, demonstrando que a atuação das tendências foi peça-chave para que ME retomasse sua mobilização.

No Segundo Capítulo é retratada a trajetória das tendências Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta no ME uspiano, destacando a recriação do DCE-Livre da USP e as disputas pela liderança do movimento. As diferenças teórico-políticas entre as tendências propunham o desenvolvimento de formas de luta diversas que causavam uma não-unidade na luta estudantil. Entretanto, mesmo com essas divergências entre os variados grupos políticos, o ME avançou em termos de mobilização com a realização dos Encontros Nacionais de Estudantes.

O Terceiro Capítulo expõe os acontecimentos do ano de 1977, dando destaque para radicalização do ME em âmbito nacional. Os Dias Nacionais de Luta contribuíram significativamente para a retomada das manifestações públicas estudantis. Também neste capítulo são relatados os Congressos de reconstrução da UEE-SP e da UNE, evidenciando novamente as propostas das tendências.

No quarto e último capítulo são analisadas as formas que a práxis estudantil assumiu de acordo com os ideais das tendências. O ME deveria assumir um papel revolucionário e lutar pela transformação da sociedade. A Universidade era o meio pelo qual os estudantes atuavam politicamente. A transformação da Universidade estaria ligada à transformação da sociedade,

portanto, se as tendências pregavam a revolução socialista o ME necessariamente assumiria os contornos desta luta, preconizando a abertura da Universidade a todas as classes sociais, bem como, um ensino desvinculado da ideologia da classe dominante. O papel dos estudantes no processo revolucionário era o de intelectuais de massa, responsáveis pela educação das massas. A luta específica estudantil proporcionaria aos estudantes a conscientização sobre a transformação da Universidade através da transformação da sociedade, pois as melhoras nas condições de ensino só seriam alcançadas numa nova sociedade. A práxis estudantil, tendo como base a luta em torno da Universidade, tinha nas manifestações culturais uma forma alternativa de práxis política. Se, num primeiro momento, havia a necessidade de se pensar em novas formas de reorganização do ME que não às manifestações de rua e a denúncia direta da política opressora da Ditadura Militar, as atividades culturais e esportivas se mostraram como o meio mais eficaz de se fazer política para reorganização e conscientização do ME.

Nas Considerações Finais a autora relaciona os acontecimentos do ano de 1968 com as formas de luta desenvolvidas pelas organizações e partidos políticos nos anos 70. Analisa também as causas do aparente recuo da mobilização do ME em fins de 1979.

## CAPÍTULO 1: O ME E A DITADURA MILITAR

### 1. Anos 70: os “anos de chumbo”

A década de 70 iniciou-se com o governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), início também do período mais repressivo do regime. Segundo Lafórgia (1988), durante o Governo Médici se produziu o maior número de assassinatos de todos os governos militares contabilizando 119 mortes. Médici integrava a corrente “linha dura” do regime militar que apoiava a prisão, a tortura e a perseguição aos considerados “subversivos”, com base na Lei de Segurança Nacional. Foram criados durante o Governo Médici a OBAN (Operação Bandeirantes) e os DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centros de Operações e Defesa Interna), centros de repressão que atuaram de forma significativa contra os movimentos sociais e a esquerda em geral<sup>3</sup>. O AI-5, promulgado em 1968, amparava a política da ditadura militar, garantindo-lhe o controle sob diversas instâncias<sup>4</sup>. Maciel (2004, p. 70) apreende de forma sucinta o significado dos primeiros anos da década de 70 para a sociedade.

[...] esse foi o período em que definitivamente a representação política foi subordinada à representação burocrática, graças a um processo de repressão dos aparelhos privados de hegemonia, que possuíam uma perspectiva contra-hegemônica (oposição popular), e de controle vigilante sobre os aparelhos hegemônicos (oposição burguesa), domesticando o conflito político e inviabilizando o surgimento de qualquer projeto político alternativo ao Estado autoritário no interior das classes dominantes. Estas viveram um período de acomodação sob a supremacia do capital monopolista, impulsionada pela dinâmica expansionista do “milagre brasileiro” e pela derrota política da perspectiva liberal conservadora. Essa acomodação foi ainda mais potencializada pelo combate do governo à esquerda armada, justificando a inviabilidade de qualquer intenção

---

<sup>3</sup>Para maiores detalhes sobre o Governo Médici e sobre a divisão entre militares “linha dura” e “moderados” ver MACIEL, D. *A Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)* – São Paulo: Xamã, 2004 e MARTINS FILHO, J. R. *O Palácio e a Caserna* – São Paulo: Edufscar, 1996.

<sup>4</sup> O Ato Institucional número 5 (AI-5) consolidou o fim das liberdades políticas e individuais, intensificando a repressão àqueles que se opunham ao regime. “O AI-5 inaugurou uma nova fase no processo de institucionalização da ordem autoritária e de aprofundamento da autocracia burguesa, que se estenderia até a posse de Médici. Entre suas principais medidas, o AI-5 concedia ao presidente da República o poder de decretar o recesso do Legislativo em todos os seu níveis (federal, estadual e municipal), de decretar intervenção federal nos governos estaduais e municipais, de cassar mandatos e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos, além de abolir o direito de *habeas corpus* para os acusados de crimes contra a segurança nacional” (MACIEL, 2004 p. 64)

liberalizante praticamente comprando o apoio das diversas frações das classes dominantes.

No contexto da política do governo militar, o AI-5 aparecia como uma medida que visava não apenas conter o avanço dos movimentos sociais e do comunismo por meio de uma intensificação da repressão. Diante da cizânia que se formava na caserna ocasionada principalmente pelas divergências políticas entre militares da “linha dura” e “moderados” e da oposição dos políticos civis que anteriormente haviam apoiado o golpe, mas que queriam o retorno de suas candidaturas, o AI-5 tinha o objetivo de fortalecer a militarização do Estado e impedir que tanto o reclamo dos políticos civis pela volta das candidaturas quanto o avanço dos movimentos de oposição pudessem comprometer os governos militares<sup>5</sup>.

O AI-5 abriu as portas para que uma onda repressiva fosse desencadeada contra os opositores do regime cujas manifestações atingiram o ápice no ano de 1968. Estas manifestações ocorridas em diversos cantos do mundo, lideradas principalmente por jovens e estudantes, representavam uma crítica à ordem vigente, propondo uma nova cultura e uma nova forma de se fazer e pensar a política, exaltando a luta pela libertação dos povos do Terceiro Mundo, como no Vietnã e na Argélia, e as reivindicações dos movimentos das minorias sociais (negros, homossexuais, mulheres). Na França, o “maio de 68” foi marcado por greves operárias e estudantis. Nos EUA, México e em diversos países dos continentes africano, asiático e latino-americano houve manifestações de estudantes e jovens. O movimento negro norte-americano liderado por Martin Luther King e a contracultura expressa no movimento hippie tiveram grande destaque nas manifestações de 1968. A vitória das revoluções cubana e chinesa fez com que o foquismo e o maoísmo ganhassem espaço entre as organizações de esquerda que optariam pela luta armada<sup>6</sup>.

No ano de 1968 tiveram destaque as greves operárias de Osasco (SP) e Contagem (MG) e as lutas estudantis espalhadas por todo país, principalmente as manifestações localizadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em fins de outubro de 1968, o desmantelamento do XXX Congresso da UNE em Ibiúna (SP) marcaria o refluxo do ME. Aproximadamente 800 pessoas foram presas, entre eles, os principais líderes estudantis Luís Travassos, Vladimir Palmeira e José

---

5 A Frente Ampla liderada por Carlos Lacerda foi formada com o objetivo de rearticular os líderes políticos marginalizados pelo regime. Tinha apoio do empresariado, reivindicando a retomada do desenvolvimento econômico. Ver MARTINS FILHO, J. R. *O Palácio e a Caserna* – São Paulo: Edufscar, 1996.

6 O foquismo cubano ou guevarismo versava sobre a prática guerrilheira em que deveria ser implantado um foco no campo a fim de desenvolver treinamento militar e a educação revolucionária da população para que aderisse à revolução. O maoísmo chinês também colocava a luta guerrilheira como a única forma de se lutar contra um governo militarizado e exaltava o papel revolucionário dos camponeses.

Dirceu. O evento padecia porque os estudantes foram surpreendidos quando a polícia invadiu o local. O ME não tinha a dimensão de que a ditadura estava se articulando em torno de uma intensificação da repressão. O movimento operário caminhava para o mesmo rumo que os estudantes, isto é, a desarticulação.

A perseguição e a repressão da ditadura se abateram principalmente sobre as organizações que se tornaram clandestinas. Uma verdadeira “caça às bruxas” foi feita pela polícia do governo Médici. Se aos estudantes e demais militantes era difícil agir sob uma política que censurava a liberdade política e de expressão e que tentava conter os canais de representação destes movimentos, a partir de 1969 tornou-se impossível sair às ruas sem ser preso. Por isso, a alternativa encontrada fora a clandestinidade e a luta armada. Já não era possível combater o regime sem pegar em armas. E como a maioria dos quadros das organizações neste período era composta de estudantes, temos uma grande participação deles nas ações armadas ou fazendo propaganda da guerrilha nas universidades.

Apesar das derrotas que a esquerda e os movimentos sociais haviam sofrido desde o AI-5, as organizações armadas se arriscaram na tentativa de dar início à guerrilha. ALN (Ação Libertadora Nacional), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro), PC do B (Partido Comunista do Brasil) e VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares) foram algumas destas organizações que promoveram a resistência armada. A ALN e o MR-8 participaram do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick em 1969. A ALN também realizou outras táticas de guerrilha urbana como saques a bancos para financiar a própria organização e o treinamento dos seus militantes. A VPR e o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) também promoveram seqüestros de políticos estrangeiros.

Em abril de 1972 foi deflagrada a Guerrilha do Araguaia no Estado do Pará por iniciativa do PC do B que desde 1969 estava articulando a preparação da guerrilha na região. Sob influência do maoísmo chinês, o PC do B tinha como objetivo a guerrilha rural num esquema de guerra popular e prolongada; popular porque teria a participação da população camponesa, e prolongada devido às características do país que necessitava ser avaliada, apreendida, devido à preparação militar e estratégica dos guerrilheiros, dos camponeses. Os ideais do PC do B que serviam de orientação para a guerrilha estavam presentes no documento “Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil” de 1969. O documento elencava nove pontos a serem seguidos no encaminhamento da revolução a partir do campo. Moraes e Silva (2005, p.35) descrevem estes pontos.

1) A luta armada terá cunho eminentemente popular. Não poderá ser dirigida pela burguesia. Será uma guerra do povo.



- 2) O terreno no qual se desenvolverá a guerra popular será fundamentalmente o interior.
- 3) A guerra de libertação do povo brasileiro será prolongada..
- 4) A guerra popular exigirá grandes recursos humanos e materiais. O povo fará sua guerra apoiado, principalmente nas próprias forças.
- 5) A guerra de guerrilha será a forma principal de luta na fase inicial da guerra popular, sintetizada por Mao Tse Tung: “Quando o inimigo avança, recuamos; quando pára, o fustigamos; quando cansa, o atacamos; quando se retira, o perseguimos.”
- 6) Será indispensável constituir o exército popular. Mao Tse Tung ensina: “Sem um exército popular, não haverá nada para o povo.”
- 7) Para o sucesso da guerra popular é vital a construção de bases de apoio no campo.
- 8) Para acumular forças e adquirir poderio, os combatentes do povo, na primeira fase da guerra popular, terão de desenvolver sua luta no quadro da defensiva estratégica.
- 9) A guerra popular deverá guiar-se por uma política correta.

A Guerrilha do Araguaia num primeiro momento pareceu vitoriosa, pois a intervenção do Exército não era suficiente a ponto de desmobilizar ou deter os guerrilheiros. Houve três campanhas do Exército contra os guerrilheiros, sendo as duas primeiras derrotadas.

A guerrilha constituía uma ameaça à ditadura porque conseguiu mobilizar alguns camponeses da região, iniciando assim um processo de educação política dessa população. Foi um movimento político de grande importância e que por isso, sofreu violenta repressão por meios que até hoje permanecem obscuros.<sup>7</sup> Para combater a guerrilha, a ditadura repreendeu a população rural que estava ao lado dos guerrilheiros. Esta iniciativa tinha por objetivo provocar medo e afastá-los dos combatentes.<sup>8</sup>

No desencadeamento da guerrilha o PC do B contou com quadros vindos do ME, como José Genoíno, que era do movimento estudantil do Estado do Ceará. A maioria dos guerrilheiros era de outros Estados, eram conhecidos como “os paulistas” e vinham desde o movimento operário até as fileiras do partido e do movimento estudantil.

Em 1976, o PC do B sofrera outro golpe que ficou conhecido como o “Massacre da Lapa”. Neste episódio, a polícia invadiu a casa onde se realizava reunião de alguns membros do Comitê Central do partido, realizando prisões. Ângelo Arroyo e Pedro Pomar foram mortos. Nesta reunião, estavam sendo discutidos os erros, os saldos positivos e negativos da Guerrilha do Araguaia quando levantou-se uma questão importante: até que ponto no Brasil a esquerda estava

---

<sup>7</sup> A pressão da sociedade e das famílias dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura para que os arquivos do período sejam revelados fez com que muitos avanços tenham sido obtidos. Fotos e alguns documentos da Guerrilha do Araguaia têm sido publicados.

<sup>8</sup> A primeira referência pública sobre a guerrilha foi feita em 15 de março de 1975 pelo presidente Ernesto Geisel. (SKIDMORE, 1988)

realmente preparada para a luta armada? A posição de Arroyo, que também era crítico do foquismo, quanto à guerrilha é descrita por Moraes e Silva (2005, p. 501).

A formação de destacamento revolucionário sem a prévia conscientização da população quanto aos objetivos do movimento guardava muitas semelhanças com os fracassos de Ernesto Che Guevara no Congo e na Bolívia, depois da vitória em Cuba. [...] Os problemas identificados por Arroyo decorriam de falhas militares, como deficiências no armamento e falta de refúgio seguro para emergências.

Ao contrário das demais organizações armadas, o PC do B resistiu à repressão dos anos 70, pois ganhou força quando a maioria dos quadros da AP incorporou-se ao partido trazendo consigo muitos militantes do ME.<sup>9</sup>

Também o PCB, que não investiu na luta armada, tornou-se alvo específico da repressão que atingiu gravemente sua direção nacional por volta de 1975.

A dinâmica abrangente da repressão atingiu também o movimento operário. O trabalho de organização iniciado em 1966, que levou ao ascenso do movimento em 1968, teve seus setores de vanguarda violentamente extirpados, mas pôde-se manter nos anos de 1969 a 1971, com a ocorrência de algumas greves e paralisações, apesar de toda a sua debilidade. No entanto, a partir de 1971, este trabalho também foi desmantelado, atingindo não só movimento sindical propriamente dito, mas as organizações de esquerda que tinham presença em seu interior. (MACIEL, 2004 p. 75).

Apesar deste clima de terror, da situação de exploração cada vez mais aguda das classes subalternas e do caráter entreguista da política governamental que seguia as premissas norte-americanas, seja para economia ou para educação, a maioria da população encontrava-se desinformada do que realmente acontecia na vida social do País. Isto graças às medidas tomadas por Médici que consistiam numa propaganda positiva de seu governo, bem como das supostas melhorias realizadas pelo regime militar.

O maior feito no plano econômico do governo Médici foi o “milagre brasileiro”, que consistiu na consolidação de um novo padrão de acumulação brasileiro, o que proporcionou

---

<sup>9</sup> A AP, derivada da JUC (Juventude Universitária Católica), formou-se em 1962 e representava um movimento alternativo em relação à sua predecessora, adotando do chamado socialismo humanismo. Com a ascensão dos ideais foquistas, a AP mudou sua linha política. Por fim, ao aderir ao maoísmo, a organizações aproximou-se do PC do B. Houve uma incorporação de parte dos militantes da AP ao PC do B. Porém, não era consenso entre os militantes da AP esta incorporação, o que resultou num “racha” na organização. Os militantes dissidentes continuaram com a organização, denominada de Ação Popular Marxista Leninista (APML). Ver DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da AP no Paraná – 1962/1973*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis e ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo, Alfa-Omega, 1984.

crescimento econômico. Segundo Silva (2003), o crescimento econômico chegou a atingir taxas anuais de 11%, sendo noticiado fora do país, principalmente nos EUA, que eram os maiores investidores. O “milagre” consagrou o então Ministro da Fazenda Delfim Neto.

Se a repressão era objeto de graves objeções do governo Médici na opinião internacional, o *boom* econômico era o seu maior trunfo. Observadores tanto brasileiros quanto estrangeiros concordavam que o rápido crescimento estava “legitimando” o regime, especialmente aos olhos da classe média. (SKIDMORE, 1988 p. 276).

O PIB (Produto Interno Bruto), a indústria, o setor de exportação, haviam atingido índices altíssimos de crescimento. “Por conta das garantias proporcionadas pelo regime político e pela certeza de lucros fabulosos, os bancos internacionais tinham dado “sinal verde” à liberação de créditos ao “País do milagre”. (HABERT, 1996 p. 17).

O “milagre econômico” consolidou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, proporcionando crescimento econômico, industrialização e investimentos de países estrangeiros na economia brasileira. Entretanto, o “milagre” trouxe um aumento significativo na dívida internacional, pois a entrada de capital estrangeiro no país ocorria através de empréstimos para financiar o crescimento econômico. “De 1968 a 1973, a dívida externa bruta saltou de US\$ 3,9 bilhões (11,4 % do PIB) para US\$ 12,5 bilhões (17,3 % do PIB)” (MACIEL, 2004 p. 72). Somente as classes dominantes não foram afetadas pelos efeitos negativos do “milagre”, pois os mais atingidos eram os trabalhadores, que sofriam com a diminuição de seus salários.

Devido à crise do endividamento externo, restou ao Governo Médici investir numa propaganda ultranacionalista, exaltando nosso país, pondo em evidência nossas riquezas naturais e culturais a fim de encobrir as conseqüências negativas do “milagre” (como por exemplo, o rebaixamento dos salários que trouxe insatisfação crescente à classe trabalhadora<sup>10</sup>, e o aumento recorde da inflação). Grandes investimentos foram previstos como a construção da estrada Transamazônica e o povoamento da região da Amazônia como promessa de terra e trabalho para a população nordestina, principalmente, que sofria com a forte seca na região.

Na era do “Brasil Grande” e do “milagre econômico”, os “grandes projetos” eram anunciados com muito estardalhaço por todo o território nacional, procurando promover uma imagem empreendedora do governo, criar um clima de progresso e satisfação social (HABERT, 1996 p. 23).

---

<sup>10</sup> Apesar da política do “milagre” ter beneficiado muito mais as camadas intermediárias e a classe dominante, o mercado de trabalho também se ampliou, gerando empregos para a classe trabalhadora. Por isso, num primeiro momento, não houve oposição por parte desta classe ao governo Médici que conseguiu conferir legitimidade ao seu governo através do êxito de sua política econômica. (SKIDMORE, 1988).

A insatisfação da classe trabalhadora frente ao “milagre” seria razão suficiente para os movimentos sociais saírem às ruas novamente reivindicando melhoras da condição de vida da classe trabalhadora, além do fim da ditadura que seria responsável política e economicamente pelo que estava acontecendo no país. Porém, a política repressiva do Governo Médici não permitiria que tais manifestações de contestação perturbassem a ordem. A criação de aparatos repressivos visava instituir maior controle sobre os movimentos de oposição, principalmente a esquerda armada.

Esse processo já havia iniciado na etapa anterior e se aprofundou então, tendo como alvo central a esquerda armada, que se tornou o pólo da oposição contra-hegemônica no país. Houve não só crescimento dos órgãos e aparelhos do Estado voltados para as atividades de informação e de repressão, mas também a *nacionalização da repressão*. (MACIEL, 2004 p. 73)

Ademais, de acordo com Skidmore (1988), Médici era um governante que tinha certa popularidade graças à propaganda ufanista de seu governo, ao crescimento do país e do aumento do poder de consumo de camadas intermediárias da sociedade. A grande maioria da população estava muito mais atenta aos jogos da copa do mundo de 1970 do que à repressão praticada pelo governo ou aos reveses por que passava a classe trabalhadora.

Manipulando habilmente os meios de comunicação, criando a imagem do Brasil grande potência – o lema do governo é *Brasil: ame-o ou deixe-o!* -, capitalizando a vitória do Brasil no campeonato mundial de futebol de 1970, o governo atinge grande sucesso. (SILVA, 2003 p. 260)

Médici não encontrou dificuldades para governar do ponto de vista das discordâncias internas e disputas eleitorais. A escolha dos candidatos da ARENA, partido da situação, era feita pelo governo que realizou algumas mudanças no processo eleitoral, “alterando as regras eleitorais, fixando novo calendário e implantando o voto vinculado para a eleição de deputados estaduais e federais, obrigando o eleitor a votar em candidatos do mesmo partido para as assembleias legislativas e para Câmara dos Deputados.” (SILVA, 2001 p. 61). Embora o governo instituisse estas medidas para assegurar o controle das eleições e garantir continuidade de sua política, o processo eleitoral servia também para legitimar a ditadura militar diante da população, dando um aspecto democrático aos governos militares. O único partido de oposição – MDB – não possuía unidade em suas posições, sendo dividido em “autênticos” e “moderados”. Os primeiros assumiam uma postura mais agressiva e contestadora dos atos arbitrários do governo; os segundos adotavam uma linha de atuação mais conciliadora para evitar novos abusos de poder. Nas eleições de 1974, já no governo do presidente Geisel, o MDB percorreu todo país denunciando e criticando o governo,

promovendo uma “campanha eleitoral” com “anticandidatos” a fim de divulgar as idéias do partido e fortalecer o mesmo.

Os atos arbitrários do governo não atingiram somente a política eleitoral, mas também as manifestações culturais através da censura de peças, de músicas, de filmes, de jornais e de livros. Muitos artistas partiram para o exílio; a imprensa alternativa – jornais como *O Pasquim*, *Em Tempo*, *Opinião*, *Movimento* entre outros - foi a mais atingida. A Política Nacional de Cultura (PNC) implantada no governo Geisel se encarregava de estabelecer o que podia ser veiculado no campo cultural. Os militares tinham consciência de que através da cultura alcançariam a população, transmitindo os valores considerados por eles essenciais para manutenção da ordem e para que a população fosse educada com base nos ideais governamentais. A PNC instituiu a ideologia e o modo como deveriam ser conduzidas as ações no âmbito cultural.

A PNC enfatizava a necessidade de se construir uma identidade nacional, uma cultura genuinamente brasileira, com traços culturais próprios do nosso povo. Através desta imagem construída a partir da propaganda governista os militares almejavam conquistar o povo, passando a impressão de que realmente estariam abertos às manifestações culturais, disfarçando a censura e o controle que havia por detrás desta aparente abertura.

Vanderli Silva (2001) descreve em sua dissertação de mestrado *A construção da Política Cultural no Regime Militar* a concepção dos militares sobre o povo brasileiro que seria por sua natureza um povo “manso”, aberto às novas idéias e esta característica de povo “agradável” facilitava que o mesmo pudesse ser influenciado por ideologias subversivas. Por isso, seria necessário conduzir o povo brasileiro a ideais que representassem verdadeiramente a sua identidade. Esta tarefa seria realizada pelos militares que se consideravam como “educadores” do povo e responsáveis por garantir que os valores governamentais fossem incorporados pela população.

A PNC contribuiu para que se fortalecesse a imagem positiva dos governos militares. As campanhas em prol da cultura realizadas pela PNC continham imagens folclóricas, exaltando o rural, festas e músicas populares. Com o avanço da indústria cultural os militares perceberam que seria mais fácil incentivar as manifestações culturais buscando propagar entre a população os valores culturais que eram aceitáveis por eles, como a noção de povo pacifista, e a exaltação das belezas de nosso país, grande em extensão e natureza.

As visões do Brasil como um país grandioso, repleto de riquezas naturais e destinado a um futuro brilhante, habitado por um povo essencialmente bom, pacífico, ordeiro e otimista, e da cultura brasileira como uma combinação rara, peculiar e não conflituosa de várias influências, foram habilmente incorporadas tanto pela propaganda oficial do período, quanto pela política de cultura do governo Geisel. (SILVA, 2001 p. 152)

O cinema recebeu um grande investimento neste período através da EMBRAFILME<sup>11</sup> e os cineastas do Cinema Novo, em certa medida, aceitaram as condições postas pelo governo, pois entendiam que assim poderiam alcançar grande parte da população e exercer uma conscientização através de filmes que esboçassem a cultura e a identidade nacional. A ideologia do Cinema Novo havia se preservado, o seu meio de atuação é que havia se diversificado. A EMBRAFILME tinha uma política de apoio ao cinema nacional, tanto financeiramente quanto com relação à divulgação destes filmes. Ganhar o mercado interno era o objetivo, visando gerar rendimento e incentivar a produção nacional para que o cinema estrangeiro não tivesse tanta influência dentro do país. Este objetivo se igualava aos objetivos dos cinemanovistas que enxergavam neste “apoio” concedido pelo governo uma forma de divulgar suas idéias nacionalistas com vistas a conscientizar o povo. Embora as idéias da PNC fizessem referência ao nacionalismo, à identidade e cultura nacionais, temas esses assumidos pelos cinemanovistas, os objetivos finais eram divergentes, pois enquanto o Cinema Novo tentava descolonizar o povo de toda influência estrangeira que impedia que conhecesse a verdadeira realidade do país, os militares almejavam se valer dos ganhos econômicos gerados pela divulgação dos filmes brasileiros nacionalmente e no exterior, além da propaganda de seus ideais.

Na área da educação o clima de repressão e de censura não foi diferente. Desde 1964 decretos e leis foram formulados na tentativa de conter as ações estudantis, limitando a organização dos estudantes.

A mobilização estudantil contra estes decretos e leis foi intensa durante os anos 70. A extinção da UNE e dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs) foi o meio que a ditadura encontrou para conter o ME. Para isso foram criados os Decretos 228 e 477. A Lei Suplicy, que levava o sobrenome do então ministro da educação, havia “substituído” a UNE e os DCEs pelo Diretório Nacional do Estudante (DNE). O Decreto nº 228 de 1967 acabou de vez com qualquer entidade estudantil, até mesmo o DNE instituído pela própria ditadura. O Decreto nº477 de 1969 visava proibição de atividades tidas como “subversivas” na universidade além de enquadrar professores e funcionários que desobedecessem a Lei de Segurança Nacional, estando sujeitos à aposentadoria compulsória.

O papel que estes novos decretos e leis possuem sobre os estudantes é profundo. Os novos estatutos e regimentos definem com precisão o lugar, ou melhor, o não-lugar dos estudantes nas estruturas de poder acadêmico, cabendo às instâncias de deliberação administrativa a definição de critérios de funcionamento que abarcam inclusive, o campo pedagógico. A implantação dos departamentos – uma antiga

---

11 A EMBRAFILME foi criada em 1969 com o intuito de divulgar o cinema brasileiro no exterior. (BRANDÃO e DUARTE, 1990)

reivindicação estudantil – se presta, nesta reforma de perfil autoritário e tecnocrático, a potencializar ainda mais o controle administrativo sobre o universo acadêmico, e de Universidades públicas, mas toda a estrutura de ensino superior é modificada pela reforma e criação de novas unidades de ensino adaptadas às regras e aos propósitos educacionais de perfil tecnocrático. (PELLICCIOTTA, 1997 p. 42).

Em 1968 foi decretada também lei da Reforma Universitária reafirmando os Decretos 228 e 477 e impondo uma “nova” estrutura de ensino superior que visava transformar as universidades públicas em espaços burocráticos e autoritários de transmissão do conhecimento.

De maneira correlata, ocorre também um “fechamento” do território acadêmico para qualquer influência “nociva” que inclui a contratação de docentes “suspeitos”, o retorno de alunos punidos com o decreto lei nº477, a circulação de publicações, manifestos, correspondências e informações de outras universidades, ou Encontros de Área que desde 1970 são acompanhados, gerenciados e muitas vezes proibidos (em especial, a partir de 1974) pelo MEC. (PELLICCIOTTA, 1997 p. 52).

Não era apenas no ensino superior que as leis autoritárias do governo intervinham. No ensino ginásial e médio, por exemplo, as disciplinas de Biologia, Física e Química foram condensadas em uma única matéria que recebeu o nome de Ciências. Filosofia, Sociologia, História e Geografia foram substituídas por Estudos Sociais e Educação Moral e Cívica. Estas disciplinas tinham como objetivo curricular propagar a ideologia ufanista de exaltação do país. Era proibido tratar em sala de aula sobre assuntos “subversivos” como a exploração dos trabalhadores ou educação sexual. Assim, objetivava-se não despertar nos jovens a consciência política da situação que vivenciavam em nosso país. Objetivava-se principalmente fazer uma propaganda positiva do regime militar. Através do ensino seria feita uma “reeducação” dos jovens para que pudessem servir aos “objetivos” do país, formando-se futuros trabalhadores alienados e passivos, ideais para comporem o sistema capitalista industrial.

Todas estas medidas estruturavam a Política Educacional do Governo (PEG) cujos principais objetivos eram a privatização e tecnização do ensino. A universidade formaria técnicos em carreiras que seriam aproveitáveis no mercado de trabalho e que contribuiriam para o desenvolvimento do país. O conhecimento científico não teria espaço neste padrão de ensino.

Contra o ensino pago, os estudantes, em 1972, organizaram um plebiscito na USP repudiando esta política e criticando seu principal mentor, ministro Jarbas Passarinho, que alegava que a instituição do ensino pago traria a democratização da universidade.

Na década de 70 os estudantes deram início aos Encontros de Área que promoviam a integração dos estudantes com alunos de outras universidades para discutir os rumos do ensino. Estes eventos também eram proibidos, assim como a produção cultural estudantil que passou a ser censurada. Cavalari (1987) ressalta que por causa da repressão os estudantes distribuíam panfletos

antes de começarem as aulas, colocando cada folheto nas carteiras sem se identificarem. Ninguém podia se afirmar como pertencente ao Centro Acadêmico ou assinar um panfleto, pois a polícia vigiava as ações dentro dos campi para que assim pudesse controlar as manifestações.

Os Encontros de Área também foram importantes nesse período e contribuíram para a reorganização do ME. Nestes encontros eram debatidos temas como a reforma universitária e o caráter tecnicista do ensino, ajudando a criar um debate dentro da universidade. Os Encontros de Área começaram a ter maior relevância com relação ao número de participantes a partir de 1972 e, devido à sua repercussão, também foram duramente atingidos pela repressão. No entanto, estes encontros cumpriram o seu papel de reaproximar os estudantes a fim de tornar o movimento coeso, preparando o ME para a formação das tendências políticas e para a reorganização das ações de protesto estudantis.

Além das questões referentes à educação, a atuação do ME nos anos 70 foi em torno da luta pela reconstrução das entidades estudantis que a ditadura havia extinguido. Pellicciotta (1997) e Pereira (2006) ressaltam que os estudantes realizavam diversas atividades a fim de agregar o estudantado, numa tentativa de reorganizar o movimento. Por isso, a reconstrução do DCE mostrava-se importante. Na USP, por exemplo, a principal luta foi pelo DCE-Livre, seguida da refundação da UNE. A importância das entidades para o ME era porque conquistando o espaço institucional o movimento poderia enfrentar “legitimamente” o regime militar sendo reconhecido novamente como um movimento forte<sup>12</sup>. Além do que, a reconstrução do DCE unificaria as lideranças estudantis espalhadas pelos inúmeros centros acadêmicos.

O governo seguinte, do General Ernesto Geisel (1974-1979), buscou atenuar os ânimos entre a repressão e os movimentos de esquerda. Geisel propunha uma política de distensão lenta, gradual e segura, e tentou conciliar as divergências entre os militares quanto a este processo.

O General Ernesto Geisel assumiu o poder a 15 de março de 1974, na vice-presidência ficou o General Adalberto Pereira dos Santos, dando início à “política de distensão” que era, em última instância, a busca de legitimidade por parte do Estado. Tratava-se de negociar com a oposição, incorporando algumas de suas reivindicações, de preferência as que não ameaçassem a Segurança Nacional, com o intuito de ampliar a base de sustentação do Estado. (CAVALARI, 1987 p. 133).

A política de distensão seguia os pressupostos militares de que seria devolvido à sociedade civil o direito de governar, de escolher seus governantes, garantindo assim, um regime democrático. O golpe militar de 64 foi uma tentativa emergencial, de acordo com a visão dos

---

12 Através da leitura dos documentos estudantis pode-se perceber que o estado de São Paulo foi onde o ME encontrava-se mais organizado. Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul tiveram uma reorganização tardia diante dos estudantes paulistas, principalmente os da PUC-SP e USP, como demonstram os estudos de Pellicciotta (1997) e Cancian (2008).



militares, de salvar a democracia da subversão comunista e garantir o desenvolvimento econômico do país através de um governo forte. Após a eliminação das ameaças comunistas e da consolidação do Brasil como um país capitalista desenvolvido, uma política de abertura seria articulada para que gradualmente os militares deixassem o governo.

Geisel tinha por objetivo diminuir a repressão que havia se alastrado descontroladamente. Isto visava conter as denúncias de tortura e contra os direitos humanos, violações cometidas pelo governo brasileiro. Muitos exilados<sup>13</sup> e a Igreja Católica denunciavam estes crimes, contribuindo para que uma imagem negativa do Brasil fosse formada no exterior.

Não era apenas a CNBB procurando agressivamente defender sacerdotes e leigos contra a tortura (muitas vezes sem êxito). Eram também os ativistas católicos que mobilizavam seus contatos no exterior, no Vaticano, no seio do clero e do laicato da Europa e dos EUA, e de outros ativistas dos direitos humanos, gerando assim protestos na imprensa estrangeira. (SKIDMORE, 1988 p.273).

Cavalari (1987) ressalta que as promessas de diminuição da repressão ficaram apenas no plano teórico. Outras táticas foram usadas como o “desaparecimento”. As mortes e as prisões passaram a ser negadas por parte do governo, como o assassinato na prisão do jornalista Vladimir Herzog (Vlado) em outubro de 1975 e do operário Manuel Fiel Filho em janeiro de 1976. Estas mortes, bem como a “Chacina da Lapa” desgastavam a imagem do projeto de abertura de Geisel, agravando a crise interna entre os militares “linha dura” e “moderados”, contribuindo para o enfraquecimento do regime<sup>14</sup>.

---

13 Ver ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (Orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

14 De acordo com Maciel (2004), a política de distensão de Geisel não agradava aos militares da “linha dura” tampouco a diminuição da repressão. A política de abertura gerou alguns atritos entre os militares a ponto de determinadas ações servirem como provocação ao governo de Geisel, como as mortes de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho que resultaram na demissão do comandante do II Exército Eduardo D’Ávila em 1976. “O episódio serviu como uma espécie de “recado” de Geisel aos comandantes militares e aos duros, numa conjuntura em que o governo parecia corroborar suas iniciativas, dando respaldo política à ofensiva contra o PCB e outras organizações de esquerda em 1975. Essa aparente contradição se desfaz se levarmos em conta que, para o projeto distensionista do governo, os chamados “elementos subversivos” deviam ser punidos duramente, sem, no entanto, ferir os procedimentos previstos por lei. Ou seja, o combate à subversão deveria dispor dos métodos legais já garantidos pela institucionalidade autoritária, que o governo insistia em defender, mas não extrapolar para métodos que ferissem a própria legalidade, como as prisões arbitrárias, as mortes e os “desaparecimentos”. Esse *legalismo* era importante para a estratégia distensionista, pois reforçava o campo de interlocução com setores da oposição, particularmente com a oposição liberal, ciosa do respeito aos direitos humanos, mas favoravelmente sensível ao anticomunismo dos ditos “governos revolucionários”.” (MACIEL, 2004 p. 144).

Além das freqüentes denúncias sobre a tortura dos presos políticos, outro fator contribuiu para que o regime entrasse em crise. Em novembro de 1974 houve eleições para o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e as Assembléias Estaduais. Após intensa campanha, o MDB conseguiu considerável vitória nas eleições, principalmente no Senado, onde recebeu mais votos do que a ARENA, partido do governo.

Aproveitando-se do clima de liberalização, a oposição realizou reuniões, comícios pela televisão entre candidatos dos dois partidos, denunciando a questão do desrespeito aos direitos humanos, as injustiças e as desigualdades sociais. (CAVALARI, 1987 p. 134).

O voto no MDB era um “voto de protesto”, por isso o partido obteve a vitória, embora muitas organizações da esquerda revolucionária, que se encontravam em situação de clandestinidade, não considerassem o MDB como um partido realmente de oposição. Dentro do ME, por exemplo, houve muitos debates entre as tendências políticas sobre estas eleições e principalmente, as eleições ocorridas em 1978. O MDB agregou apoio popular e de setores progressistas da Igreja, além de alguns partidos e organizações da esquerda como o PCB.

Em dezembro de 1974, o partido (*PCB*) fez uma avaliação positiva das eleições, afirmando o caráter policlassista de voto oposicionista e a necessidade de manutenção da unidade política do campo de oposição. O novo papel a ser cumprido pelo MDB e pelo Congresso foi destacado ao lado da democracia dos propósitos transformistas do governo sobre o MDB, com as propostas de “colaboração construtiva” e de “união nacional”. Daí a elaboração da tarefa principal a ser cumprida pelos comunistas: criar os embriões da frente patriótica antifascistas para a construção de uma estrutura oposicionista que viabilizasse a canalização do voto popular em 1976. (MACIEL, 2004 p. 107)

O PCB enxergava no processo eleitoral uma maneira de combater a ditadura através da formação de uma frente política entre o conjunto das classes subalternas e setores da burguesia. Este apoio ao MDB fez com que o PCB fosse perseguido pela repressão militar, que alegava que os comunistas estavam por detrás da vitória do MDB.

A vitória do MDB foi encarada pelo governo Geisel como uma ameaça, pois adquiriu legitimidade podendo outras eleições serem vencidas pelo partido, enfraquecendo assim a ditadura. Para evitar que isto se repetisse nas eleições municipais de 1976, em julho do mesmo ano o Ministro da Justiça Armando Falcão baixou o Decreto-lei nº 6639 que ficou conhecido como “Lei Falcão”. A “Lei Falcão” impedia que os candidatos fizessem propaganda pela TV ou rádio, além de restringir os comícios. No entanto, tal lei não conseguiu abafar completamente o avanço da oposição que teve um resultado expressivo nas eleições municipais mesmo com o partido governista tendo vencido na maioria das cidades.

Afora as disputas políticas envolvendo as eleições e o MDB e entre militares “moderados” e “linha-dura”, o governo de Geisel ainda tinha que se preocupar com o aumento da inflação herdada do “milagre brasileiro” e com a crise do petróleo que elevou os preços. Para contornar estes percalços e manter o crescimento acelerado da economia Geisel precisou aumentar os empréstimos no exterior, aumentando também a dívida externa.

Em 1977 o Congresso foi fechado e foi aprovada a Reforma do Judiciário que resultou no “Pacote de Abril”, cujas medidas eram

para a aprovação das emendas constitucionais bastava maioria absoluta dos votos do Congresso (não mais 2/3 mas 50% mais um); um terço dos senadores seriam eleitos indiretamente – os senadores “biônicos” como ficaram conhecidos; adiamento das eleições diretas para governadores de Estado para 1982 (anteriormente previstas para 78); aumento do mandato presidencial de cinco para seis anos para o próximo presidente, que continuaria a ser eleito indiretamente. (HABERT, 1996 p. 48)

O “Pacote de abril”, ao lado da Lei Falcão, tinha o propósito de fortalecer a ARENA nas eleições seguintes e visava limitar o poder de aprovação das medidas do congresso pelo MDB com a “alteração do quorum de aprovação das emendas constitucionais, passando de 2/3 para maioria simples”. (SILVA, 2001 p. 90). As eleições parlamentares de 1978 foram vitoriosas para ARENA que, devido às mudanças nas regras eleitorais promovidas pelo “Pacote de abril”, conquistou maioria no Senado e na Câmara.

O ano de 1977 correspondeu ao auge das manifestações estudantis dos anos 70. A ditadura sofria um processo de enfraquecimento e abriram-se brechas para que os movimentos populares pudessem se mobilizar novamente. Podemos dizer que o culto ecumênico pela morte de Vlado realizado na Praça da Sé em 1975 demonstrou este crescimento da mobilização popular, pois reuniu desde estudantes e setores progressistas da Igreja Católica aos trabalhadores em geral. O ME vinha crescendo em organização desde este ano quando as tendências políticas (Liberdade e Luta, Refazendo, Caminhando entre outras) começaram a ganhar maior espaço entre os estudantes, liderando suas reivindicações e trazendo o ME ao cenário político outra vez. Este trabalho de reorganização foi alcançado graças aos Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) e às atividades realizadas dentro das universidades que conseguiram agregar a massa estudantil, colocando a importância da reconstrução das entidades e do fim do regime militar.

A partir do governo Geisel, estudantes e sociedade civil estiveram unidos em uma mesma luta: pelas liberdades democráticas, pela anistia, pelo fim das prisões e tortura e por uma Assembléia Constituinte. A CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), a OAB (Organização dos Advogados do Brasil), a Comissão de Justiça e Paz, o Movimento Feminino pela Anistia encabeçado pelas mães dos “desaparecidos” e exilados políticos, se uniram no combate à

ditadura. A Igreja apoiava os movimentos populares e participava das manifestações, denunciando a desigualdade social e o descaso do governo para com a população pobre e a situação dos trabalhadores.

Skidmore (1988) ressalta que devido ao crescente envolvimento da Igreja com as lutas populares, grupos de extrema direita formados por civis e militares desencadearam forte repressão aos padres ou leigos católicos que apoiavam esses movimentos. Em julho e outubro de 1976 foram assassinados, respectivamente, o padre missionário alemão Rodolfo Lunkenbein e o padre João Bosco Penido Burnier, ambos na região da Amazônia, onde desenvolviam trabalho com a população. Também foi violentamente espancado o bispo de Nova Iguaçu (RJ) Dom Adriano Hypólito. Em 1976 houve uma série de atentados terroristas realizados por esses grupos de extrema direita. Em 29 de agosto de 1976, explodiria na ABI (Associação Brasileira de Imprensa) uma bomba e outra era encontrada na OAB, ambas no Rio de Janeiro. Segundo Silva (2003, p. 268), “os atentados eram atribuídos a um pretense grupo de oposição à abertura, a Aliança Anticomunista Brasileira, organização até então desconhecida.” Outros atentados se sucederam e marcaram uma tentativa desesperada de não permitir a abertura política e conter o avanço dos movimentos sociais<sup>15</sup>.

A OAB também manteve intensa campanha contra a ditadura, propondo a revogação do AI-5 e o restabelecimento do *habeas-corpus*. Em 11 de agosto de 1977 o jurista Goffredo Carlos da Silva Telles Júnior pronunciou no Largo São Francisco em São Paulo um discurso que ficou conhecido como “Carta aos Brasileiros”, reclamando “pela volta do Estado de direito”.

A sucessão de Geisel pelo general indicado por ele, João Baptista de Oliveira Figueiredo, representava a continuação da política de distensão. Já no final do governo Geisel, a luta pela Assembléia Constituinte tornou-se reivindicação popular, como demonstra Maciel (2004, p.154).

Em linhas gerais, para os diversos setores de oposição a proposta da Assembléia Constituinte implicava a ruptura com a institucionalidade autoritária em termos legais e políticos, pois requeria tanto a anulação da Constituição de 1967 e dos atos institucionais (principalmente o AI-5) quanto a saída dos militares do governo.

A luta pela Assembléia Constituinte foi abraçada por algumas organizações da esquerda como o PCB e o PC do B que concebiam a Constituinte como um instrumento que agregaria os diversos setores da oposição, além de estabelecer uma legalidade democrática. Em contrapartida,

---

15 Sobre os atentados da extrema direita do regime militar ver ARGOLO, José Amaral. *A Direita Explosiva no Brasil*.- Rio de Janeiro: Mauad, 1996. O livro trata de um grupo chamado Grupo Secreto, liderado por militares, que desenvolveu diversas ações contra os movimentos de oposição ao regime militar.

outros partidos também da oposição não apoiavam a luta pela Constituinte como o PST (Partido Socialista dos Trabalhadores) e o grupo estudantil Centelha, de orientação trotskista.

Em 1978 o movimento operário se reorganizou e explodiram as greves operárias na região do ABC paulista. Praticamente o ano todo de 1978 foi tomado por greves operárias que depois atingiram outras categorias como bancários, professores, petroleiros, abrangendo outras regiões do país.

No decorrer da segunda metade da década de 70, foram se multiplicando atos de contestação e de protesto, passeatas e manifestações amplas de oposição; as ruas foram tomadas pelos movimentos estudantil, popular, operário, de mulheres, alargando o espaço da abertura e revelando que havia não só uma crescente opinião pública contrária ao regime em geral, como também uma diversidade de interesses e reivindicações específicas, de formas de expressão e de organização dos vários setores da sociedade. (HABERT, 1996 p. 53).

O eixo central das greves operárias foi o arrocho salarial, a autonomia sindical e o direito de greve. Segundo Habert (1997), o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo – do qual Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, era líder - foi o que mais se destacou ao organizar as greves operárias.

O chamado “novo sindicalismo” marcou as greves operárias de 1978 e suas principais características eram autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada para a base e ainda a proposta de levar o sindicato até os locais de trabalho. Todas estas formas de ação eram inovadoras diante das táticas que foram usadas nas greves de 1968. O “novo sindicalismo” propunha uma nova forma de negociar com os patrões, dialogando diretamente com eles.

Lula e os demais líderes do “novo sindicalismo” souberam aproveitar o espaço aberto pela política de distensão do governo e pelo avanço do movimento democrático e partiram para o engajamento na luta pela abertura política. Os sindicatos passaram a reivindicar o fim da legislação repressiva, a volta à democracia, a adoção de eleições diretas em todos os níveis etc, incorporando estas questões àquelas mais diretamente sindicais. (SILVA, 2001 p. 93)

Em novembro de 1978 houve as eleições parlamentares, sendo os candidatos do MDB apoiados por amplos setores da oposição.

Todas as organizações da esquerda marxista participaram das eleições lançando ou apoiando candidatos pelo MDB. Com exceção da OSI, que defendeu o voto nulo como forma de garantir a independência do movimento popular diante da Arena e do MDB, todas as outras organizações aproveitaram o processo eleitoral para aproximar-se das massas populares, levar suas propostas políticas e conquistar alguma inserção na representação política institucionalizada. (MACIEL, 2004 p. 196).

Através de eleições indiretas, o General Figueiredo assumiu a presidência em março de 1979. Em seu governo foram aprovadas a Lei de Anistia (Lei nº 6683) e a Reforma Partidária (Lei nº 6767)<sup>16</sup>. Entretanto, a anistia não era concedida de forma plena aos presos políticos, excluindo os que haviam participado da luta armada. (CAVALARI, 1987). O governo de Figueiredo também se destacou na repressão ao movimento operário e ao ME, cujas manifestações estavam tomando grandes proporções. Destaque novamente para os atentados provocados por grupos de extrema direita que atuaram nesta época contra o avanço destes movimentos.

A luta pela anistia ampla, geral e irrestrita era a principal reivindicação dos movimentos sociais ao lado da luta pelas liberdades democráticas. Diante da intensificação desta luta, principalmente após a criação dos Comitês Brasileiros pela Anistia, Figueiredo aprovou a Lei da Anistia que “favorecia” também outros objetivos políticos, segundo Maciel (2004, p. 204).

No governo, a questão da anistia era vinculada à perspectiva de reforma partidária, pois dentro do projeto de passagem da distensão para a abertura vislumbrava-se que a volta de lideranças políticas do período pré-1964 reforçaria o processo de divisão do MDB. Essa perspectiva era vislumbrada particularmente com o retorno de Leonel Brizola e Miguel Arraes, que, acreditava-se, tenderiam a formar seus próprios partidos ao invés de entrarem no MDB. O projeto de anistia, definido consensualmente dentro do governo, estabelecia uma anistia parcial e restrita a todos os que cometeram crimes políticos e a todos os que foram punidos pelos AIs, Atos Complementares e pela LSN, apesar de continuarem inelegíveis. Porém, ficavam excluídos da anistia todos os que cometeram “crimes de sangue” (condenados pela LSN por terrorismo, assalto, seqüestro ou atentado pessoal); os militares afastados não seriam reintegrados; só os civis seriam readmitidos nos cargos e funções que ocupavam, mediante apreciação de cada caso pela autoridade e órgãos competentes.

A aprovação da Lei de Anistia significou o avanço definitivo do governo para a passagem à abertura política, embora Figueiredo ainda encontrasse forte oposição de militares da direita que eram contra o projeto da abertura. Os atentados terroristas praticados por esta oposição militar também eram um meio de atacar o governo de Figueiredo e a aprovação da Lei de Anistia.

Um balanço das manifestações populares na década de 70 evidencia que tais não se restringiam à ação de organizações políticas. Nos anos 60, os movimentos sociais se norteavam muito mais pelos ideais político-ideológicos do que por questões que não abrangiam necessariamente uma ideologia política. Pellicciotta (1997) e Habert (1996) destacam que nos anos 70 as propostas em torno da abertura política e sobre as reivindicações eram diversificadas.

[...] a partir dos anos 70, as concepções militantes deixam de se dar em território exclusivamente partidário, e mais do que isso, muitas das proposições políticas se

---

16 A Reforma Partidária instituiu novamente o pluripartidarismo.

afastam desta perspectiva para produzir uma multiplicidade de propostas de organização e ação política. (PELLICCIOTTA, 1997 p. 26).

O surgimento de movimentos populares que reivindicavam questões como melhoria dos salários e melhorias estruturais em bairros, evidenciavam que a luta se pautaria em reivindicações de caráter mais imediato que se somavam ao conjunto das chamadas liberdades democráticas.

A segunda metade da década, mais especificamente o ano de 1977, marcou o início do recrudescimento das manifestações populares, podendo ser comparado ao ano de 1968 em termos de mobilização. O movimento estudantil ganharia as ruas com maior intensidade a partir de maio, com a prisão de estudantes e trabalhadores que se preparavam para as manifestações do Dia do Trabalho na região do ABC. (CAVALARI, 1987 p. 231). Muitas manifestações foram organizadas em repúdio às prisões dos operários e estudantes, sofrendo interferência policial, proibindo e deslegitimando os protestos. Foi também neste período que ocorreram os “Dias Nacionais de Luta” pela anistia em que muitos estudantes também chegaram a ser presos. Os “Dias Nacionais de Luta” aconteciam em diversos estados, principalmente em São Paulo, ajudando a mobilizar o ME e a enfrentar firmemente a ditadura.

Se nos anos 60 a principal discussão era em relação ao caráter da revolução, se esta seguiria o esquema do processo em etapas ou se seria imediatamente socialista, nos anos 70 o debate entre os partidos e organizações políticas tinha por objetivo avaliar os resultados imediatos da luta armada, que foi alvo da repressão. A tônica esboçada pela revisão autocrítica da luta armada foi a necessidade de se encontrar uma forma de luta que atingisse a toda sociedade, um enfrentamento não militar, mas de resistência. E a luta pelas liberdades democráticas cumpria esse papel, redefinindo também o quadro das esquerdas<sup>17</sup>.

O ME dos anos 70 tinha as suas ações voltadas para a reconstrução das entidades estudantis e para a reorganização do movimento que se encontrava desestruturado politicamente. Portanto, apesar dos estudantes estarem envolvidos com o processo de revisão e avaliação realizado pela esquerda visto que muitos militavam em organizações clandestinas, o ME já não era o mesmo

---

<sup>17</sup> Abraçada pelo PCB, a luta pelas liberdades democráticas trazia à tona novamente as críticas ao partido despendidas pelas organizações que romperam com a linha política pecebista cuja base era a política do PCUS (Partido Comunista da União Soviética). Por isso, algumas organizações resistiram a aderir a esta luta como a POLOP (Política Operária) e o MEP (Movimento para Emancipação do Proletariado) por considerá-la “reformista”. “Por outro lado, ela reaproximava as organizações APML e MR-8 do PCB e do Pcdob – para quem as bandeiras democráticas nunca tinham deixado de ter importância. Mas introduzia, no interior deste campo, uma discussão sobre a questão democrática. A APML e o MR-8 faziam questão de distinguir sua concepção tática de luta pelas “liberdades democráticas” da luta estratégica do PCB pela “revolução nacional-democrática” (ARAÚJO, 2007 p. 211). Para APML e MR-8, a conquista das liberdades democráticas ia muito além da restauração do estado democrático de direito. O importante é que a bandeira das liberdades democráticas formou uma nova frente de esquerda composta pelo PCB, Pcdob, APML, MR-8 e as organizações trotskistas e a esquerda se juntou aos movimentos da sociedade civil. Para saber mais sobre as dissidências do PCB, bem como a chamada Nova Esquerda ver GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed., São Paulo. Editora Ática, 1987 e RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993.

dos anos 60. A desarticulação política dos estudantes pós-68 fez com que os militantes tivessem que realizar um intenso trabalho para informar os estudantes dos acontecimentos, reeducando a massa estudantil politicamente. Em verdade, a luta revolucionária não mais seria pautada na luta armada ou na derrubada imediata da ditadura, seguida da implantação da revolução socialista, pois a repressão instalou um clima de terror entre os estudantes que não queriam se envolver com guerrilha ou qualquer ideologia que se referisse a isso.

Conforme as questões das liberdades democráticas, que abrangiam desde liberdade de expressão até a democratização do sistema, foram sendo colocadas, maior era a evidência de que não havia espaço para discussão da revolução socialista, sendo que a luta pelas liberdades democráticas era mais aceita entre a sociedade civil, tornando-se o seu motor. E a ditadura só seria derrubada com a união de toda sociedade. Portanto, a luta pelas liberdades democráticas foi posta como nova tática pelas organizações de esquerda, cumprindo seu papel de agregar a luta de amplos setores da sociedade pelo fim do regime militar.

## **2. A reorganização do ME a partir da USP**

Pode-se dizer que foi no âmbito da Universidade de São Paulo (USP) que o movimento estudantil voltou a se reorganizar nos anos 70. Apesar do ME ter adquirido um caráter nacional, com mobilizações que atingiram diversos Estados do país, o eixo dessa mobilização ainda era a cidade de São Paulo, especialmente quando do retorno das manifestações operárias no ABC paulista no final da década de 70.

Fundada em 25 de janeiro de 1934, a USP tinha um projeto de criação que pretendia transformá-la num modelo de universidade brasileira, localizada na capital econômica do país (São Paulo), com o objetivo de formar intelectualmente a elite econômica e política brasileira.

Florestan Fernandes (1984), ao analisar a “questão da USP”, percorre a história da universidade desde sua fundação até meados dos anos 80 fazendo um balanço de suas atividades e dos seus limites enquanto instituição-chave num processo democrático. Salientando as bases em que foi fundada a USP, o autor constrói sua argumentação questionando os elementos constituintes das escolas superiores como o despotismo catedrático, a supremacia da parte que se estendia pelo todo e os vínculos com interesses profissionais privados. Estes elementos foram absorvidos pela USP durante sua fundação, garantindo à universidade um atributo conservador com vistas à continuidade do sistema de ensino em vigor.

À medida que o país foi se desenvolvendo sob pilares capitalistas, as contradições foram se matizando, gerando um clima efervescente de mobilização popular. Os movimentos sociais foram crescendo e atuando frente aos governos. As lutas operárias se destacaram inspiradas



pela luta revolucionária desencadeada na Rússia de Lênin. A fundação do PCB, em 1922, significou um avanço para a organização do movimento operário. E a fundação da UNE em 1937 trouxe reconhecimento à organização crescente dos estudantes.

Nos anos 50, este processo de crescimento da mobilização popular começou a ganhar maiores proporções. Em relação à universidade, na USP incidiu um movimento pela Reforma Universitária liderado por professores mais radicais, demonstrando que dentro da instituição o pensamento crítico estava se desenvolvendo, buscando transformar os regimentos e a ideologia imperante na Universidade. O ápice desta contestação dos padrões responsáveis pela orientação da universidade ganhou corpo nos anos 60 quando os estudantes passaram a agir conjuntamente com os professores. As reivindicações dos estudantes como a Reforma Universitária, a democratização da universidade e a maior participação estudantil, eram comuns aos professores que apoiaram amplamente o ME contra a ditadura militar<sup>18</sup>.

Nestes termos, a USP, e num plano geral a universidade brasileira, ao mesmo tempo em que se constituiu como pólo aglutinador de ideais conservadores, era também o centro do pensamento crítico radical. Isto ganhou maior notoriedade nos anos 60 quando se iniciou uma onda de movimentos em diversos cantos do mundo contra todo tipo de censura e repressão. O clima revolucionário se estendeu à universidade, sendo impelido pelo ME.

Florestan Fernandes (1984) ressalta que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi responsável por uma eclosão cultural na história intelectual do país. Não se concentrava dentro da universidade apenas o transmissor (a educação) da cultura dominante, mas também aqueles que continuariam a propagá-la, isto é, os intelectuais. Estes eram considerados de extrema importância para o regime, por isso, era posta como condição imediata a garantia de que seriam formados de acordo com a ideologia governamental. O afastamento de professores que tinham posições divergentes desta ideologia refletia a preocupação dos governos militares em impedir que se contaminasse o ambiente formador das cabeças pensantes da sociedade.

Para o regime militar, a universidade era crucial na manutenção da ordem, era uma instituição de grande reconhecimento e valor cultural. A partir do momento em que ela se mostrou contrária e crítica às suas posições é que a repressão abateu-se sobre a instituição e seus atores: os estudantes e professores. A repressão se agravou ainda mais quando o regime militar passou a enxergar nas manifestações estudantis ideais comunistas ou de ordem subversiva, conclamando a revolução socialista. “O que a ditadura não tolerava era que uma instituição-chave oficial pudesse

---

18 Os professores que assumiam posições mais radicais eram expulsos das universidades. Os estudantes se manifestavam contra a prisão e a perseguição aos docentes cuja maioria acabou sendo exilada do país. Dentre os professores afastados pelo regime militar estão Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Erney Felício Plessman de Camargo, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Luiz Rey, Michel Pinkus Rabinovitch, Pedro Henrique Saldanha, Thomaz Maack entre muitos outros.

ser o núcleo de uma resistência que não era meramente defensiva, que ousava desafiar o poder arbitrário e suscitar o fantasma de uma revolução democrática”. (FERNANDES, 1984 p. 104)

Havia certa cautela por parte dos governos militares em “atacar” a universidade, a USP em especial, justamente por ser o berço de longa tradição de dominação cultural e ideológica das elites. O ideal era ter a universidade ao seu lado sem, no entanto, permitir que os ideais comunistas se apoderassem do seu espaço, preservando-lhe enquanto instituição burguesa.

Para combater a crescente mobilização dos estudantes e professores dentro da universidade o governo de Castelo Branco, primeiro presidente empossado pelo regime militar, adotou algumas políticas como os Acordos MEC-USAID que, juntamente com a Lei Suplicy, tinha o objetivo de agir sobre essa mobilização, limitando a atuação do movimento de estudantes e intelectuais. Os professores foram aposentados compulsoriamente, sendo mandados para o exílio em muitos casos, ou tendo as salas de aula vigiadas por agentes policiais. Aos estudantes era proibida qualquer organização política, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi incendiada e a participação e o alcance político das entidades estudantis também seriam suprimidos pela Lei Suplicy. Porém, a repressão não se deu somente através da legislação. Quando os militares perceberam a força que o ME havia conquistado e que suas passeatas estavam sendo apoiadas pela população, com apoio também de partidos e organizações políticas, a repressão se abateu então sobre o ME<sup>19</sup>.

Os Acordos MEC-USAID firmados entre o governo brasileiro e o norte-americano, baseavam-se num modelo de educação tecnicista, voltado apenas à formação de mão-de-obra, não pretendendo o desenvolvimento de um conhecimento científico. A universidade brasileira passaria da posição de “centro do saber das elites” para “centro formador de trabalhadores”. De acordo com a lógica do capital monopolista, a universidade sofreria um processo de deselitização onde, segundo Florestan Fernandes (1984), as figuras do “grande intelectual” e do “intelectual crítico” estariam ultrapassadas. Norteada pela ideologia do capital e dominada pelo imperialismo norte-americano, a universidade brasileira estava fadada a manter-se como um veículo de influência e transmissão da política governamental, servindo aos seus pressupostos. Contudo, a massificação da universidade por volta dos anos 60, que agiria em favor da política dos Acordos MEC-USAID expandindo o número da provável mão-de-obra, seguiria um caminho diverso.

O meio universitário passava a constituir-se ele próprio um ambiente “de massas” – a platéia, a “massa” a agitar, não mais precisava necessariamente ser procurada

---

19 A morte do estudante secundarista Edson Luís em 1968 é emblemática da repressão contra os estudantes. Foi o primeiro estudante assassinado pela ditadura, o que desencadeou inúmeras manifestações servindo de mote para que o ME acirrasse a oposição ao regime militar, aumentando sua força de mobilização.

fora da universidade. As universidades da América Latina haviam absorvido desde meados da década milhões de jovens de classe média baixa. (GROPPO, 2000 p. 117)

O aumento no número de matrículas desde os anos 50 fez com que a “massa” estudantil universitária se diversificasse e por meio de uma conscientização política adquirida pela revisão de teorias revolucionárias como o foquismo cubano e pela Teoria da Dependência, que discutiam a situação latino-americana, os estudantes brasileiros puderam organizar suas reivindicações, contestando e se mobilizando contra a ditadura militar.

Aumentava a percepção dos estudantes sobre o atrelamento da situação da universidade brasileira com a sociedade em que estava inserida. O ensino superior considerado como um “degrau a mais na escada da ascensão social” mostrava-se ineficaz quanto a este propósito. O radicalismo dos jovens estudantes começou a aparecer depois de constatarem que a universidade cumpria um papel muito maior e mais abrangente que aquele que lhe era reservado. E a principal luta era contra o imperialismo e o subdesenvolvimento, despertada pela Revolução Cubana<sup>20</sup>.

A universidade era um espaço no qual se exercia a liberdade de pensamento e de ação. Ao intervir nesse espaço a política da ditadura militar colocava em xeque a autonomia estudantil, abrindo brechas para que os estudantes mostrassem seu poder de contestação enquanto jovens que viviam sob a opressão de uma sociedade autoritária, fundada em valores conservadores, motivos suficientes para desencadear uma onda de revoltas.

A partir da contestação e da problematização de todas estas questões os estudantes concebiam a reconstrução das entidades como peça-chave para o início da democratização da universidade. O DCE da USP foi posto na ilegalidade em 1972 pelo Decreto 228 e os Centros Acadêmicos e os Grêmios Estudantis lideravam as reivindicações em torno da luta específica que contemplava melhores condições de ensino, alimentação e moradia, além da organização de manifestações, protestos e manifestos contra a repressão. O Conselho de Centros Acadêmicos (CCA) tornou-se o órgão máximo da atuação estudantil nos primeiros anos da década de 70, responsável pela realização do Plebiscito Contra o Ensino Pago em 1972 que contou com ampla participação dos estudantes<sup>21</sup>.

---

20 A luta contra o imperialismo também era propagada pelo PCB que antes do golpe militar possuía grande influência no ME.

21 No documento Ensino Pago USP, organizado pelo CCA em novembro de 1973, pesquisado no Fundo Movimento Estudantil no Cedem, consta que a adesão estudantil ao plebiscito foi de 95%. De acordo com o documento, o principal defensor do ensino pago, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho, considerou o resultado do plebiscito como “um movimento de união dos “ricos” com os “comunistas”, numa tentativa de prejudicar os estudantes pobres.” O documento ainda traz um balanço das manifestações ocorridas em outros Estados contra o ensino pago.

Nesse ínterim, formaram-se os “grupos de estudos” ou Grupos de Estudos Revolucionários (GERs) encabeçados pelos estudantes mais radicais cujo objetivo era a educação revolucionária dos estudantes, discutindo temas variados da conjuntura atual e obras de autores como Marx, Lenin, Trotsky entre outros. Os GERs eram organizados pelas tendências políticas que representavam os partidos clandestinos e procuravam aproximar os estudantes que estavam envolvidos com a militância política. Embora tenham adquirido força e abrangência a partir de 1975, as tendências políticas como Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta, começaram a aparecer na USP já na primeira metade da década de 70, responsáveis pela intensa movimentação em torno de atividades para reorganizar o ME. As tendências polarizavam a discussão, encaminhando para o ME o debate sobre as várias orientações da esquerda brasileira. Alguns depoimentos relatam a importância destes grupos de estudos.

O mais importante era o debate sobre o caminho para a transformação do país, até o tipo de reforma agrária, a modernização no campo brasileiro se aconteceria pela “via americana”, ou seja, pela divisão da propriedade da terra, ou pela “via prussiana”. Havia esse debate, era tratado nas cartas-programas a “via americana” e a “via prussiana”. Se era a luta armada isso já não se tratava nas cartas-programas, mas no debate se tratava, se era o caminho da insurreição nas cidades, o caminho da guerra popular. Era esse debate que nós fazíamos e se exigia das lideranças do ME uma certa preparação teórica, tinha que ler os clássicos do marxismo, da história do Brasil que eu achava muito importante porque você terminava recrutando entre os estudantes uma certa elite intelectual para as lideranças do ME em todos os cursos<sup>22</sup>.

Pra se fazer parte da organização que estava por trás do movimento estudantil, tinha que fazer parte do GER (Grupo de Estudos Revolucionários) que eram grupos muito sérios, a gente tinha que fazer ciclos de estudos, eram reuniões quinzenais em que numa reunião tinha que ler 3 ou 4 livros e preparar muito bem a discussão. Isso debaixo de uma ditadura, quer dizer, eram livros que se você fosse pego com esses livros você poderia ser preso. Eram livros do Marx, Trótsky, Lenin e muitas vezes não tinham em português. Eu tive que ser autodidata em francês pra conseguir ler esses livros e não só eu, mas todo mundo que quisesse participar. Então, naquela época era uma coisa muito séria a nossa preparação teórica. A gente levava isso mais a sério do que a própria universidade<sup>23</sup>.

Eu saí do Mato Grosso para cursar Ciências Econômicas na PUC-SP sem ter a menor consciência do que se passava na universidade em termos de censura e repressão. Eu não sabia quase nada sobre a Política Educacional do Governo ou sobre a atuação clandestina de alguns estudantes. Logo que entrei na PUC comecei a participar das comissões que organizavam manifestações como os cineclubes e logo depois, comecei a frequentar os grupos de estudos sem saber que eram vinculados aos partidos clandestinos. Só depois que você estava bem preparado é que revelavam que a tendência era vinculada a estes partidos<sup>24</sup>.

---

22 Entrevista de Aldo Rebelo concedida à autora em 26/08/2009.

23 Entrevista de José Arbex Jr. concedida à autora em 02/03/2010.

24 Entrevista de Maria Cristina Paniago concedida à autora em 21/08/2009.

O primeiro grupo que eu cheguei a pertencer foi o Grupo Outubro formado pela OSI. Eu não sabia, você não sabia de nada, você se aproximava e ficava militando uns 8 meses com ele sem saber o que era. Sabia que tinha simpatia, eu não sabia o que era. Desconfiava, evidentemente, ninguém era tonto. E não podia dizer porque não sabia. Porque você tinha um período de militância comum, depois um período de estudo de 14, 15 livros que tinha que estudar – A Revolução Russa, Que Fazer? – pra depois você fazer uma cooptação com os caras pra decidir se entrava ou não. Até então você não tinha nenhum contato com a direção a não ser com aquele que dava o grupo de estudo revolucionário. A gente desconfiava de tudo mas não sabia nada de verdade. Se eu fosse preso provavelmente não entregaria nada porque não sabia de nada. Todas as Tendências que eu conheci tinham uma preocupação central com a segurança, principalmente entre 74-75<sup>25</sup>.

As divergências que marcaram o processo de formação da Nova Esquerda no pós-1964 se conservaram entre os estudantes que continuaram na militância política. Os partidos e organizações da Nova Esquerda se caracterizaram pela oposição às idéias do PCB, especialmente sobre a questão do etapismo da revolução. Para estas organizações a revolução seria imediatamente socialista, ao contrário da linha política adotada pelo PCB que considerava a revolução como nacional-democrática, ressaltando a importância da aliança de classes entre proletariado e burguesia nacional. O foquismo cubano e o maoísmo chinês influenciaram essas organizações que apoiavam a luta armada e expressavam uma linha política que procurava distinguir-se da linha política do PC da URSS a qual o PCB seguia<sup>26</sup>.

Além destas divergências, dentro do ME havia oposição às posições do PCB que, segundo Cancian (2008), insistiam em manter a atuação política somente dentro da universidade. Cavalari (1987) resalta o isolamento do PCB entre os estudantes ao descrever o ato de denúncia de prisões de estudantes em 1972 por ocasião de uma “chopada” na Faculdade de Filosofia da USP, organizado pelo CCA. Apenas seis CAs, ligados à AP, ao PC do B e aos grupos trotskistas e independentes, assinaram um documento denunciando as prisões. Os demais, que eram liderados pelo PCB, temiam que tal ato atraísse a repressão, podendo o CA ser fechado<sup>27</sup>.

---

25 Entrevista de Mário Martins concedida à autora em 22/04/2009.

26 Entre as organizações da Nova Esquerda, das quais muitas surgiram como dissidências do PCB, estão a ALN, AP, PCBR, VPR, POLOP, VAR-PALMARES entre outras. Ver GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 2ª ed., São Paulo. Editora Ática, 1987 e RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993.

27 Mário Martins e José Arbex relatam em entrevista à autora que o PCB era isolado nas faculdades. Todos os outros grupos políticos eram contra suas posições. Havia muitas disputas entre estes grupos políticos e o sectarismo ainda predominava tanto na USP como na PUC-SP. De acordo com os documentos estudantis do período, as divergências entre estes grupos também se davam com relação às formas de mobilização, bem como as alianças com setores da sociedade.

A importância da formação dos GERs e sobre a luta armada começaram a aparecer nos documentos estudantis a partir de 1968. Contextualizando os vínculos da burguesia nacional com o capital estrangeiro e o domínio do latifúndio e, por isso, o caráter socialista da revolução, tais documentos se debruçavam sobre o caráter de classe pequeno-burguês do ME e suas implicações, bem como de que maneira os GERs atuariam sobre este caráter de classe, proporcionando aos estudantes uma educação revolucionária.

na pequena-burguesia em geral, manifesta-se uma dupla tendência ideológica: de um lado, a simpatia pelos movimentos progressistas, revolucionários, motivada pelo fato que também ela é uma classe explorada pelo regime capitalista, está sujeita à constante pressão política do regime e em acelerado processo de pauperização e proletarização; do outro, o fruto da ideologia burguesa herdada, a tendência em defender seu status atual, de lutar pela ascensão social, de lutar contra a proletarização<sup>28</sup>.

Alguns documentos faziam uma análise crítica da luta armada utilizando-se das análises sobre o caráter de classe uma vez que os quadros das organizações guerrilheiras eram em sua grande maioria formados por estudantes. Explicitavam que a pequena-burguesia se radicaliza e opta pela luta armada, mas não se aprofunda no que isso significa. A luta armada assume um extremo que é o desvio militarista que caracteriza uma ânsia de desenvolver a prática revolucionária esperando por resultados, mas sem tê-la por objetivo revolucionário. A luta armada para esta classe é como uma válvula de escape.

Temos nessa época – 69 – expropriações, atentados, seqüestros; e onde estas organizações vão buscar o grosso de seus militantes é nas vanguardas da Universidade, que nesta época se organizam clandestinamente em Grupos de Ação (GAs) e Grupos de Trabalho (GTs). Deixa de existir uma preocupação para com o trabalho de massa, a propaganda e a informação. A Universidade é esquecida enquanto tal, seus estudantes também; a única preocupação é arregimentar aí quadros para o militarismo<sup>29</sup>.

De acordo com a citação acima, as questões relativas à universidade e à luta específica estudantil não eram discutidas pelos grupos armados. Isto se constituía num erro para alguns grupos políticos, pois os estudantes deveriam se ater a estas questões e não somente aos objetivos destas organizações. Os estudantes deveriam apreender sobre as implicações que as características do seu

---

28 Documento *Crítica do Movimento Universidade Crítica à resposta da carta-programa da chapa Unidade e Luta* (dez/1970), pesquisado no Fundo Brasil Nunca mais do AEL/Unicamp.

29 Documento sem autoria, datado de abril de 1972, pesquisado no Fundo Brasil Nunca mais do AEL/Unicamp.

caráter de classe exerciam sobre sua atuação revolucionária. Neste sentido, os grupos de estudos desempenhavam um papel importante, como denota José Arbex em depoimento:

Quando você entrava para o partido você em primeiro lugar é um militante, um intelectual orgânico da luta revolucionária. Era desse ponto de vista que os trotskistas tratavam a luta revolucionária: você havia passado pelos GERs, você tinha consciência do que quer fazer e aceitava fazer parte daquilo. Pagava-se uma quantia pra organização, ou seja, a pessoa sabia que estava entrando uma organização cujo objetivo era fazer a revolução e que podia pagar um preço por isso, ser preso, torturado. Então, do ponto de vista da organização, a partir do momento que você está lá dentro você não é mais estudante, nem professor, nem bancário; você era um militante revolucionário. Pra quem estava fora da organização nós tínhamos que mostrar para os estudantes que eles tinham que fazer uma opção: ou apoiar o projeto burguês ou o projeto de revolução social no Brasil. Nossa expectativa era ganhar a maioria dos estudantes para o nosso projeto de revolução. A gente tentava mostrar para os estudantes que a promessa que a burguesia fazia de que eles iam se formar, ter um diploma e conseguir um belo emprego com um belo salário etc, a gente tentava mostrar pra eles que tudo isso era ilusão. Porque a burguesia não ia ter condição de dar emprego pra todo mundo, que o capitalismo ia conduzir o mundo para a miséria, para o desemprego, para desigualdade social e que se eles (os estudantes) quisessem mudar isso eles teriam que aderir ao processo revolucionário. No nosso ponto de vista, a massa estudantil deveria ser convencida a aderir ao projeto revolucionário. Ao mesmo tempo em que nós considerávamos que a massa estudantil era pequeno-burguesa, a gente sabia também que uma boa parte dela ia aderir à perspectiva revolucionária e uma parte não. A gente tinha consciência de que uma parte do ME iria pra direita.

O caráter de classe era uma ferramenta de análise importante para compreensão e reorientação das ações dos estudantes, pois as organizações políticas identificavam na pequena-burguesia um “ardor” revolucionário que poderia ser desenvolvido a favor da luta pela revolução. Os GERs, então, atuavam a fim de desenvolver este “ardor” revolucionário e atrair os estudantes para a luta contra o regime militar e o sistema capitalista, desmistificando as promessas de ascensão social que este lhes apresentava<sup>30</sup>.

A formação de grupos de estudos também está relacionada ao trabalho de massas desenvolvido por organizações guerrilheiras junto ao proletariado em que seriam oferecidos cursos de formação revolucionária, surgindo a figura do militante profissional que atuaria somente em função da causa revolucionária, rompendo definitivamente com a ideologia burguesa<sup>31</sup>.

A Igreja Católica também exerceu grande influência sobre as posições dos estudantes nesse período. A atuação do arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns na campanha pelos Direitos Humanos e pelo fim da repressão tinha o apoio dos estudantes que consideravam os

---

<sup>30</sup> Documento *Uma tática para o Movimento Estudantil* de autoria da UEE-SP, datado de abril de 1973, pesquisado no Fundo Brasil Nunca mais do AEL/Unicamp.

<sup>31</sup> *Informe sobre o curso nacional para militantes vinculados ao trabalho de massas estudantil, 1968, sem autoria.* Documento pesquisado no Fundo Brasil Nunca mais do AEL/Unicamp.

Centros Acadêmicos como um canal de denúncia dos crimes da ditadura. A prisão e morte do estudante de Geologia da USP Alexandre Vanucchi Leme em março de 1973, acusado injustamente de terrorismo, gerou uma comoção muito grande na Universidade. Organizou-se um ato de repúdio às práticas arbitrárias do regime militar que agregou as faculdades isoladas e o clero paulista. Houve uma missa na Catedral da Sé que, mesmo com o cerco das autoridades policiais, conseguiu reunir muitos estudantes<sup>32</sup>.

A aproximação entre os estudantes e o clero católico teve importância na decisão dos centros acadêmicos da USP de promoverem em setembro de 1973, a Semana de Reflexões sobre os Direitos do Homem. No evento foram organizadas conferências com intelectuais, membros do clero progressista e parlamentares da oposição. O ME da USP só voltaria a afluir no ano seguinte. Novamente, as prisões de militantes estudantis foi o fator desencadeador de articulações entre as lideranças estudantis cujas ações práticas possibilitaram a criação do chamado Comitê de Defesa dos Presos Políticos, em abril de 1974. (CANCIAN, 2008 p. 46)

Os estudantes organizaram-se em torno do CDDP (Comitê de Defesa dos Presos Políticos) para lutar contra a prisão de estudantes. Através de depoimentos, Cancian (2008) relata que os debates realizados pelo CDDP proporcionavam aos estudantes o conhecimento de correntes de esquerda opostas ao vanguardismo guerrilheiro, como os trotskistas, que concebiam a concentração no trabalho de mobilização das massas. Para estes estudantes que atuavam dentro do CDDP, o melhor caminho de lutar contra a ditadura neste momento era através da denúncia, não do ataque e os CAs desempenhavam este papel. Cancian (2008) descreve que as posições divergentes dos grupos políticos nesta época causaram um sectarismo no ME que dificultou sua reorganização, ao mesmo tempo em que era através do CDDP que os líderes estudantis se aproximavam, realizando um trabalho de massas. O trabalho de massas em torno do CDDP foi desenvolvido num contexto de revisão da luta armada, que já havia fracassado mediante a intensa repressão, abrindo as portas para atuação das organizações trotskistas como a OSI (Organização Socialista Internacionalista), a OMB (Organização Marxista Brasileira) e o Grupo 1º e Maio. Ainda de acordo com Cancian (2008), a crescente influência trotskista na USP somada à reorganização gradual do ME, resultaram na Greve da ECA em 1975.

### **3. A Greve da ECA e a morte de Vlado**

<sup>32</sup> As prisões de estudantes estavam ocorrendo desde de 1969. Jean Marc, presidente da UNE em 1969, foi preso no mesmo ano, assumindo seu cargo o estudante Honestino Guimarães, assassinado em 1971. Apesar destas e de várias outras prisões e mortes, o caso de Alexandre Vanucchi Leme foi emblemático, pois era um momento de reorganização do ME na USP. Havia um clima de terror bastante forte na Universidade, mas com o apoio da Igreja Católica e do fortalecimento das questões referentes ao fim da repressão e pelos Direitos Humanos, a mobilização estudantil foi crescendo. As tendências políticas e os GERs são, em grande parte, responsáveis por esta reorganização do ME.



A Greve da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da USP, iniciada em 17 de abril de 1975, representou o avanço da mobilização do ME e a influência das tendências estudantis na condução deste movimento. A morte de Alexandre Vanucci Leme e as lutas e reivindicações erguidas no âmbito dos CAs, prepararam o terreno para que a luta estudantil começasse a se expandir novamente.

O movimento da greve reivindicava a renúncia do então diretor da faculdade Manuel Nunes Dias, tido como um agente da repressão e ligado ao regime salazarista português, pois tinha uma prática arbitrária, perseguindo professores e alunos a fim de combater práticas consideradas subversivas.

No período anterior à greve o diretor já havia proibido uma feira de livros e uma palestra sobre “Colonialismo Português”. Cortou o auxílio da ECA ao Diretório Acadêmico e retirava cartazes dos murais, às vezes pessoalmente. À pedido de órgãos de segurança, deixou de renovar os contratos dos professores Paulo Emílio Salles Gomes e José Marques de Mello. Foi preso dentro da escola, sem que se saiba de protesto de Nunes, o professor Jair Borin, em 1974. Papéis da AESI<sup>33</sup> indicam que o diretor constantemente repassava àquela agência material e informações, e registram conversas suas com agentes do DOPS infiltrados na ECA. (CHRISPINIANO; FIGUEIREDO, 2004 p. 64-65)

O estopim para que o movimento de greve fosse levado adiante foi a reprovação num exame de qualificação para mestrado do professor Sinval Freitas Medina. O diretor não se pronunciou diante deste fato arbitrário que gerou indignação entre os alunos e colegas do professor.

No dia 16 de abril uma assembléia estudantil decidiu pela greve, levando à destituição a diretoria do CA da faculdade, o CALC (Centro Acadêmico Lupe Cotrim), que era controlado pelo PCB e contrária à paralisação das aulas. Este movimento foi liderado por grupos trotskistas e consolidou definitivamente o isolamento do PCB na ECA e também no ME. “A greve estabeleceu na ECA grupos de discussão e atividades. Cresceu em torno dela o apoio de alunos de outras unidades, e mesmo de outras universidades”. (CHRISPINIANO; FIGUEIREDO, 2004 p. 65). A greve trouxe à tona problemas que persistiam em diversas faculdades da USP, resultando em forte adesão da massa estudantil. A greve durou 73 dias. De acordo com Chrispiniano e Figueiredo (2004), ao menos 8 estudantes foram intimados a depor no DOPS. O resultado final foi a volta às aulas dos alunos sem a destituição do diretor Manuel Nunes Dias, que encerrou seu mandato em outubro de 1976.

---

33 A AESI (Assessoria Especial de Segurança e Informação) dispunha de agentes infiltrados nos altos escalões das burocracias universitárias e exercia vigilância sobre os estudantes, professores e funcionários.

Cancian (2008) afirma que a greve da ECA foi mal interpretada pelo governo que não soube avaliar que o movimento era pela substituição do diretor e contra o controle político exercido na USP.

Do início ao fim do movimento grevista, os órgãos de segurança e informação governamentais que dispunham de uma série de agentes infiltrados na Universidade trataram o movimento grevista como uma crise decorrente das deficiências do ensino superior, habilmente exploradas por “agitadores de esquerda”, ou seja, comunistas. (CANCIAN, 2008 p. 59)

Embora a greve tenha representado um momento único para o movimento estudantil uspiano, a mobilização se dispersou rapidamente em vista das divergências entre os líderes estudantis com relação às prioridades das reivindicações. Neste contexto, o CCA, base de apoio do movimento grevista, se desagregou, sendo constituída em seu lugar a Comissão Universitária para coordenar o movimento e preparar a recriação do DCE.

A necessidade da reconstrução do DCE se colocava cada vez mais urgente para os estudantes que atuavam dispersos em Centros Acadêmicos. Neste sentido, a greve da ECA impulsionou o ME para uma luta unitária, convocando todas as faculdades a lutarem conjuntamente. Esta aparente unidade no ME uspiano pode ser observada durante os protestos pela morte de Vladimir Herzog, em outubro do mesmo ano.

A prisão e morte do jornalista e ex-professor da ECA Vladimir Herzog evidenciaram o conflito existente entre os militares mais radicais com relação à política de distensão de Geisel e à suposta trégua na perseguição aos militantes de esquerda. Na realidade, a repressão não havia abrandado, apenas tomado um novo perfil, mais seletivo e discreto a fim de não chamar a atenção dos grupos defensores dos direitos humanos, como a Igreja Católica.

Com o fim das organizações guerrilheiras a repressão voltou-se para os militantes do PCB e do PC do B, desencadeando inúmeras prisões. Vladimir Herzog foi um dos militantes pecebistas intimados a depor no DOI-CODI. Em 25 de outubro, o depoimento de Herzog sob tortura, seguido de sua morte, mascarada por uma simulação de tentativa de suicídio pelos agentes de segurança, causou profunda revolta na sociedade. Setores do clero paulista, do Sindicato dos Jornalistas e do movimento estudantil se organizaram em protesto em repúdio à versão falsa de suicídio e pelo fim da repressão.

Apesar do clima tenso devido ao cerco policial, o culto ecumênico pela morte de Vlado realizado na Praça da Sé, em 31 de outubro, reuniu milhares de manifestantes. Os estudantes se juntaram aos protestos pela morte de Vlado porque também no ME estavam acontecendo prisões. Assim sendo, este episódio uniu os setores da sociedade que estavam lutando por reivindicações

democráticas e entrou para história como o primeiro ato público contra a ditadura na década de 70, repercutindo em todo país.

Terminado o culto ecumênico, as lideranças estudantis da USP tentaram manter a mobilização estudantil para dar continuidade às manifestações de repúdio às prisões políticas. Para isso, organizaram a Semana dos Direitos Humanos, com debates e reuniões onde participaram estudantes, professores, líderes sindicais, religiosos e políticos da oposição. A Comissão Universitária manteve-se em funcionamento por mais um breve período antes de ser novamente desativada. (CANCIAN, 2008 p. 71)

Podemos dizer que tanto a greve da ECA como a mobilização contra a morte de Vlado foram acontecimentos que demonstraram o processo de reorganização dos movimentos de oposição. O ME novamente apareceu como o principal ator nesse processo, pois tornou-se o espaço de atuação de organizações clandestinas. Conforme o clima de medo reinante no governo Médici foi se abrandando, estas organizações puderam atuar de forma mais expressiva no ME, retomando as manifestações no espaço público e recuperando, segundo Pellicciotta (1997), um pouco do que foi o movimento de 1964-68. O movimento de recriação do DCE começou a ganhar corpo a partir destes acontecimentos, liderado pelas tendências políticas.

## **CAPÍTULO 2: O ME E AS TENDÊNCIAS POLÍTICAS**

### **1. O ME sob comando das tendências políticas: a recriação do DCE da USP**

Embora o movimento estudantil tenha recuado diante da intensificação da repressão no governo Médici, havia um esforço entre os líderes estudantis para manter a agitação política dentro da universidade. Esta iniciativa vinha da posição dos militantes das organizações clandestinas. Eram organizadas desde atividades lúdicas como cineclubes, campeonatos esportivos, festas etc, aos grupos de estudos revolucionários. A intenção destas atividades era agregar a massa estudantil dispersa e com medo da repressão e, ao mesmo tempo, incentivá-la na luta contra a ditadura.

Através da análise dos depoimentos coletados por Cancian (2008) e pelo Projeto Memória do Movimento Estudantil<sup>34</sup>, podemos inferir que a ALN e o PCB tinham maior influência no ME nos primeiros anos da década de 70. O PCB, apesar das críticas e de seu esvaziamento perante os partidos da Nova Esquerda, conservava certo número de militantes. A ALN ganhou espaço no ME com a incorporação da DI-SP (Dissidência Comunista Estudantil de São Paulo)<sup>35</sup>. A ala da AP que não se juntou ao PC do B preocupou-se em desenvolver um trabalho baseado no “processo de integração na produção”, deixando de dar atenção ao ME<sup>36</sup>. E o PC do B levou muitos estudantes para a Guerrilha do Araguaia. Os grupos menores se dividiram entre a POLOP, os trotskistas e os chamados independentes.

Conforme a repressão fora aniquilando as organizações guerrilheiras, os grupos que dentro do ME defendiam a luta armada, como a ALN, foram declinando até a completa extinção da organização. O PCB permanecia isolado e cada vez mais foi se aprofundando nesta condição frente ao crescimento dos demais grupos políticos. A AP e o PC do B conseguiram conservar militantes no ME, mesmo com a derrota do Araguaia e a Chacina da Lapa em 1976. Muito da influência do PC do B entre os estudantes era devido justamente aos militantes da AP, corrente hegemônica no ME desde a década anterior. Como descrito anteriormente, as divergências perduravam entre estes grupos com relação ao PCB e também às formas de luta.

---

34 Disponíveis em [www.mme.org.br](http://www.mme.org.br) no link *Depoimentos*.

35 A DI-SP era um agrupamento que atuou no ME nos anos 60. Formada a partir das dissidências do PCB, comandou a UEE-SP e junto com a DI-GB (Dissidência Comunista Estudantil da Guanabara) liderou a corrente oposta a AP no ME em fins da década de 60. Para saber mais ver RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1993.

36 O “processo de proletarização” ou “processo de integração na produção” consistia no envio de militantes para trabalhar nas fabricas e no campo onde desenvolveriam a educação dos operários e camponeses, conscientizando-os do seu papel revolucionário. Além disso, os militantes que eram em sua grande maioria estudantes e intelectuais poderiam se “despir” do seu caráter pequeno-burguês através da inserção no trabalho nas fábricas e no campo, adquirindo a consciência de classe do proletariado. Ver DIAS, Reginaldo Benedito. *Sob o signo da revolução brasileira: a experiência da AP no Paraná – 1962/1973*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis.

Diferentemente dos anos 60, os partidos e organizações conservavam-se clandestinos para não atrair a repressão. Assim, surgiram as chamadas tendências estudantis, vinculadas a estes partidos e organizações e que atuavam no ME sem expressar abertamente estes vínculos. As tendências Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta (conhecida como Libelu) foram as que mais se destacaram no movimento estudantil da USP. Refazendo foi originada da AP e reunia militantes de outros agrupamentos políticos como MR-8 e ALN. Caminhando era vinculada ao PC do B e Liberdade e Luta aos grupos trotskistas, em particular à OSI (Organização Socialista Internacionalista)<sup>37</sup>. Estas três tendências também tiveram bastante expressão na PUC-SP. O crescimento destas tendências no ME refere-se às suas posições contrárias à luta armada. De acordo com os depoimentos de ex-militantes<sup>38</sup>, o medo da repressão e o insucesso das ações guerrilheiras fizeram com que os estudantes se concentrassem nas questões específicas à universidade como a luta contra o ensino pago.

As divergências entre as tendências referiam-se à posição político-ideológica seguida por cada uma. Refazendo e Caminhando tinham posições mais próximas por ocasião das ligações com a AP e o PC do B, enquanto Libelu pautava-se pelas concepções trotskistas derivadas da Quarta Internacional<sup>39</sup>. Estas diferenças teóricas geravam confrontos no ME, pois as tendências disputavam a liderança do movimento e cada qual concebia como ideal o seu modo de luta e de análise para o momento.

O ponto alto da atuação das tendências no ME foi a recriação do DCE-Livre da USP. Decorrida a Greve da ECA, a avaliação que se fazia era a de que faltava aos estudantes um órgão que centralizasse a luta estudantil. Diante da diversificação política e das divergências entre as tendências, o ME perdia sua capacidade de sustentação da mobilização, o que ocorreu após a Greve da ECA, por exemplo. Por isso, a reconstrução das entidades era imprescindível para o processo de reorganização e rearticulação política do ME, pois traria a característica de unidade à luta estudantil.

---

37 Em entrevista concedida à autora em 09/06/2010, Josué Pereira relata que a organização que originou a tendência Liberdade e Luta, a OSI, tinha vínculos com uma organização francesa lambertista que se chamava Organização Comunista Internacionalista; ambas faziam parte do CORQUI (Comitê pela Reconstrução da Quarta Internacional). A conotação “lambertista” refere-se a Pierre Lambert que introduziu o trotskismo na França. Muitas organizações trotskistas se formaram na década de 1970 no Brasil sendo influenciadas por diversas correntes do trotskismo como os posadistas (Jorge Posadas), os morenistas (Nahuel Moreno) e os pablistas (Michel Pablo).

38 Revista Teoria e Debate da Fundação Perseu Abramo: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate>. Acesso em 10/06/2008.

39 Sobre o trotskismo no Brasil ver MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 2, Campinas: Editora da Unicamp, 1995 e Cadernos AEL: *trotskismo*. Campinas: Unicamp/IFCH/AEL, v. 2, n. 22/23, 2005.

O espaço da “entidade” (DCE) renasce como um lugar de “articulação” de perspectivas “alternativas” de vivência acadêmica a partir do qual o desempenho do papel de “representação”, propriamente dito, se justifica pela necessidade de enfrentar a estrutura burocrática e autoritária de gestão acadêmica. (PELLICCIOTTA, 1997 p. 61)

A principal característica que o DCE assumiria seria a de ser desvinculado do modelo de gestão burocrática imposto pela ditadura que concebia a entidade apenas como um instrumento funcional, como parte da estrutura administrativa da universidade, por isso, DCE-Livre. As eleições seriam diretas e a entidade se definiria como um instrumento de luta contra o regime militar.

O diretório, na verdade, ganha vida e significado na medida em que se afasta do caráter meramente administrativo imposto pela reforma para assumir um lugar de “entidade”: um espaço que com todas as carências e restrições se transforma, pouco a pouco, em um ambiente coletivo, afirmador de ações políticas e de necessidade de se enfrentar os problemas em nome de se constituir perspectivas alternativas para esta mesma vida acadêmica na Universidade. (PELLICCIOTTA, 1997 p. 73)

Embora a questão da reconstrução do DCE se colocasse como urgente não havia consenso entre as tendências sobre o momento para sua recriação, como aponta em depoimento Geraldo Siqueira<sup>40</sup>:

No final de 1975, o pessoal da Libelu queria fundar o DCE. Nós queríamos esperar mais um pouquinho, mas eles tinham razão: tinha que fundar o DCE, uma entidade da USP inteira e não mais aquela confederação de centros acadêmicos. Criamos o DCE. Ele não poderia existir pela lei, porque era previsto com tantas regras de restrição que se tornava quase um órgão do governo. Então fundamos o DCE livre em assembléia geral, cinco mil pelos gramados. [...] O Celsinho, do Caminhando, sugeriu que o nome fosse Alexandre Vannucchi Leme. Assim nasceu o DCE Livre da USP Alexandre Vannucchi Leme.

Esta falta de consenso com relação à criação do DCE advinha das diferentes análises conjunturais realizadas pelas tendências. Enquanto Caminhando e Refazendo percorriam um caminho de cautela à espera de condições favoráveis para retomar as manifestações públicas, por exemplo, Liberdade e Luta adotava um caminho mais radical que propunha um enfrentamento direto e imediato ao regime. Para Libelu, episódios como a forte mobilização popular pela morte de Vlado demonstravam que havia condições de sair às ruas novamente. Maria Cristina Paniago<sup>41</sup> insiste que, embora houvesse discordância entre Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta, as

---

40 Disponível em <http://www.mme.org.br/main.asp?Team={3EBBBABF-203C-4E3E-B99F-E8B0CF00E072}>. Acesso em 04/06/2010.

41 Entrevista de Maria Cristina Paniago concedida à autora em 21/08/2009.

posições contrárias ao PCB e às suas respectivas tendências ainda eram o principal motor da discussão política na qual estavam envolvidas as tendências estudantis. Mário Martins enfatiza que Liberdade e Luta era tomada como “esquerdista” por assumir um posicionamento mais radical, por ser a primeira tendência a levantar a bandeira do “Abaixo a ditadura!”, da construção de um partido operário e do voto nulo no MDB<sup>42</sup>. Geraldo Siqueira trata os militantes da tendência Refazendo da qual fez parte como “os desorganizados”, pois eram militantes de esquerda menos articulados e, diferentemente de Libelu, eram mais atentos às questões da luta específica estudantil<sup>43</sup>.

Nós, da Refazendo, éramos egressos de organizações. Os mais veteranos como eu, o Rui, não queríamos mais ser de organização nenhuma, porque seríamos presos. Esse era o caminho certo de quem entrasse numa organização política nacional, e a eficiência da organização era absolutamente questionável. Formamos, então, o chamado Grupão e nos reuníamos na garagem da casa do Perseu Abramo. Não éramos um partido e mantivemos o desenho do CCA, Conselho de Ciências Acadêmicas. Eram um, dois, três de cada faculdade. A gente era de esquerda e meio perdido. Pegávamos um texto do Chile, um da esquerda de Portugal, discutíamos num plano teórico o eurocomunismo, o Partido Comunista Espanhol, as idéias do Gramsci, mas, no geral, na verdade, discutíamos mesmo o que se fazia na USP.<sup>44</sup>

Essas divergências foram se aprofundando com o crescimento das tendências e com a refundação do DCE. Isto preocupava os militantes das tendências, pois um dos objetivos da recriação do DCE era dar unidade ao movimento, era canalizar a luta estudantil e num clima de disputa política a situação ficava ainda mais difícil.

Após assembléia ocorrida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP em 26 de março de 1976, os estudantes decidiram pela recriação do DCE e marcaram as eleições para maio do mesmo ano. (CANCIAN, 2008). As chapas concorrentes (Caminhando, Refazendo, Liberdade e Luta, Organizar a Luta e Alternativa) levavam o nome das tendências, expressando também suas posições. Um fato curioso aconteceu durante as eleições para a primeira diretoria do DCE-Livre. Após o encerramento da votação as urnas foram lacradas e guardadas no prédio da Faculdade de Economia e Administração. No dia seguinte, foi constatado o roubo das urnas que teria sido planejado por agentes do DOPS infiltrados na universidade. Nova eleição foi marcada para o final do mês de maio sendo a chapa Refazendo a vencedora.<sup>45</sup>

42 Entrevista de Mário Martins concedida à autora em 22/04/2009.

43 Apesar desta caracterização feita por Geraldo Siqueira, Refazendo pode ser considerada como a maior tendência presente no ME uspiano nesse período, sendo seguida por Libelu.

44 Disponível em <http://www.mme.org.br/main.asp?Team={3EBBBABF-203C-4E3E-B99F-E8B0CF00E072}>. Acesso em 04/06/2010.

45 Cancian (2008) destaca que a reconstrução do DCE foi avaliada erroneamente pelo DOPS como resultado da articulação política do PCB. Mas este partido já se encontrava isolado no ME, sendo a

## 2. A disputa pelo ME

Por meio da análise da documentação de cada tendência é possível elucidar o confronto teórico-político que havia no ME e que criou raízes com a eleição para o DCE da USP. As eleições para o primeiro DCE-Livre do país se deram num contexto bastante relevante para o ME que estava crescendo em termos de mobilização desde 1975. Por isso, a disputa pela liderança do ME tornou-se latente entre as tendências uma vez que cada qual pretendia encaminhar a luta contra a ditadura de acordo com a análise política do momento.

Hayashi (1986) analisa as cartas-programa das chapas Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta<sup>46</sup>, assinalando os pontos convergentes em cada plataforma. A autora conclui que as análises das tendências coincidiam em alguns pontos no tocante à conjuntura da sociedade brasileira e também da universidade e as principais pautas reivindicativas eram por mais verbas para educação, contra o ensino pago e pela democratização da universidade.

A carta-programa<sup>47</sup> de Caminhando expunha a situação nacional, denunciando a tortura, a repressão e a censura à imprensa e às manifestações artísticas e culturais. No plano econômico, o documento relatava a situação de miséria da população submetida aos baixos salários e às más condições de vida que foram sendo agravadas pelo “milagre brasileiro”. Para Caminhando, as causas da situação degradante econômica e socialmente de nosso país estavam ligadas à dominação imperialista do qual a grande burguesia era aliada. A tendência desenvolveu estas análises com base em dados estatísticos oficiais sobre a distribuição de renda, o desemprego, a diminuição dos salários etc e construiu seu pensamento com base num referencial marxista, repudiando a implantação do capitalismo monopolista e a penetração do capital estrangeiro. Destacou ainda a “modernização conservadora” que acontecia no campo onde havia o predomínio de latifúndios, o que significava grande concentração de propriedade fundiária<sup>48</sup>.

---

reconstrução do DCE consequência direta do crescimento das tendências.

46 Segundo Hayashi (1986), não foi possível localizar a documentação referente às outras chapas.

47 *Carta-Programa para o DCE de maio de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

48 Na carta-programa para as eleições do DCE, Caminhando aprofundou a análise neste ponto referindo-se aos estudos clássicos sobre a penetração do modo de produção capitalista no campo que pode ser classificado como “via americana” ou “via prussiana”, consoante ao depoimento supracitado de Aldo Rebelo. O primeiro processo caracteriza-se como revolucionário, pois resulta de uma reforma agrária, redistribuindo a terra, conforme aconteceu nos EUA. O segundo processo caracteriza-se por uma mudança gradativa no modo de produção, permanecendo a propriedade territorial, o que ocorreu com a Alemanha no século XIX. Para Caminhando, o Brasil estava passando por uma modernização no campo pela “via prussiana”.



Com relação à universidade, Caminhando concluía que a universidade brasileira é um elemento importante para a manutenção do poder vigente, pois reproduz a ideologia dominante. O desenvolvimento capitalista e a dominação imperialista conduzem a universidade a uma “modernização” de forma a adaptá-la às necessidades do sistema. Esta era a proposta da Reforma Universitária implantada pelo regime militar. A tendência também fez um balanço das lutas estudantis desde 1968 até 1976, explicitando que a partir de 1975 as divergências políticas no ME da USP se aguçaram criando um impasse fundamentalmente de natureza política. Caminhando concebia essas divergências como um fator de desagregação do ME que repercutia diretamente na reconstrução do DCE<sup>49</sup>.

Nos documentos desta tendência consta que as lutas defendidas por Caminhando eram pelas liberdades democráticas que eram entendidas como liberdade de expressão e pensamento; pelos Direitos Humanos; fim da censura; liberdade de organização sindical e entidades estudantis; livre organização de partidos políticos; direito de greve e realização de manifestações; a vigência do “*habeas corpus*”; realização de eleições livres e diretas entre outros.

A luta pelas Liberdades Democráticas é, hoje, o ponto de convergência das aspirações imediatas das mais amplas parcelas da população brasileira. Embora tenha sido formulada originariamente pela burguesia, a bandeira das liberdades democráticas interessa, hoje, nas condições históricas concretas atuais, às massas populares, particularmente às classes trabalhadoras.<sup>50</sup>

O último ponto analisado por Caminhando em sua carta-programa é a consideração do estudante como parte integrante do povo brasileiro que possui certas particularidades. A tendência explicitava que, embora os estudantes fossem provenientes, em sua maioria, das camadas médias da população, eles poderiam contribuir no processo revolucionário sem, no entanto, assumir-se como vanguarda nas lutas sociais do povo.

Nós, estudantes, lutaremos como tal por nossos objetivos específicos, bem como pelos objetivos gerais que unificam o povo brasileiro. Ao transformar a realidade, o homem se transforma e os estudantes, enquanto setor social, avançarão dentro dos marcos impostos pela sua origem de classe, para posições cada vez mais lúcidas e progressistas.<sup>51</sup>

---

49 *Carta-Programa para o DCE de maio de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

50 *Carta-Programa para o DCE de maio de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

51 *Carta-Programa para o DCE de maio de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

Liberdade e Luta abre sua carta-programa fazendo um balanço das lutas estudantis por um DCE-Livre, colocando as condições em que a entidade surgiu e as tarefas exigidas pelo momento para o ME. O DCE substituiu os Conselhos de Centros Acadêmicos (CCAs) provando que o ME estava ganhando coesão e intensificando suas lutas.

A partir de 75, é a própria disposição de luta do estudantado que exige a superação do CCA através da criação de um canal de participação mais amplo, instrumento aberto a todos os estudantes para a defesa de suas reivindicações: a Comissão Universitária. Esta, apesar de materializar a exigência de um avanço orgânico do ME, tinha sua eficácia restrita aos momentos de mobilização e os seus impasses apontavam sempre para a construção de um instrumento capaz de levar adiante a luta pelas conquistas democráticas: o DCE.<sup>52</sup>

Libelu considerava que o DCE representava a parcela mais combativa do ME uspiano servindo como referência e centro de acumulação de forças do ME nacional, pois é o primeiro DCE livras das amarras do modelo de gestão burocrática do governo militar para a universidade. A tendência enfatizava que a mobilização estudantil ainda não estava consolidada e, assim como o DCE, estava em processo de construção. Portanto, era preciso que a diretoria à frente do DCE tivesse esta compreensão do momento político e da forma pela qual a universidade se relacionava com a sociedade. O DCE deveria servir como um ponto de contato com outros setores da sociedade, basicamente os trabalhadores, de modo a criar uma união com esta classe<sup>53</sup>.

Ao estabelecer a conexão entre as lutas no âmbito da universidade com as lutas por mudanças na sociedade, Libelu iniciou sua análise passando pelas conseqüências do “milagre econômico” para as classes sociais, sendo que a classe trabalhadora era a maior prejudicada com o plano econômico. Para a tendência, o regime militar tinha por objetivo manter a super-exploração da força de trabalho pelas grandes empresas, abrindo cada vez mais a economia brasileira ao capital estrangeiro. A universidade e a educação sofriam com os resultados da política do governo militar que as submetiam aos seus interesses e aos da classe dominante, enquadrando-as na lógica do sistema através do não incentivo à pesquisa científica, da eliminação de disciplinas da área de Ciências Humanas, introduzindo Estudos Sociais no lugar e da junção dos cursos de Física, Química e Biologia num curso genérico de “Ciências”, algo proposto pela Resolução 30. O documento ainda fazia uma crítica a Reforma Universitária, aos Acordos MEC-USAID e aos decretos 477 e 228.

---

<sup>52</sup> *Plataforma Liberdade e Luta para o DCE-Livre da USP de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

<sup>53</sup> *Plataforma Liberdade e Luta para o DCE-Livre da USP de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

Nesse contexto, a Universidade foi definida no interior da sociedade, como uma instituição a serviço da classe dominante, no sentido de formação de mão-de-obra especializada exigida pelo capitalismo no Brasil. Com efeito, nada mais se esperava da Universidade do que adaptar eficazmente uma tecnologia importada pelas grandes empresas, reproduzir e ampliar os valores ideológicos do grupo dominante e fornecer quadros técnicos e científicos para gerir o sistema.<sup>54</sup>

A luta pela universidade, que estava inserida num conjunto de medidas repressoras que atingiam toda sociedade, passava, necessariamente, pela luta dos trabalhadores. Portanto, a resistência do ME às investidas do regime militar só seria conseqüente se estivesse vinculada à luta do proletariado, posicionando-se contra a ordem social, e não somente contra a PEG ou contra a Reforma Universitária<sup>55</sup>.

O enfrentamento desta situação une estudantes, professores e profissionais na luta dos trabalhadores, os únicos que têm interesse real em fazer avançar a arte, a ciência e a técnica. E a aliança com os trabalhadores começa dentro da própria universidade, ao se unir os estudantes aos professores e funcionários, cujos interesses básicos confluem.<sup>56</sup>

Ao tratar do governo Geisel, Libelu apontava para uma crise no regime militar da qual uma das causas foi o colapso do “milagre econômico”. Esta situação fez com que os movimentos populares, os movimentos de camadas intermediárias e dos trabalhadores se manifestassem contra a ditadura, por aumentos salariais entre outras reivindicações. Libelu identificava estas reivindicações como um apanhado por liberdades democráticas, isto é, esta luta agregaria o aumento dos salários, por melhores condições de vida, pelo fim da censura e repressão, contra a super-exploração etc<sup>57</sup>.

Libelu retificava que os estudantes só seriam capazes de impor sua entidade livre da burocracia universitária por uma brecha que foi aberta pela resistência dos trabalhadores que cada vez mais tendiam a unificar suas manifestações. Por isso, a luta do ME era conseqüente à luta dos trabalhadores e o movimento não deveria ter uma perspectiva puramente escolar. O ME precisava apreender que as más condições da universidade, do ensino em geral, eram frutos de uma política

---

54 *Plataforma Liberdade e Luta para o DCE-Livre da USP de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

55 *Plataforma Liberdade e Luta para o DCE-Livre da USP de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

56 *Plataforma Liberdade e Luta para o DCE-Livre da USP de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

57 *Plataforma Liberdade e Luta para o DCE-Livre da USP de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

imposta pela classe dominante à educação em nosso país. As reivindicações estudantis também faziam parte do conjunto das liberdades democráticas, por isso, o seu conteúdo político era igual ao da luta dos trabalhadores. A recriação do DCE ganhou um sentido histórico, pois colaborava para que a mobilização estudantil adotasse o caminho das liberdades democráticas.<sup>58</sup>

Com relação à carta-programa de Refazendo, não foi possível encontrá-la na pesquisa nos arquivos. Porém, através de outros documentos para eleições de Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos e outros manifestos, bem como cartas-programa referentes às eleições para o DCE de 1977 e 1978, pode-se analisar o pensamento desta tendência.

Na carta-programa para as eleições do CAASO (Centro Acadêmico da USP/São Carlos) em outubro de 1976<sup>59</sup>, Refazendo analisava a situação atual do país, caracterizando o “milagre econômico”, que tentava mascarar a realidade social do Brasil, encobrindo a condição de miséria da maioria da população, bem como a forte repressão e censura que se abateu sobre os movimentos sociais e partidos políticos. A tendência fazia uma crítica à política de distensão de Geisel afirmando que esta política não significava uma abertura aos anseios dos trabalhadores, mas uma tentativa de encontrar formas de dominação para enfrentar o crescimento dos protestos populares e de se colocar hegemonicamente no poder, afastando outros setores da classe dominante dos principais centros de decisão. Refazendo identificou duas tendências entre os militares: uma ligada a Geisel, outra ligada a Médici. A política de distensão de Geisel visava conseguir apoio de setores da imprensa, do MDB e da Igreja para que fosse neutralizada a corrente ligada a Médici.<sup>60</sup>

Refazendo concluiu que o quadro de crise em que se expunha o regime militar abriu brechas para a reorganização dos movimentos populares e do ME. A reconstrução das entidades livres e independentes cujas eleições do DCE-Livre da USP foram emblemáticas seria a principal tarefa dos estudantes neste momento. Refazendo ressaltou que existem diferenças regionais entre as faculdades o que determinava um processo de reorganização com apoio nas entidades de base (CAs, DAs, DCEs, Grêmios etc)<sup>61</sup>.

---

58 *Plataforma Liberdade e Luta para o DCE-Livre da USP de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

59 *Grupo Refazendo: carta-programa para eleições do CAASO 76: 14-15 de outubro*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

60 Esta divisão entre os militares é caracterizada por João Roberto Martins Filho no livro *O Palácio e a Caserna* – São Paulo: Edufscar, 1996. Em resumo, os militares ligados a Médici eram reunidos numa corrente chamada de “linha dura”, enquanto que os militares vinculados a Geisel eram da corrente “moderada” ou “Grupo da Sorbonne”. Estas divisões apresentam-se muito mais complexas, por isso, a leitura do livro supracitado é de grande importância para a compreensão exata das relações entre os militares.

61 *Grupo Refazendo: carta-programa para eleições do CAASO 76: 14-15 de outubro*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra

As entidades estudantis significam para os estudantes a conquista de um vigoroso instrumento de luta para a defesa de seus interesses. No entanto, para encaminhar essas lutas, é necessário que não estejamos vinculados às idéias e projetos da minoria dominante. Uma entidade livre e independente deve estar, exclusivamente, vinculada às decisões dos estudantes, que devem fortalecer suas comissões, participar das reuniões gerais e das Assembléias – órgão máximo de decisão – contribuindo com trabalho, idéias e recursos.<sup>62</sup>

Sobre a universidade, o documento faz referência a má estruturação dos cursos, baixo nível do ensino e a questão do ensino pago. As entidades estudantis são os instrumentos de luta por estas reivindicações. Refazendo argumentava favoravelmente à luta por liberdades democráticas, assinalando que a repressão sobre os trabalhadores e também sobre os estudantes. Estes se constituem como força auxiliar no processo revolucionário junto aos trabalhadores.<sup>63</sup>

Ainda sobre as entidades, Refazendo salientava que poucas eram as universidades que possuíam representação estudantil livre, sendo as entidades controladas pela política do governo militar em que a participação dos estudantes era limitada. Os estudantes não deveriam restringir suas ações a estes organismos oficiais de participação, pois isto significava submeter-se às regras instituídas pela ordem vigente, mas também não deveriam ignorar este canal de participação, utilizando-se deles quando fosse conveniente. Refazendo acreditava que a participação nos órgãos colegiados deveria ser reivindicada pelos estudantes, pois através desta participação seria possível levar as lutas estudantis, conquistando mais este espaço de luta.

Embora o documento analisado da tendência Refazendo não seja a carta-programa para a eleição do DCE da USP em 1976 no qual a chapa foi vencedora, a análise das posições de Refazendo não foi prejudicada, pois o cerne do seu pensamento está contido em todos os documentos sendo a carta-programa para as eleições do CAASO o escolhido para elucidar as posições desta tendência.

O importante na análise da documentação das tendências são as considerações que cada uma fazia sobre a realidade política e social do país e como o ME deveria se posicionar na luta contra a ditadura. As tendências explicitavam as condições do país após o “milagre econômico” e a situação dos trabalhadores que sofriam com os baixos salários e a repressão política. E nesse contexto estava a universidade, uma instituição a serviço dos interesses da classe dominante. Nesse sentido, o ME tinha o propósito maior de lutar contra a política do governo militar para a educação

---

62 *Grupo Refazendo: carta-programa para eleições do CAASO 76: 14-15 de outubro.* Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra

63 *Grupo Refazendo: carta-programa para eleições do CAASO 76: 14-15 de outubro.* Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra

e participar da luta dos trabalhadores pelo fim da ditadura. As liberdades democráticas correspondiam a toda luta contra o regime militar e as entidades tornaram-se um espaço onde a luta estudantil poderia se desenvolver de maneira menos restrita. Por isso, a necessidade do DCE ser livre da burocracia do governo.

Embora o objetivo das tendências fosse o mesmo - derrubar a ditadura -, cada uma idealizava um caminho diferente, com propostas diversas que refletiam o estreitamento partidário. As contrariedades entre as posições de cada tendência apareciam, por exemplo, na questão da luta específica e da luta geral. A tendência Resistência, ligada ao MEP (Movimento pela Emancipação do Proletariado) e que também teve bastante expressão no ME da USP, apresentou um programa que destacava a luta contra o arrocho salarial e que colocava a luta contra a PEG como o principal objetivo do ME. Mário Martins e Josué Pereira<sup>64</sup> relatam que Refazendo e Caminhando compartilhavam desta posição. Liberdade e Luta, por ser uma tendência com posições mais combativas e que propunha um enfrentamento direto e imediato contra a ditadura, considerava que as demais tendências priorizavam a luta específica por discordarem de que o ME e os demais movimentos populares estavam prontos para a retomada das manifestações públicas.

Nos documentos analisados por Hayashi (1986) fica evidente este embate entre luta específica e luta geral entre as tendências que estavam concorrendo à diretoria do DCE- livre USP, especialmente entre Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta. Refazendo apoiava a participação dos estudantes nos órgãos colegiados, pois esta seria uma forma de não limitar a luta estudantil dentro da universidade. Liberdade e Luta era contrária a esta posição que seria conciliadora com a política do governo militar. Nesse sentido, Libelu considerava que Refazendo e Caminhando estavam atreladas à luta em torno das questões sobre a universidade e não conseguiam visualizar que o ME deveria assumir um papel maior contra a ditadura, deveria tomar a frente dos movimentos sociais e sair às ruas. Refazendo e Caminhando, em suas análises, avaliavam que os estudantes deveriam extrapolar os muros da universidade, enquadrando a luta estudantil num contexto de lutas em todo país, somando-se à luta dos trabalhadores pelo fim da ditadura e pela revolução. A principal diferença com relação à Liberdade e Luta era que Refazendo e Caminhando não aceitavam a afirmação dos trotskistas de que a sociedade e os movimentos populares tinham força suficiente para voltar a manifestar-se acidamente contra a ditadura. Por isso, Liberdade e Luta, segundo Mário Martins, Josué Pereira e José Arbex Jr., chamava estas tendências de “peguistas<sup>65</sup>”, pois mesmo que elas aprofundassem a questão da importância da ligação entre a luta estudantil e a luta geral, não saíam do ambiente da universidade.

---

64 Entrevista concedida a autora em 09/06/2010.

65 Em referência à PEG.

Outro ponto divergente entre as tendências que apareceu no contexto das eleições para o DCE-Livre em 1976 era com relação ao apoio ao MDB. Em 1974 o MDB lançou uma campanha eleitoral que pretendia denunciar os mandos e desmandos do regime militar, principalmente com respeito às eleições. A anticandidatura de Ulisses Guimarães à presidência da República ganhou força e abrangência com os programas eleitorais televisivos e garantiu a vitória do MDB no Congresso<sup>66</sup>. A campanha vitoriosa do MDB foi contemplada por alguns partidos de esquerda, como o PCB e o PC do B, que passaram a apoiá-lo, considerando-o um partido de real oposição. Porém, outras organizações não aceitavam a definição de que o MDB seria um partido de oposição posto que não era um partido dos trabalhadores, não era um partido revolucionário e, por isso, não poderia assumir o papel de oposição uma vez que estava subordinado ao regime. Estas discussões eram levadas para o movimento estudantil pelas tendências.

A questão do voto no MDB nas eleições municipais de 1976 e nas eleições estaduais de 1978 foi bastante debatida pelas tendências estudantis, transparecendo as diferentes análises de conjuntura com base em cada corrente teórico-política. Para o PCB, o voto no MDB garantiria espaço para uma oposição partindo de dentro do regime. De acordo com Amâncio Paulino<sup>67</sup>, o PCB propunha uma política de frente democrática contra a ditadura, reivindicando a anistia, a Constituinte, o fim da repressão entre outros, e o apoio ao MDB representava essa unidade democrática. A questão de se ter uma participação ativa dentro dos órgãos ligados diretamente ao regime militar para poder realizar uma oposição a partir disso, era algo semelhante à questão da participação nos órgãos colegiados estudantis. Com base nesta analogia, pode-se afirmar que Refazendo e Caminhando, ao contrário de Liberdade e Luta, adotaram esta posição de apoio ao voto no MDB ou em candidatos que tivessem um programa popular nas eleições de 1978, embora isto não significasse que apoiavam a política do PCB.

No documento *Sobre as eleições de 15 de novembro*<sup>68</sup>, Caminhando expressava o apoio ao voto de protesto no MDB mesmo não considerando este partido como revolucionário. Para esta tendência, a campanha pelo voto nulo deveria causar uma mobilização geral, algo que não estava acontecendo uma vez que o MDB havia conquistado o voto da maioria da população.

Esta posição de Caminhando é reiterada no documento *Jornal do DCE de novembro de 1976*<sup>69</sup>. Este documento traz as posições das três tendências sobre o voto no MDB que seriam

<sup>66</sup> Ver MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)* – São Paulo: Xamã, 2004.

<sup>67</sup> Disponível em <http://www.mme.org.br/main.asp?Team=%7B3EBBBABF%2D203C%2D4E3E%2DB99F%2DE8B0CF00E072%7D>. Acesso em 04/06/2010.

<sup>68</sup> Documento datado de outubro de 1976. Pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

<sup>69</sup> Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria palavra.

apresentadas como propostas para um plebiscito. Caminhando analisava que as eleições eram uma farsa porque eram controladas pela ditadura e não representavam a escolha do povo. No entanto, o voto de protesto tornou-se um instrumento de luta por eleições livres, pois o período eleitoral era de grande politização uma vez que proporcionava um debate sobre os candidatos e a situação do país. Por isso, para Caminhando, em 1974 o povo demonstrou sua insatisfação perante a política do regime militar através do voto de protesto e deveria continuar caminhando nessa direção.

Assim, os resultados eleitorais de 1974 têm extraordinário significado. Foram a explicitação de contradições sociais agudas; representaram, pela sua expressão e alto grau de unidade, a mais ampla manifestação oposicionista desde 1964; evidenciaram a completa incompatibilidade do povo brasileiro com o poder vigente; colocaram em xeque a existência desse com as formas liberais que procura assumir, gerando, desse modo, o impasse institucional que domina o quadro político oficial de 1974 até agora. Reintroduziram, por um momento, o povo na cena política. É importante ressaltar que o que transformou o voto no MDB em instrumento de protesto foi o fato de ele ter sido a resposta unitária de grande maioria da população. A oposição se concentrou em torno de um instrumento comum. Os indivíduos isolados puderam saber que o seu descontentamento era compartilhado pela maioria. O povo sentiu-se povo.<sup>70</sup>

Refazendo não apresentou posições definidas sobre o voto nulo ou o voto de protesto. A tendência, junto com Caminhando, propunha que ao plebiscito sobre as eleições municipais de 1976 fosse encaminhado um debate no qual seria discutido o que as eleições representavam para o povo e porque o voto de protesto era importante.

Se o debate é restrito e superficial na sociedade, devemos aprofundá-lo ao máximo aqui dentro e fazer com que ele influencie outras camadas da população. Se tudo está montado para que estas eleições pouco representem em termos de participação política e de alteração de poder no país (objetivo teórico de uma eleição) vamos fazer do voto uma arma política. E não só do voto individual, mas através do debate mais livre possível, manifestar conjuntamente uma posição quanto ao caráter dessa eleição.<sup>71</sup>

Na carta-programa para o CA de Física e Matemática intitulada *Caminhando Contra o Vento de 1976*<sup>72</sup>, Refazendo analisava que o MDB não era um partido que representava a classe trabalhadora, mas que havia candidatos dentro do partido que se dispunham a assumir programas que expressassem uma oposição conseqüente. Portanto, a melhor saída era apoiar estes candidatos para engrossar a força de oposição.

<sup>70</sup> *Jornal do DCE de novembro de 1976.*

<sup>71</sup> *Jornal do DCE de novembro de 1976.*

<sup>72</sup> Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.



Na condição de diretoria do DCE-Livre da USP, Refazendo lançou um boletim sobre as eleições de 1976 em que se mostrava contra o voto nulo, por ser um protesto passivo, e contra o voto de protesto, por significar protesto traído. A tendência argumentava a favor do debate, da construção de um programa que apoiasse os candidatos que assumiam as reivindicações de toda população. Refazendo propunha que os estudantes formassem este programa e assim, pudessem decidir sobre o que fazer nestas eleições.

Apesar de nosso protesto ser justo, devemos transformá-lo numa ação conseqüente, arrancando-o dos marcos de uma simples negação. Se reconhecemos que estas eleições são uma farsa, não se deriva a partir daí que devemos descartar a possibilidade de nos aproveitarmos delas para ampliar nossa organização, mesmo que esta seja num primeiro momento pequena e frágil.<sup>73</sup>

Refazendo deixava claro que as eleições serviam apenas para manter a aparência “democrática” do governo militar e que, para os estudantes, o único meio de serem atendidas suas reivindicações era construindo entidades fortes, livres e independentes.<sup>74</sup>

Liberdade e Luta defendia o voto nulo e apresentava uma proposta de eleições livres onde se lutaria pela candidatura de partidos que representassem os trabalhadores. O MDB teria adotado uma política de conciliação nacional em apoio à política de distensão de Geisel, rompendo com a proposta por uma Constituinte livre, pelas liberdades democráticas, por melhores condições de vida e trabalho, em resumo, rompendo com as reivindicações populares que o partido havia assumido anteriormente. Liberdade e Luta defendia a criação de um partido revolucionário, um partido dos trabalhadores.

O MDB não é o partido que irá organizar e mobilizar os setores explorados e oprimidos da sociedade brasileira. Isto apenas poderá ser feito pelos trabalhadores organizados, únicos interessados no fim deste regime, sem restrições. Por isso não temos porque confiar nesse agrupamento que se orienta pela “conciliação nacional”. Nem nele, nem nos seus membros mais exaltados, porta-vozes e programas “mais radicais” que podem ser mais radicais nas palavras, mas que serão tão moderados na prática quanto quiserem os dirigentes do partido ao qual estão subordinados, e que por isso, tampouco organizam e mobilizam independentemente, e se o fizerem, como sabemos, serão cassados.<sup>75</sup>

Liberdade e Luta foi bastante enfática ao negar o voto no MDB, um partido que fazia uma oposição institucional, incapaz de levar adiante as reivindicações dos trabalhadores. Um

<sup>73</sup> 4º Boletim DCE-LIVRE, outubro de 1976: *Eleições Municipais e Encontro Nacional de Estudantes*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

<sup>74</sup> 4º Boletim DCE-LIVRE, outubro de 1976: *Eleições Municipais e Encontro Nacional de Estudantes*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

<sup>75</sup> *Jornal do DCE de novembro de 1976*.

partido que por seus vínculos com a burguesia e a classe dominante não gerava uma verdadeira oposição. Num encarte de setembro 1976<sup>76</sup>, *Liberdade e Luta* observou que a população que votou no MDB nas eleições de 1974 e obteve sucesso enquanto força de oposição deveria saber analisar o momento político que era diferente do anterior. A mobilização popular havia crescido desde 1974 e poderia continuar neste caminho sem precisar canalizar sua força no MDB, algo que era notado e temido pelo MDB, segundo Libelu, que perderia o apoio popular.

O aprofundamento destas divergências foi seguido das constantes discussões entre os estudantes que não militavam nas tendências. José Arbex Jr. e Josué Pereira, em depoimento, relatam que as assembleias sempre terminavam com discussões envolvendo as posições teóricas de cada tendência, desviando a atenção dos estudantes dos temas que seriam debatidos como, por exemplo, a questão da Reforma Universitária. Estas assembleias eram palco de disputas políticas entre as tendências o que contribuía, de certo modo, para o distanciamento da massa estudantil. Isto ajudava na desarticulação do movimento.

A recriação do DCE-Livre, apesar destes impasses causados por divergências políticas, foi um passo importante para o ME uspiano e brasileiro. As tendências estudantis tinham uma abrangência nacional e o processo de reorganização do ME passava necessariamente pela luta por entidades livres. Na ausência de uma entidade nacional, o DCE e a UEE-SP, que foi fundada em 1978, assumiram uma função maior representando a luta estudantil nacionalmente. Nesse ínterim, os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) também contribuíram para a reorganização dos estudantes em âmbito nacional.

### **3. Os Encontros Nacionais de Estudantes**

Os Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) surgiram por volta de 1975, mas foram precedidos dos Encontros de Área. Estes encontros eram divididos por curso e tinham o propósito de discutir as questões relacionadas à universidade, principalmente a Reforma Universitária. A luta específica foi reforçada durante os Encontros de Área e a crítica à PEG aparecia no bojo das discussões relativas aos problemas de cada curso.

As principais preocupações dos estudantes eram com relação à tecnização e à privatização do ensino e a composição da grade curricular e os demais problemas de cada curso. A carta-programa da chapa do CA de Física e Matemática da USP, *Caminhando contra o Vento (1976)*<sup>77</sup>, sob orientação da tendência Refazendo, enfatizava a questão do conhecimento científico

<sup>76</sup> Encarte: *Economia. Liberdade e Luta. N° 2, setembro de 1976*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

<sup>77</sup> Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

estar direcionado para os interesses da classe dominante. Apenas as pesquisas das quais os objetivos e os resultados interessavam à ditadura é que recebiam financiamento, enquanto que as pesquisas de cunho social que tinham por propósito trazer algo novo para a discussão ou propor um debate mais politizado eram rejeitadas. A chapa destacava também a necessidade de mudar o perfil dos cursos de Matemática e Física, principalmente com relação à elitização e à competitividade entre os alunos.

O documento *Avante CA de Direito da USP de maio de 1969*<sup>78</sup> tratou da questão da formação bacharelesca dos estudantes do curso de Direito que estavam sendo formados para legalizar o *status quo* sem criticá-lo, servindo aos interesses da classe dominante. Isto era um dos resultados da Política Educacional do Governo que implantou na educação brasileira um ensino que privilegiava uma lógica empresarial e tecnicista.

O documento sobre o ENECS (Encontro Nacional de Estudantes de Ciências Sociais)<sup>79</sup>, provavelmente de alunos do curso de Ciências Sociais da USP, tratava da importância de uma reflexão sobre o papel do cientista social na sociedade e da desvalorização da profissão no mercado de trabalho. O documento convocava os alunos a participarem do ENECS a ser realizado na PUC-SP e apresentava como pauta de discussão a questão da grade curricular e das dificuldades dos alunos com o trabalho científico.

Com relação à pesquisa científica, as reuniões da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) representaram um espaço de discussão sobre a situação da universidade e a realidade brasileira, com a participação de estudantes, professores, intelectuais e cientistas. Os Encontros de Área juntamente com a SBPC, cujas reuniões não eram proibidas, representaram um campo de oposição bastante forte contra a PEG.

Os documentos produzidos nos Encontros de Área dos primeiros anos da década já identificam com precisão as diretrizes de caráter empresarial e tecnocrático que se acham presentes na reforma do ensino, e mais do que isso, visualizam de maneira crítica o significado político do discurso “técnico” utilizado pelo governo militar no momento em que procura promover transformações econômicas e sociais mais profundas. (PELLICCIOTTA, 1997 p. 63)

A evolução da organização estudantil articulada através dos Encontros de Área resultou em reuniões de caráter nacional. Os Encontros Nacionais de Estudantes coincidiram com a formação das tendências estudantis e a discussão se expandiu para além da luta específica. O I ENE aconteceu em 28 de agosto de 1976 na Faculdade de Engenharia da USP em São Carlos. De acordo com Cancian (2008), nesta reunião os estudantes começaram a colocar a questão da importância de

---

78 Documento pesquisado no AEL no Fundo Brasil Nunca Mais.

79 Documento sem data e sem autoria pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

um órgão de representação estudantil nacional. Aqui começaram a aparecer as primeiras discussões sobre a reconstrução da UNE.

O II ENE foi realizado em 16 de outubro na Faculdade de Ciências Sociais da USP.

O evento reuniu 281 delegados estudantis e mais de 500 estudantes na condição de observadores de 40 escolas de oito Estados (São Paulo Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Brasília, Rio de Janeiro e Pernambuco). Foram apresentadas três pautas para o debate: Reorganização do Movimento Estudantil; Lutas a serem encaminhadas; e posição dos estudantes face às eleições de 15 de novembro. (CANCIAN, 2008 p. 85)

As eleições municipais de 15 de novembro de 1976 foram objeto de deliberação no II ENE, pois as diversas tendências tinham visões diferentes sobre o voto de protesto no MDB, o que causou divergências entre os estudantes. Como demonstramos, entre as tendências analisadas, Liberdade e Luta era a única que lutava pelo voto nulo, campanha esta encaminhada pelo II ENE juntamente com um plebiscito que tinha por objetivo avaliar se os estudantes consideravam as eleições de 15 de novembro como eleições livres. De acordo com Cancian (2008, p. 86), cerca de 96% dos universitários responderam *não* à pergunta.

Em seus documentos, as tendências apresentavam diversas propostas para ao ENEs, evidenciando a importância destes encontros para o ME. Liberdade e Luta, no documento *Encarte Economia de setembro de 1976*<sup>80</sup>, por exemplo, demonstrou insatisfação com as posições de determinados grupos políticos no I ENE, alegando que estes grupos queriam controlar o ME e transformar os ENEs num encontro de delegados de entidades. Segundo Libelu, a proposta de um encontro de entidades derivava da análise incorreta destes grupos políticos que avaliavam como desfavorável a conjuntura, afirmando que o ME estava num período de refluxo no segundo semestre de 1976. Libelu discordava acridamente desta posição que, de acordo com o documento, era seguida por Refazendo e Caminhando, pois avaliava que os movimentos de massa estavam crescendo e era preciso acompanhar este momento de perto para que ele não se perdesse. Para a tendência, a organização do ME extrapolava os limites da entidade, por isso, os encontros deveriam ser nacionais e representar toda a massa estudantil, não apenas a direção de cada tendência.<sup>81</sup>

---

80 *Encarte: Economia. Liberdade e Luta. Nº 2, setembro de 1976.* Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

81 Para reforçar a questão das disputas pela liderança do ME entre as tendências, o documento *Em defesa da Democracia*, provavelmente de 1976, pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra, era uma forma de protesto às posições da diretoria do CA de História da USP, liderada por Caminhando. O documento foi formulado por membros de diversas tendências e reivindicava a votação aberta dos delegados a serem enviados ao I ENE e não na forma de plebiscito como queria a diretoria.

No documento 4º Boletim do DCE-Livre USP<sup>82</sup>, Refazendo salientou que no II ENE deveria ser discutido a necessidade de unificação nacional dos estudantes, atentando para os problemas semelhantes que cada Estado possuía relativos à universidade.

A reorganização do ME nacional deve ser entendida como um processo que permita a realização de campanhas e lutas conjuntas, respeitando as diferenças regionais, e a unificação se dará em cima das lutas conjuntas a serem encaminhadas. Esta organização deve se dar através das entidades localizadas, os Centros Acadêmicos, por serem estas entidades as que estão mais próximas do conjunto dos estudantes.<sup>83</sup>

A problemática da unificação da luta estudantil não se dava apenas em relação às disparidades regionais e às particularidades de cada faculdade. Tanto nos documentos sobre os ENEs quanto nos demais manifestos ou cartas-programa, as tendências explicitavam as disputas políticas, responsabilizando-as pela falta de unidade no ME. Caminhando em *Carta-Programa para o DCE-Livre da USP “Alexandre Vanucchi Leme” de 1977*<sup>84</sup> avaliava que apesar do ME ter evoluído em termos de mobilização ainda permanecia isolado dos demais setores populares e democráticos, salientando que em muitas regiões do país o movimento continuava inexistente. Este isolamento da luta estudantil, bem como a diferença de organização entre as regiões colocava dificuldades para o ME organizar-se em nível nacional. Um fator agravante desta condição, para Caminhando, era o sectarismo que caracterizava algumas tendências.

A rivalização das tendências não é em si negativa; o que traz enorme prejuízo é a polarização extemporânea e incorreta, que põe em risco a unidade do movimento, descaracteriza as entidades e reuniões estudantis e minimiza o número de participantes nas assembleias. Não estamos contra o debate político, pelo contrário, acreditamos que se forem realizados de modo oportuno, organizado e com ampla participação levarão ao esclarecimento e a uma maior combatividade<sup>85</sup>.

Para Caminhando, as disputas entre as tendências poderiam levar à instrumentalização do movimento, deixando de ser ouvida a massa estudantil e prevalecendo as posições das lideranças políticas. Por isso, Caminhando ressaltava a importância de se seguir certos princípios democráticos

---

82 4º Boletim DCE-LIVRE, outubro de 1976: *Eleições Municipais e Encontro Nacional de Estudantes*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

83 4º Boletim DCE-LIVRE, outubro de 1976: *Eleições Municipais e Encontro Nacional de Estudantes*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

84 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

85 *Carta-Programa para o DCE-Livre da USP “Alexandre Vanucchi Leme” de 1977*.

na gestão das entidades que deveriam ser independentes a fim de não centralizar a direção das mesmas e expressar com maior rigor a opinião dos seus representados.

As entidades estudantis devem ser a forma mais ampla de organização dos estudantes, pois, sendo organismos democráticos, devem admitir a participação de todas as posições políticas existentes entre os estudantes, bem como dos elementos sem posição definida. As entidades de massas não podem alijar de si qualquer posição vencida em eleição ou Assembléia, nem impedir a divulgação de suas idéias e programas. Por outro lado, devem garantir o compromisso de todos com a proposta vencedora, tendo, portanto, como finalidade a supremacia da maioria, mas não sua exclusividade. O voto deve ser atribuição de todos os membros e a decisão da maioria o único compromisso da entidade, que só deve satisfação aos estudantes que representa.<sup>86</sup>

Apesar das divergências, Caminhando considerava que era possível manter a unidade de ação do ME sem eliminar a luta no âmbito ideológico entre os estudantes. A unidade da luta estudantil era simbolizada pela luta por liberdades democráticas, pela anistia ampla e irrestrita, por melhores condições de vida e de trabalho, contra a PEG, contra o ensino pago, por melhores condições de ensino e pela unidade e democracia internas do ME contra o sectarismo.<sup>87</sup>

As constantes divergências entre as tendências foram ganhando corpo com a intensificação da mobilização estudantil. Se a Greve da ECA serviu de mote para a refundação do DCE-Livre da USP, os ENEs marcaram um período de intensa politização do ME a nível nacional. Os ENEs também contribuíram para reforçar a questão da reconstrução das entidades. No documento *A importância dos Encontros Nacionais de Estudantes na reorganização do ME de agosto de 1976*<sup>88</sup>, a tendência Mobilização/USP relatava que o ME paulista estava crescendo com um ritmo de luta bastante intenso, principalmente depois da conquista do DCE-Livre da USP, diferentemente de outras regiões do país em que as entidades como os Centros e Diretórios Acadêmicos ainda eram atrelados ao governo militar. Nesse sentido, o documento apontava os ENEs como um mecanismo para encaminhar as lutas estudantis a nível nacional.

A importância dos ENEs é colocada de forma explícita pelo documento *Jornal Manifesto dos estudantes socialistas do Grande Rio de abril de 1977*<sup>89</sup>:

Embora o alcance de suas decisões esteja, naturalmente, limitado pela fraqueza do ME em muitos estados, o Encontro Nacional de Estudantes (ENE) pode ter nas lutas de resistência do estudantado um importante papel de unificação. Na medida

86 *Carta-Programa para o DCE-Livre da USP “Alexandre Vanucchi Leme” de 1977*

87 *Carta-Programa para o DCE-Livre da USP “Alexandre Vanucchi Leme” de 1977*

88 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

89 Documento sem autoria pesquisado no AEL no Fundo Brasil Nunca Mais.

em que ele seja utilizado para intervir nas lutas atuais, levantando as principais reivindicações dos estudantes e buscando encampar a luta pela livre organização das entidades representativas, se estará contribuindo de fato para que cresçam as manifestações estudantis e se fortaleça a organização nacional do ME. Desta forma, acreditamos que o ENE deve ser uma forma de organização voltada para a intervenção no movimento. Uma forma de organização a serviço de uma prática que levante bandeiras de luta, por exemplo, contra o ensino pago, pela revogação do 477 e pelas entidades livres, impulsionando o desenvolvimento das lutas nas bases do movimento.

Os ENEs fortaleceram a luta pelas entidades e o ME demonstrava capacidade de articulação política e de promover o combate ao regime militar. Novamente, a polarização entre as tendências serviu para avivar o debate político, proporcionando um aprofundamento da consciência política entre os estudantes.

## CAPÍTULO 3: O ME E A INTENSIFICAÇÃO DA REPRESSÃO

### 1. 1977: a radicalização do ME

O ano de 1977 pode ser comparado ao ano de 1968 em termos de mobilização, ainda que este tenha sido mais significativo para a história do ME brasileiro por ter sido parte de um movimento global. Segundo Cancian (2008), a primeira manifestação pública ocorrida em São Paulo no ano de 1977 se deu no dia 30 de março, por iniciativa do DCE-Livre da USP com apoio da PUC-SP e outras faculdades particulares. Esta manifestação tinha o objetivo de expor a situação do ensino superior, reivindicando mais verbas e um ensino público e gratuito. A manifestação foi impedida pela polícia que bloqueou as ruas próximas à Cidade Universitária, obrigando os estudantes a mudarem seu destino: ao invés de partirem para o Largo do Arouche, eles partiram para o Largo de Pinheiros levando cartazes e terminando a manifestação com a leitura de uma carta aberta à população em que expunham a situação da universidade. (CAVALARI, 1987). Neste dia, 13 estudantes de faculdades isoladas foram presos no Arouche, pois não sabiam que a passeata tinha mudado de rumo. (CANCIAN, 2008 p. 94)

Com base nos documentos estudantis do período, pode-se afirmar que a questão das verbas e da melhora das condições de ensino, bem como a democratização da universidade, também era pauta reivindicativa de universidades em outros Estados. O *Jornal Manifesto dos estudantes socialistas do Grande Rio de abril de 1977* destacou as greves na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro) e na Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), as mobilizações na PUC contra o aumento das anuidades e as assembléias na UFRJ contra o aumento dos preços do bandeirão. O mesmo documento ainda fez referência a uma série de acontecimentos envolvendo estudantes de vários Estados no primeiro semestre de 1977 e ressaltou a importância da retomada da mobilização estudantil com base na luta em torno dos problemas relativos à universidade, principalmente a reconstrução das entidades.

Cancian (2008) ressalta que, embora os estudantes passassem pelos mesmos problemas nas universidades, a luta estudantil não era unificada nacionalmente o que enfraquecia o ME impedindo-o de levar suas manifestações de forma contínua e coesa. O ME permanecia isolado em cada universidade lutando por problemas específicos de cada escola.

Apesar destes momentos de refluxo do ME, algumas lutas foram bastante emblemáticas em 1977, como o repúdio à edição do “Pacote de Abril” que propunha uma série de medidas de caráter autoritário. Um episódio mobilizaria os estudantes novamente no início de maio conforme demonstra Cancian (2008, p. 100). Às vésperas de uma manifestação pelo 1º de Maio, 8 jovens



foram presos por transportarem panfletos para distribuir aos trabalhadores convocando-os para a manifestação<sup>90</sup>. No dia 3 de maio ocorreu uma concentração em frente à PUC-SP onde os estudantes manifestaram-se contra a prisão de seus colegas com o apoio da Igreja, artistas, professores e representantes de sindicatos dos trabalhadores. Também ocorreram manifestações no interior paulista. (CAVALARI, 1987 p. 233)

A prisão e a incomunicabilidade dos oito estudantes foi o estopim deflagrador de protestos estudantis na capital paulista, depois pelo interior do Estado até se alastrarem pelo país. Na primeira semana de maio, assembléias, greves e protestos estudantis começaram a agitar o meio universitário da capital e interior paulista. Na capital, os DCEs da USP e da PUC-SP foram os principais organizadores da mais expressiva manifestação estudantil pública da década, com a realização de uma grande passeata ocorrida no dia 5, na qual participaram cerca de 10 mil estudantes provenientes de diversas universidades do Estado. (CANCIAN, 2008 p. 101).<sup>91</sup>

A passeata do dia 5 de maio saiu do Largo São Francisco em direção à Praça da República. Josué Pereira<sup>92</sup> relatou estar presente neste dia e que devido ao cerco policial que usou de bombas de gás lacrimogênio, os estudantes tiveram que parar no Viaduto do Chá. Mesmo com a repressão, foram distribuídos pelos estudantes panfletos explicitando o repúdio às prisões, pelo fim da tortura e da violência, pela anistia aos presos políticos. Localizamos um documento intitulado *Carta aberta à população*<sup>93</sup> formulado para este dia pelos estudantes reivindicando a libertação dos estudantes presos, a anistia ampla e irrestrita e pelas liberdades democráticas.

As manifestações do início de maio foram proibidas de serem divulgadas pela televisão e pelo rádio, mas os jornais do período retrataram os acontecimentos. Na pesquisa no Cedem no Fundo Movimento Estudantil foram encontradas algumas reportagens de jornais e revistas da época comentando as manifestações estudantis. O jornal *Folha de São Paulo de 11 de maio de 1977* retratou que em muitas universidades do interior paulista e de outros Estados os estudantes estavam se organizando novamente em manifestações públicas. O jornal mencionava que em São Carlos haviam sido presos 14 estudantes que panfletavam nas ruas, e em Curitiba 10 estudantes teriam sido presos por se reunirem no Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal

---

<sup>90</sup> Os jovens presos foram Celso Brambilla, Márcia Basseto Paes, José Maria de Almeida, Adanir Marini, Fernando Antonio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Fortuna Dwek e Claudio Julio Gravina, todos militantes da Liga Operária.

<sup>91</sup> De acordo com Cavalari (1987), o movimento pela liberdade desses presos ficou conhecido como “Jornadas de maio” e deu origem ao Comitê Primeiro de Maio Pela Anistia que congregava estudantes e setores da sociedade civil como a Igreja, o MDB, a OAB, sindicatos e movimentos pela anistia.

<sup>92</sup> Entrevista concedida à autora em 09/06/2010.

<sup>93</sup> Documento datado de 1977, pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

do Paraná por ser proibido fazer reuniões no campus. O jornal também deu destaque à greve na PUC-SP, à paralisação das aulas na faculdade Casper Líbero em São Paulo, às concentrações de estudantes em frente à Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e na PUC-RJ ocorridas no dia 10. Nesse contexto de lutas e de forte mobilização estudantil é que nasceram os Dias Nacionais de Luta contra a ditadura.

No jornal supracitado consta que os estudantes decidiram por decretar no dia 19 de maio um Ato Público, que seria depois nomeado como Primeiro Dia Nacional de Luta, com o propósito de deflagrar uma greve geral dos estudantes. Foi aprovada também a proposta de criação de um abaixo-assinado pela libertação dos 8 estudantes paulistas que seria entregue ao governo. Cancian (2008, p. 106) relata que a radicalização do ME foi duramente recebida pela ditadura que tomou providências para proibir a divulgação pela imprensa dos protestos estudantis e para impedir que novas manifestações acontecessem.

Conforme descreve Cavalari (1987, p. 236), o Primeiro Dia Nacional de Luta foi marcado por intensas manifestações estudantis nas principais capitais do país e em algumas cidades do interior de São Paulo e pela repressão policial com a mesma intensidade<sup>94</sup>. A autora relata que houve várias tentativas por parte dos governadores e de autoridades universitárias para convencer os estudantes a cancelar as manifestações públicas programadas para o dia 19. Havia sido marcada uma concentração do Largo São Francisco, mas a polícia conseguiu impedir fazendo os estudantes mudarem seu trajeto para o Bairro de Pinheiros onde se localizava a Faculdade de Medicina da USP. Segundo Cancian (2008, p. 108), cerca de 3 mil manifestantes compareceram ao Largo São Francisco onde foram violentamente reprimidos e perseguidos pelos policiais enquanto que na Faculdade de Medicina onde estava a maior concentração estudantil – 10 mil estudantes – foi realizada uma Assembléia para decidir se a manifestação voltava para o Largo São Francisco ou ficava por ali. Os estudantes decidiram pela permanência na Faculdade de Medicina onde foi feita a leitura e distribuição do Manifesto Paulista da Jornada Nacional de Luta pela Anistia, exigindo a libertação dos 8 estudantes, a anistia ampla e irrestrita, pelo fim da repressão e pelas liberdades democráticas (CANCIAN, 2008 p. 108).

Apesar dos estudantes não poderem sair às ruas como o programado e das ações policiais, o Primeiro Dia Nacional de Luta reuniu estudantes nas capitais de diversos Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Brasília e Manaus (CANCIAN, 2008 p. 109). Em reportagem do dia 20 de maio de 1977, o *Jornal de Brasília*<sup>95</sup> relatou os Estados onde a

---

<sup>94</sup> Em reportagem do dia 11 de maio de 1977 o jornal *Folha de São Paulo* trouxe alguns relatos do Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, cel. Antonio Erasmo Dias, onde ele afirmava a proibição pela Lei de Segurança Nacional de qualquer ato público e que por isso, se os estudantes insistissem em infringir a lei no dia 19, a polícia teria que intervir.

<sup>95</sup> Documento pesquisado no Cedem no Fundo Movimento Estudantil.

polícia conseguiu impedir as manifestações no dia 19, dentre eles Espírito Santo, Santa Catarina, Ceará, Pernambuco e Alagoas.

O Segundo Dia Nacional de Luta ocorreu no dia 15 de junho e foi considerado como um dos protestos de maior repressão policial. De acordo com Cancian (2008), somente no Rio de Janeiro e em São Paulo ocorreram manifestações de rua, sendo que em outros Estados os protestos se concentraram dentro das universidades. Em São Paulo, os estudantes tinham planejado se encontrar na Praça Fernando Costa no centro da cidade, mas um cerco policial conseguiu dispersar a multidão. Porém, os estudantes haviam desenvolvido algumas estratégias para as manifestações, conforme relata Josué Pereira. Os estudantes se espalharam entre a multidão de populares e retomaram a manifestação pela Rua 25 de Março gritando palavras de ordem.

Formou-se então uma passeata, composta por estudantes e engrossada por transeuntes, principalmente “office-boys”, que desceu a ladeira gritando palavras de ordem até chegar à rua 25 de março; aí, além da polícia que desceu atrás da gente, apareceu também a cavalaria. O movimento, que ora dispersava, ora se juntava, tomou quase todo o centro da cidade. Já no começo da noite, começamos outra passeata na Avenida Ipiranga, perto da Praça da República, com um número menor de estudantes; subimos a avenida em direção ao Hotel Hilton, mas, com a aproximação da cavalaria, dispersamos<sup>96</sup>.

O Segundo Dia Nacional de Luta se encerrou no Largo São Francisco com a participação de cerca de 2 mil estudantes que permaneceram ali gritando palavras de ordem “pelas liberdades democráticas”, “pela anistia” e “pela libertação dos presos”. O Coronel Erasmo Dias e as tropas policiais ameaçaram invadir a faculdade caso os estudantes não saíssem. (CAVALARI, 1987). Muitos manifestantes – alguns artistas inclusive - foram presos, a maioria estudantes. O Segundo Dia Nacional de Luta teve uma avaliação negativa pelos estudantes.

Os Dias Nacionais de Luta não foram grandes manifestações e em alguns momentos evidenciavam a debilidade do ME em relação à direção e organização. A partir do segundo semestre de 1977, quando ocorreu o Terceiro Dia Nacional de Luta, é que o ME retomou com força suas manifestações.

## **2. O Terceiro Dia Nacional de Luta e o caso da UNB**

O Terceiro Dia Nacional de Luta ocorreu dia 23 de agosto e foi marcado por manifestações em São Paulo, no interior paulista e em alguns Estados. Conforme analisou Pereira

---

96 Entrevista de Josué Pereira concedida à autora em 09/06/2010.

(2006), as manifestações do dia 23 foram a resposta dos estudantes aos atos arbitrários do reitor da UNB José Carlos de Azevedo.

Durante o Primeiro Dia Nacional de Luta, 16 estudantes da UNB foram suspensos por participarem das manifestações. O *Boletim Viração*<sup>97</sup>, de agosto de 1977, trouxe para o debate a crise que se instalou na UNB no segundo semestre de 1977.

Em menos de 3 meses, mais de 400 estudantes foram presos, 30 foram expulsos e 50 suspensos. O recesso é decretado por 2 vezes: na primeira, no dia 4 de junho, por 3 dias. A resposta dos estudantes a isso é a mobilização: as assembleias e concentrações massivas foram realizadas. No dia 6 de junho mais de 70 pessoas foram presas no interior do campus. Novo recesso é decretado, desta vez por 32 dias, ou seja, até o dia 26 de julho. O reitor aproveita-se do recesso para tomar novas medidas arbitrárias, tais como: expulsão de 30 alunos e suspensão de outros 34 apontados como os “líderes do movimento”.<sup>98</sup>

O documento ainda relatava que no dia 25 de julho novas prisões foram feitas na UNB, tornando-se prática comum do reitor para impedir a mobilização estudantil. O movimento grevista da UNB exigia a revogação das punições, a demissão do reitor e a retirada das tropas policiais do campus. A solidariedade aos estudantes de Brasília movimentou o ME dos Estados mais mobilizados. O documento também relatava a prisão de 19 militantes do MEP no Rio de Janeiro e apoiava a proposta da Assembleia de Estudantes do Grande Rio para realização de uma concentração pública na Praia Vermelha no dia 18 de agosto.

No *Boletim do DCE-Livre da PUC-SP*, também de agosto de 1977, os estudantes eram convocados a participarem da Assembleia Metropolitana na USP e da Assembleia do Comitê 1º de Maio na PUC onde seriam discutidas as formas para unificar o apoio aos estudantes de Brasília<sup>99</sup>.

Para nós, impõe-se a necessidade de dar todo apoio e solidariedade aos colegas de Brasília. Com essa greve, os colegas estão lutando pelas liberdades democráticas, que nos permitam discutir não só as questões acadêmicas, mas também as da vida nacional, e que possamos nos organizar de forma a concretizar nossas reivindicações.<sup>100</sup>

Na UNB também ocorreu um movimento contra o jubramento e contra as taxas que a secretaria da universidade cobrava pela expedição de documentos o que seria uma forma de se

97 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Movimento Estudantil.

99 A diretoria do DCE-Livre da PUC, eleito no final de maio de 1977, era da chapa Unidade que era ligada à tendência Caminhando.

100 *Boletim DCE-Livre PUC-SP*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Movimento Estudantil.

implantar o ensino pago. Conforme os documentos estudantis do período, o jubilamento era uma forma de punição para os alunos com baixo rendimento escolar e a UNB havia sofrido demasiadamente esta punição. Segundo Cancian (2008, p. 98), haviam sido punidos 1753 estudantes em oito anos e para o ano de 1977 estavam previstas 378 punições. Os estudantes alegavam que o jubilamento agia com discriminação sobre os alunos que precisavam trabalhar para se manter na universidade e, por isso, muitas vezes não atingiam os níveis de rendimento escolar requerido.

As manifestações contra as prisões no Rio de Janeiro e em solidariedade aos estudantes da UNB tiveram início no dia 3 de agosto a partir de uma assembléia geral com representantes estudantis da USP, PUC-SP, Mackenzie e Faculdade Casper Líbero. Neste dia também ficou decidido que seria realizado, no dia seguinte, o enterro simbólico do reitor da UNB. (CANCIAN, 2008 p. 133). O mês de agosto foi bastante intenso para o ME, pois em diversos Estados os estudantes levavam suas reivindicações e realizaram o funeral simbólico do reitor da UNB.

O Terceiro Dia Nacional de Luta nasceu no bojo das manifestações de agosto e caracterizou-se pelos comícios relâmpagos e pelas mobilizações espontâneas, ganhando apoio da população. Gerado Siqueira<sup>101</sup> relata as táticas de manifestação utilizadas pelos estudantes para driblar a repressão:

Em 23 de agosto, chegamos ao máximo da tecnologia desse tipo de manifestação. Marcamos uma no largo do Paissandu, sabíamos que ia ser reprimida. No dia, a tropa de choque ocupou tudo lá. Mas combinamos cinco pontos alternativos da cidade, de onde sairiam cinco passeatas meia hora antes em direção ao largo do Paissandu. De fato, sabíamos que não seria possível chegar lá. Marcamos um horário e, antes de chegar, daríamos um grito e iniciariamos uma passeata na direção contrária ao largo. E deu tudo certo. Havia tropas espalhadas pela cidade inteira. Fizemos um esquema de telefones, para os quais ligávamos para perguntar qual esquina estava vazia; aí dispersávamos e nos reagrupávamos. Isso durou das cinco da tarde às dez da noite. A gente juntava e se dispersava. Pipocou tanta manifestação no centro que tinha viatura se batendo no meio da [avenida] Ipiranga.

Neste dia, os estudantes e demais manifestantes foram violentamente reprimidos numa ação da polícia que durou quase 5 horas<sup>102</sup>. Cavalari (1987) e Cancian (2008) relatam que a ação da polícia foi bastante brutal em todas as cidades onde ocorreram manifestações. Foram utilizadas bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral entre outros, deixando inúmeras pessoas gravemente feridas. Também foram efetuadas prisões neste dia.

---

101 Disponível em <http://www.mme.org.br/main.asp?Team={3EBBBABF-203C-4E3E-B99F-E8B0CF00E072}>. Acesso em 04/06/2010.

102 *Revista Isto É de 31 de agosto de 1977*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Movimento Estudantil.

Ainda no final de agosto foi realizado o I Congresso da UEE-SP em que foi eleita uma diretoria provisória até serem marcadas novas eleições. Porém, a repressão policial pareceu não se preocupar muito com a reconstrução de mais uma entidade livre. Isto porque o III ENE tornou-se o alvo principal da vigília da polícia.

### 3. O III ENE

A realização do III ENE foi bastante conturbada, pois como dissemos, havia uma vigilância muito grande da polícia sobre este evento, ainda que os anteriores tenham acontecido pacificamente sem intervenção policial<sup>103</sup>. Duas tentativas de realização do III ENE foram empreendidas pelos estudantes que acabaram optando por uma reunião secreta. Com base na análise dos documentos estudantis, a reconstrução das entidades era um dos principais pontos de discussão entre os estudantes e durante os ENEs foi adquirindo considerável relevância. As tendências se preocupavam com a questão da liderança do ME e das entidades, trazendo à tona uma discussão sobre a instrumentalização do ME, algo que deveria ser evitado<sup>104</sup>. Nesse ínterim, a reconstrução da UNE tornou-se pauta obrigatória no III ENE, pois a avaliação das tendências era de que somente uma entidade a nível nacional poderia unificar a luta estudantil. Por isso, o III ENE foi duramente reprimido.

A primeira tentativa foi em 4 de junho de 1977 na Faculdade de Medicina da UFMG em Belo Horizonte. Segundo Cavalari (1987, p. 212), o III ENE havia sido proibido pelo Ministro da Educação Ney Braga no final de maio por ser considerado inteiramente ilegal, determinação que o reitor da universidade, Eduardo Osório Cisalpino, procurou cumprir ameaçando punir os estudantes que insistissem na realização do encontro. Cancian (2008, p. 111) expõe que houve um planejamento policial envolvendo diversos Estados para impedir que os delegados convocados para o encontro chegassem a Belo Horizonte. Mesmo assim, mais de 300 estudantes permaneceram na universidade em vigília à espera da saída das tropas policiais que cercaram o campus.

---

103 Através dos documentos estudantis podemos depreender que o regime militar já estava atento às movimentações dos estudantes desde a 29ª Reunião Anual da SBPC onde foi tirada a proposta para realização do III ENE no dia 21 de setembro. Houve uma tentativa de impedir com que esta reunião acontecesse. Inicialmente, o local marcado para reunião que aconteceria na segunda semana de julho foi Fortaleza, no Ceará. No *Boletim do DCE-Livre da PUC-SP de agosto de 1977* consta que o evento não se realizou por falta de verbas por parte do Governo Federal que também proibiu a utilização das dependências das universidades federais. Os organizadores tentaram transferir o evento para USP, mas não obtiveram aprovação do reitor. Por fim, a reunião aconteceu na PUC-SP com a ajuda de Dom Paulo Evaristo Arns.

104 Esta questão também traduzia a intenção das tendências de se afirmarem no ME como lideranças que representavam fielmente a opinião dos estudantes, atacando-se entre si.

Depois de 11 horas de cerco, os estudantes que tinha passado a noite em vigília, foram desalojados. À medida que iam saindo eram obrigados a passar por um corredor formado por policiais e a entrar nos ônibus que os levaram à sede do 13º Distrito Policial e para o Quartel do 5º Batalhão de Infantaria. (CAVALARI, 1987 p. 213)

Inúmeros protestos contra a repressão ao III ENE foram desencadeados em algumas faculdades em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia entre outros. O jornal *Folha de São Paulo*<sup>105</sup> em reportagem do dia 7 de junho, destacou que várias universidades decretaram greve como forma de protesto. Entre as universidades citadas na reportagem estão a USP, PUC-SP, Mackenzie, Unicamp, PUC-Campinas, UFBA (Universidade Federal da Bahia), PUC-Salvador, UFRGS, as Faculdades de Engenharia da USP-São Carlos e da UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos), a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas da Unesp-Botucatu.

A segunda tentativa de realização do III ENE foi em 21 de setembro. De acordo com Cancian (2008, p. 142), na véspera da data marcada a polícia bloqueou as estradas de acesso à cidade de São Paulo<sup>106</sup>. Já no dia 21, a USP, a FGV e a PUC-SP estavam cercadas por tropas policiais. Cavalari (1987, p. 215) relata que os estudantes foram impedidos de entrar no campus da USP para dar início do III ENE e, por isso, se dirigiram à Faculdade de Medicina que ficava fora do campus. No entanto, no mesmo momento, as tropas comandadas pelo Coronel Erasmo Dias cercaram a faculdade, encurralando os estudantes. Por fim, o III ENE se realizou secretamente no dia 22 de setembro nas dependências da PUC-SP.

Antes de elucidarmos os violentos acontecimentos que ocorreram no dia 22 é importante analisar as propostas das tendências para o III ENE. O *Boletim do DCE-Livre da PUC-SP de maio de 1977*<sup>107</sup> trazia como proposta para o III ENE a anistia, a Constituinte, a reconstrução da UNE e mais verbas para educação. A Assembléia Constituinte, livremente eleita, precedida da revogação de todas as leis de exceção, a anistia ampla e irrestrita e a liberdade de expressão, organização e manifestação eram o símbolo da unificação da luta dos setores da oposição. Juntamente com a reconstrução da UNE, a luta por uma Assembléia Constituinte foi a principal reivindicação do III ENE, pois agregava o conjunto das liberdades democráticas. O *Boletim do*

105 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Movimento Estudantil.

106 Conforme a análise de SANTANA (2007, p. 191), já no dia 18 de setembro os estudantes começaram a sofrer com a repressão quando participaram de um Ato em Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos no Santuário Nossa Senhora da Penha em São Paulo. Tal ato foi organizado pelo Movimento Justiça e Libertação. Em seguida, os universitários saíram em passeata pela Penha sendo reprimidos pelo DOPS com bombas de gás lacrimogênio e cassetetes.

107 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Movimento Estudantil. As propostas contidas neste documento foram formuladas para o III ENE que estava previsto para o dia 4 de junho.

*DCE-Livre da PUC-SP*<sup>108</sup>, de setembro de 1977, apresentou como proposta a criação de uma Comissão Pró-UNE com a participação de todos os DCEs e UEEs existentes e as demais reivindicações:

Que seja encampada pelo ENE a proposta do DCE-Livre da PUC-SP, de uma Campanha Nacional Contra as Torturas e Violências Policiais, aprovada na reunião do Comitê 1º de Maio, durante a realização da última reunião anual da SBPC. Que se realize uma Campanha Nacional pelo Ensino Público e Gratuito a Todos, com a criação de comitês por estado e que cada estado elabore um relatório da situação educacional em sua região. Propomos também um abaixo-assinado nacional pelo ensino público e gratuito.

No tocante à Assembléia Constituinte, Caminhando, Refazendo e Liberdade e Luta concordavam que esta reivindicativa surgiu entre os próprios setores das camadas intermediárias da sociedade que antes haviam apoiado o golpe militar. Os movimentos de oposição começaram a nascer entre esses setores insatisfeitos com o malogro do “milagre econômico” e a política do regime militar. Apesar da luta pela Constituinte agregar tanto estes movimentos de oposição quanto os movimentos populares e de trabalhadores, as tendências alertavam que os interesses eram diferentes. A citação abaixo tirada da *Carta-programa “Trabalho” para o CEUPES 77/78*<sup>109</sup> sob orientação de Liberdade e Luta expõe estes interesses diferentes.

O descontentamento burguês parte da nova situação trazida pela crise internacional da economia capitalista. Esta é a luta pela divisão dos lucros que escasseiam, isto é, a briga em torno dos preços dos produtos industriais e agrícolas, das linhas de crédito, das taxas de juros etc. A maioria das frações burguesas industrial, comercial, agrária já não aceitam que a burguesia financeira continue drenando gordos lucros em seu prejuízo. No plano político, a burguesia não quer mais permanecer afastada das decisões do governo, quer influir diretamente no centro das decisões, hoje monopolizada por militares e tecnocratas. Isto implica rejeitar o Congresso atual, totalmente castrado pelo Executivo, com partidos artificiais criados por decreto. A tentativa de Geisel de refazer a unidade burguesa com a “distensão” fracassou face ao aproveitamento da crise econômica, à insatisfação geral contra o regime e à retomada do avanço das lutas de massa.

Segundo Libelu, o movimento de massas cresceu com estas divisões criadas no bloco de poder, pois aproveitou as brechas abertas por esta crise. Porém, a luta antiditatorial empreendida por estes movimentos possui bases distintas e é levada de forma diferente da luta das frações descontentes da burguesia. A Constituinte reclamada pela classe explorada e oprimida é fundamentada na anistia e na democracia, diferentemente daquela proposta pelo MDB que não tem como fim a derrubada da ditadura militar. Libelu afirmava que a luta pela Constituinte implicava a

<sup>108</sup> Documento pesquisado no Cedem no Fundo Movimento Estudantil.

<sup>109</sup> Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.



luta pela construção do partido operário independente, forjado pelo movimento de massa para conduzir a luta por liberdades democráticas.

No documento intitulado *Proposta para o III ENE*<sup>110</sup>, Refazendo discutia os mesmos apontamentos feitos por Libelu sobre a crise entre as frações dominantes no bloco de poder, impulsionada por insatisfações no plano econômico. Refazendo também mencionava o avanço dos movimentos populares e dos trabalhadores, mas advertia que o movimento operário ainda se encontrava centrado nas reivindicações no plano econômico. Estas reivindicações deveriam se aliar à luta por melhores condições de vida que abarcavam a luta do restante da população do país. No entanto, Refazendo alertava que esta correlação de forças era desfavorável no atual momento.

As recentes manifestações contra o regime que ocorreram nas principais capitais brasileiras constituíram a mais evidente demonstração da reanimação do movimento de massas nos últimos anos. Entretanto, elas não devem levar a uma superestimação de suas forças no momento. As divisões existentes entre a burguesia se por um lado abrem brechas para o avanço do movimento de massas, por outro colocam limites muito claros para este avanço. Resta saber de que forma avançar para obter os maiores ganhos para os setores populares. Partir para o enfrentamento do regime, propondo uma alternativa de poder, por exemplo, hoje significa ou acomodar-se dentro do interesses dos setores descontentes da burguesia (que não vão além de uma “reforma” da ditadura) ou espatifar-se contra o seu aparato repressivo (que, certamente, ainda é bem mais forte que a organização que dispõem os setores populares). A outra alternativa seria avançar no sentido de superar as atuais debilidades de consciência e organização desses setores, acumulando forças para poder efetivar uma alternativa de poder que atenda realmente a seus interesses.<sup>111</sup>

Este é um dos principais pontos conflitantes entre Refazendo e Libelu que discordava de que o movimento operário ainda não estava preparado para encabeçar a luta pelo fim da ditadura. Na *Carta-Programa para o DCE-Livre da USP*, de 1978, localizada em pesquisa realizada no Cedem no Fundo Livraria Palavra, Libelu criticava a postura de Refazendo quando esta se referia ao momento político como sendo de “resistência”. Para Libelu, o momento era de “ação”, de ir à luta pela Constituinte, pois somente ela poderia unificar a luta dos trabalhadores, proporcionando-lhes maior coesão e organização.

Ainda no mesmo documento, a tendência Refazendo se posicionava contra a proposta de uma Assembléia Constituinte alegando que isso não traria garantias de que as reivindicações populares seriam realmente atendidas. O ideal para o momento seria lutar pela liberdade de organização e de expressão, lutas conseqüentes que poderiam assegurar qualquer conquista. Refazendo atacava as tendências que falavam em uma “Constituinte livre democrática e soberana”,

---

110 Documento sem data pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

111 *Proposta para o III ENE*.

pois a proclamação de uma Constituinte nesse momento seria interessante apenas para as frações da burguesia em crise.

Por mais que tentem diferenciar as suas propostas de Constituinte das demais existentes na sociedade, todas elas só fazem engrossar a luta pela única Constituinte hoje possível: a Constituinte que poderá resolver as contradições internas da burguesia, permitindo a superação da crise econômica e o impasse político do regime, legitimando-o perante toda sociedade.<sup>112</sup>

Na *Carta-programa para o CEUPES (1977/1978)*<sup>113</sup>, Refazendo aprofundava a análise de que a Constituinte era uma luta que privilegiava somente as frações burguesas que agora apoiavam o avanço dos movimentos populares de oposição, especialmente o ME. Refazendo interpretava que o ME e os demais movimentos de oposição assumiram reivindicações que eram também destas frações burguesas como as liberdades democráticas e por isso, receberam apoio. Contudo, estas frações burguesas descontentes começavam a se aglutinar, se transformando num movimento de oposição cujas reivindicações tinham uma base distinta daquelas levantadas pelo ME e pela classe trabalhadora. A tendência citou a “Carta dos Brasileiros”, que mencionava a necessidade de uma nova Constituição, escrita por expressivos juristas e advogados como exemplo do fortalecimento das reivindicações das camadas intermediárias e, conseqüentemente, um ofuscamento das manifestações estudantis e populares, pois a oposição à ditadura foi colocada como sendo igual para todas as classes sociais uma vez que tinham um objetivo comum e imediato: o fim do período ditatorial.<sup>114</sup>

Refazendo terminou o documento *Proposta ao III ENE* expondo a necessidade de que luta antiditatorial se desse em bases concretas, como o repúdio às prisões, à repressão, à falta de verbas para educação entre tantas outras reivindicações que expressavam o descontentamento popular frente o regime militar. As liberdades democráticas foram colocadas como sendo a luta mais conseqüente que os movimentos populares poderiam apresentar no momento visto que não apresentavam um projeto político de enfrentamento com a burguesia, algo para o que ainda não estavam preparados.

---

112 *Proposta para o III ENE*.

113 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

114 Nas considerações contidas no documento há uma preocupação evidente com o isolamento que começava atingir o ME novamente. Este isolamento não era ocasionado apenas pela falta de unificação das lutas a nível nacional, mas também pelo ressurgimento do movimento operário que em 1977 começava a aparecer novamente no cenário político, e dos movimentos das camadas médias e pequeno-burguesas. Cada vez mais as tendências vão aprofundando a discussão do envolvimento do ME na luta dos trabalhadores e com isso, a articulação política em termos de luta estudantil vai perdendo força diante da emergência de se unir ao movimento operário.

A tendência Caminhando apresentava em sua *Carta-Programa para o DCE-Livre da USP*<sup>115</sup>, de 1977, a proposta de uma Constituinte livremente eleita, democrática e soberana, convergindo com as posições de Libelu, ainda que as duas tendências divergissem em muitas outras questões. Caminhando também se expressava positivamente com relação ao fortalecimento das entidades, entendendo que estas eram o órgão máximo de organização do ME e que por isso, a reconstrução da UNE era uma reivindicativa urgente.

A descrição das propostas levadas ao III ENE fornece argumentos para análise dos motivos pelos quais a repressão a este encontro foi considerada como uma das maiores desde 1968. A ditadura se aprofundava numa crise que tinha raízes econômicas (“milagre econômico”), políticas (divergências entre os militares) e sociais (avanço dos movimentos de oposição). Por isso, a repressão ao III ENE refletiu o medo de que os estudantes reconstruíssem a UNE, símbolo das lutas estudantis dos anos 60, e com isso, fortalecessem o ME, principal força de oposição no momento. A repressão ao III ENE visava desestabilizar o movimento, por isso, foi realizada de maneira brutal e conseguiu, em certa medida, adiar a reconstrução da UNE. Contudo, se a ditadura temia que o ME liderasse novamente os protestos pelo fim do regime, como em 1968, isso não aconteceu, pois o movimento operário ressurgia fortemente no cenário político lutando por democratização, reivindicativa que também foi assumida pelas camadas intermediárias.

#### **4. A invasão da PUC-SP**

Como dito anteriormente, o III ENE foi realizado clandestinamente no dia 22 de setembro, apesar do esforço do regime militar em impedi-lo. O encontro foi realizado numa das salas do prédio novo da PUC-SP e contou com a participação de 60 delegados de 7 Estados. (SANTANA, 2007 p. 192). Não foi permitida a entrada da imprensa, nem dos estudantes que não eram credenciados.

Para driblar a repressão, ao mesmo tempo que ocorria o III ENE, acontecia no salão Beta da PUC uma assembléia para encaminhar o Dia Nacional de Protesto, convocada pela Comissão Executiva Nacional dos DCEs, com a participação de 1500 estudantes. (CAVALARI, 1987 p. 216).

Maria Cristina Paniago<sup>116</sup> participou do III ENE na PUC-SP e relatou que fazia parte da comissão de segurança do encontro, encarregada de vigiar as salas de aula onde os estudantes, junto com os professores forçados por eles mesmos, disfarçavam estar assistindo aula. Esta iniciativa e a

---

115 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

116 Entrevista concedida à autora em 21/08/2009.

assembléia do salão Beta foram indispensáveis para que o encontro pudesse ser concluído sem intervenção policial.

No III ENE foi criada uma Comissão Pró-UNE encarregada de dar andamento ao congresso de reconstrução da entidade. Foi deliberado também pela organização do IV ENE dentre outras propostas que já foram apresentadas. Após o término do encontro, as lideranças estudantis propuseram a realização de um Ato Público à noite no teatro da PUC (TUCA) em comemoração ao sucesso do III ENE. Cancian (2008, p. 168), baseado em depoimentos de ex-lideranças, afirma que não havia consenso entre as tendências sobre a realização do Ato Público. Refazendo e Caminhando, por exemplo, eram contra, pois avaliavam que haveria repressão policial. Impedidos pela reitoria de utilizarem o TUCA, os estudantes concentraram-se na frente do teatro com faixas e cartazes que anunciavam a realização do III ENE e as suas propostas.

Conforme depoimento de Geraldo Siqueira<sup>117</sup>, os delegados e lideranças que participaram do encontro não compareceram ao Ato Público na PUC-SP a fim de manter algumas medidas de segurança. Cancian (2008, p. 170) reitera que uma das medidas de segurança foi a destruição do material existentes nos CAs da PUC para que, em caso de invasão policial, este material não fosse apreendido. Entretanto, muitas coisas haviam sido deixadas para trás, sendo confiscadas pela polícia no momento da invasão.

A polícia surpreendeu os estudantes durante o Ato com um forte aparato repressivo e invadiu a universidade, rasgando os cartazes e faixas e agredindo os estudantes que tentaram furar o cerco policial enquanto outros se recolhiam dentro da universidade.

Os policiais comandados pessoalmente pelo Coronel Erasmo Dias, utilizando-se de cassetetes, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, invadiram a PUC, prendendo indiscriminadamente manifestantes, alunos e professores em salas de aula e funcionários administrativos. (CAVALARI, 1987 p. 217)

Cancian (2008, p. 180) relata que o tumulto entre os estudantes que queriam se refugiar dentro da universidade foi grande ao ponto das pessoas serem prensadas contra as paredes e pisoteadas ao caírem no chão. As bombas lançadas feriram grande parte dos manifestantes. Um dos casos mais graves de ferimentos neste dia aconteceu com três estudantes que sofreram queimaduras graves. As estudantes eram Maria Cristina Raduan, Iria Visona e Graziela Eugênio Augusta.

Maria Cristina Paniago<sup>118</sup> relata que a ação policial tomou conta do campus. Todos os que ali se encontravam foram detidos e expostos à brutalidade policial. As salas de aula foram

---

117 Disponível em <http://www.mme.org.br/main.asp?Team={3EBBBABF-203C-4E3E-B99F-E8B0CF00E072}>. Acesso em 04/06/2010.

118 Entrevista concedida à autora em 21/08/2009.

invadidas, toda a universidade foi depredada e os documentos do ME como panfletos, jornais, livros etc, foram apreendidos. Maria Cristina Paniago relembra que as paredes da universidade foram pichadas com ameaças e palavras constrangedoras, transformando o campus num ambiente de guerra marcado pela violência. De acordo com Santana (2007, p. 193), a violência empreendida pela polícia e a depredação da universidade foram duramente reprovadas pela reitora Nadir Kfoury que enviou um relatório às várias autoridades, expressando indignação e vergonha por tais atos de brutalidade. Cerca de 1700 pessoas foram detidas e levadas para um estacionamento em frente a PUC onde foi feita uma triagem para saber quem seria levado preso. (CAVALARI, 1987, p. 218). Funcionários e professores foram liberados, restando apenas os estudantes.

Em sua tese de doutorado *Movimento Estudantil e repressão política: o Ato Público na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*, Cancian (2008) faz uma análise, com base em depoimentos de oficiais que atuavam na época, como o Coronel Erasmo Dias, de que a ação policial contra a PUC-SP foi premeditada. A intenção não era somente impedir que o Ato Público se tornasse uma passeata ou uma manifestação maior. Cancian (2008, p. 189) cita o depoimento do Coronel Erasmo Dias no qual afirma que tinha um mandato para invadir a universidade para recolher material subversivo que era produzido na gráfica da PUC.

O motivo maior para a invasão da universidade foi a preocupação por parte das autoridades de que os estudantes retomassem os protestos no mesmo grau de mobilização e contestação do ano de 1968. A violência que atingiu a Universidade Católica e a todos os que estavam no campus no momento da invasão serviu também para atacar os setores progressistas da Igreja, cuja figura principal era o cardeal de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, que há algum tempo vinham incomodando o governo com as denúncias dos crimes da ditadura, da repressão e em defesa dos Direitos Humanos e por melhores condições de vida. Se o objetivo principal desta ação policial foi conter o avanço do ME, temendo sua liderança frente aos movimentos de oposição, este objetivo fracassou. Não somente os estudantes conseguiram se rearticular para o Congresso de refundação da UNE que aconteceu em 1979, como também as manifestações populares alcançaram seu ápice a partir de 1978, principalmente o movimento operário. A oposição à ditadura continuou crescendo praticamente entre todos os setores da sociedade e a luta pela democratização se fortaleceu.

## **5. A reconstrução da UEE-SP e da UNE**

As primeiras eleições para a UEE-SP ocorreram nos dias 4 e 5 de maio de 1978. As chapas concorrentes foram Construção, que agregava as tendências Refazendo, Caminhando e Novo Rumo, e Liberdade e Luta. Com grande vantagem, Construção foi a chapa eleita.

(SANTANA, 2007). As propostas apresentadas pelas chapas coincidiam no tocante às liberdades democráticas, ao fim da ditadura, à anistia e à reconstrução da UNE. As propostas de Libelu aprofundavam estas questões ao propor uma aliança operário-estudantil e a convocação de uma Assembléia Constituinte.

Em *Liberdade e Luta/UEE-SP*<sup>119</sup>, Libelu expressava suas divergências com a chapa Construção. Libelu analisava que o regime militar estava em crise e, diante disso, sua força repressiva tornava-se cada vez menos eficiente. A diretoria da UEE-SP deveria apresentar propostas que avançassem no sentido de queda da ditadura e de unificação da luta por liberdades democráticas. Por isso, se colocava como necessária a convocação de uma Assembléia Constituinte, democrática e soberana. Outro ponto de divergência versava sobre a aliança operário-estudantil. Libelu enfatizava que a UEE deveria apoiar os trabalhadores na construção do partido independente que lutasse pela Constituinte e por todas as reivindicações democráticas.

Um outro ponto que fica diluído na plataforma de Construção é o da aliança com os trabalhadores. Não basta reconhecer, como Construção faz, que “a luta democrática só pode ser conseqüente se tiver como força dirigente os trabalhadores”. É preciso entender que à classe operária cabe o papel fundamental na estrutura econômica da sociedade – o de produtores de toda riqueza material – e organizada independentemente, deve liderar todos os setores oprimidos, inclusive os estudantes.<sup>120</sup>

Para Libelu, a chapa Construção não explicitava de que modo se daria a democratização do ensino, pois não se aprofundava na questão de como seriam as eleições para diretores e reitores. Libelu afirmava que a autonomia universitária em relação ao Estado seria conquistada através da união de professores, estudantes e funcionários por eleições livres e diretas. Também caberia à UEE a tarefa de fazer uma campanha em todas as universidades do Estado pela não participação nos órgãos colegiados, enquanto que Construção apoiava as eleições para estes órgãos.

Em *Refazendo/UEE-SP*<sup>121</sup>, a tendência explicitava as posições da chapa Construção, fazendo uma exposição dos acontecimentos do ano de 1977, da importância do retorno das manifestações estudantis, mas avaliava também os limites do ME que se dispôs a enfrentar sozinho a repressão, o que reforçava a idéia da unificação das lutas de oposição para se conseguir a derrubada do regime militar. Refazendo também analisava que havia no ME certas debilidades internas que não permitiam o aprofundamento do debate político para poder conscientizar a massa estudantil. Uma dessas debilidades era a falta de entidades de caráter mais amplo. Para Refazendo, a

---

119 Documento datado de 1978, pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

120 *Liberdade e Luta/UEE-SP*

121 Documento datada de 1978, pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

composição de várias tendências numa única chapa poderia garantir maior unidade às lutas estudantis.

A chapa CONSTRUÇÃO – que é uma frente de grupos, diretorias e tendências – se formou nesta perspectiva. Uma frente não é sinônimo de unidade. Não significa esquecer as divergências políticas ou deixar de travar o debate junto dos estudantes em todos os momentos. A diretoria da UEE deverá ter sempre uma posição. Em caso de divergências dentro da diretoria, os 15 elementos da chapa decidirão qual a posição majoritária que será levada como a posição da diretoria da UEE-SP.<sup>122</sup>

As propostas da chapa Construção para UEE eram por melhores condições de ensino, contra a elitização do ensino, pelo ensino público e gratuito a todos e pela participação dos professores, funcionários e estudantes nos órgãos de decisões; por melhores condições de vida e trabalho, pela participação da UEE no Movimento do Custo de Vida, contra a carestia e contra o arrocho salarial; por liberdades democráticas, sob a direção dos trabalhadores, pela livre organização partidária e sindical, pela anistia ampla e irrestrita.<sup>123</sup>

A chapa Construção recebeu o apoio de outras tendências como, por exemplo, Travessia, Movimento e Resistência que explicitaram este apoio no documento *UEE: Em quem votar*<sup>124</sup>?. Este documento criticava acidamente as posições da chapa Liberdade e Luta, sendo suas propostas consideradas como essencialmente erradas, especialmente a convocação da Constituinte e a derrubada imediata da ditadura com base no avanço dos movimentos populares e nas brechas abertas pela crise no seio da classe dominante. Este suposto isolamento da tendência Liberdade e Luta, bem como as divergências com outros grupos, podem ser sentidos pelas considerações de José Arbex Jr sobre a atuação de Libelu na USP:

Em termos de mobilização Libelu era dominante. Nas assembleias estudantis e passeatas a maioria era da Libelu. Mas na hora da votação para a diretoria das entidades a gente só conseguia ganhar nos momentos de muita efervescência. Quando as coisas se acalmavam um pouquinho a gente perdia, quando as coisas se aceleravam de novo a gente ganhava. Então, quando o movimento estava forte, havia greve na ABC etc, aí a Libelu crescia, ganhava as eleições, chegamos a ganhar a eleição pro DCE. Mas quando entrava numa fase de calma, de fazer negociações, aí a gente perdia nas eleições. Em resumo, a gente era predominante nas mobilizações e oscilava em termos de representação. Às vezes ganhava, às vezes perdia. Algumas escolas a gente só ganhava, por exemplo, na ECA em jornalismo, na FAU em arquitetura. Quando nós ganhamos o DCE, em 1978 se não me engano, os outros grupos quando anunciaram nossa vitória começavam a cantar: “passeata dia 1, greve dia 2, passeata dia 3, greve dia 4”. Eles queriam dizer

---

122 *Refazendo/UEE-SP*

123 *Refazendo/UEE-SP*.

124 Documento datado e 1978, pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

que com a Libelu no DCE só ia ter greve e passeata porque era essa a imagem que a gente tinha mesmo. Para os outros grupos nós éramos muito provocativos.<sup>125</sup>

Mário Martins relata que Liberdade e Luta era tachada de “esquerdista”, de “esquerda festiva”, pois suas posições eram tidas como muito radicais e provocativas, além das críticas às muitas festas produzidas por seus militantes<sup>126</sup>.

As divergências entre as tendências se aprofundaram no II Congresso da UEE-SP nos dias 16 e 17 de setembro de 1978 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP. A pauta de discussões incluía as eleições de 15 de novembro, as greves operárias e a reorganização do ME em âmbito nacional. O congresso deliberou pelo apoio aos candidatos do MDB, o que agravou ainda mais as divergências entre as tendências, principalmente Liberdade e Luta que se posicionava negativamente ao voto no MDB, diferentemente de Refazendo e Caminhando que, ao contrário das eleições de 1976, apoiaram o voto. Não dispomos de documentação das tendências sobre as eleições de 1978 que esclareça os motivos pelos quais Refazendo e Caminhando resolveram apoiar o voto no MDB. Uma tentativa de compreender esta mudança pode ser apresentada com base nas greves operárias do ABC paulista e nos demais movimentos de oposição que foram se fortalecendo em torno da luta pela democracia. Se nas eleições de 1976, Refazendo e Caminhando se colocaram a favor de um debate maior em torno do significado das eleições, tendo em vista que o voto de protesto não era a melhor saída porque não abarcava a maioria da população, desmobilizada como estava, em 1978 este cenário havia mudado. A mobilização representada pelas greves operárias no ABC paulista pode ter despertado nestas tendências um sentimento de que estava se formando uma frente democrática e que o voto, como foi em 1974, representaria novamente esta frente.

As eleições de 1978 ainda foram pauta no IV ENE realizado nos dias 3 e 4 de outubro na FAU-USP. Foi definida neste encontro a data de realização do XXXI Congresso da UNE para os dias 29 e 30 de maio de 1979 em Salvador e a permanência da posição do voto no MDB.

Para que o IV ENE ocorresse sem que se repetissem ações repressivas por parte do regime, os organizadores buscaram apoio de diversos setores da sociedade e de parlamentares, que passaram a se pronunciar publicamente em defesa do direito dos estudantes de realizarem o encontro. (SANTANA, 2007 p. 194).

A organização do congresso de refundação da UNE foi marcada por algumas estranhezas, conforme interpreta Cavalari (1987). Foi encaminhado por um político do MDB à Câmara Federal um projeto propondo a recriação da entidade que foi aprovado por unanimidade. Tal ato foi encarado pelos estudantes como uma tentativa de uma manobra política.

---

125 Entrevista concedida à autora em 02/03/2010.

126 Entrevista concedida à autora em 22/04/2009.



A criação da UNE de forma “biônica” foi repudiada com veemência pelo ME, que passou a denunciar a tentativa de manobra por parte do governo. Afirmavam os estudantes: “aparentemente o projeto de reorganização da UNE dá um aspecto de abertura, mas isso é ilusório. O projeto foi aprovado para impor uma UNE, segundo as normas oficiais, com o intuito de controlar o movimento estudantil, que volta a preocupar as autoridades”. (CAVALARI, 1987 p. 256).

Estranhezas à parte, que incluíam também uma proposta de revogação dos Decretos 477 e 228, a comissão organizadora do congresso coordenada pelo presidente do DCE da UFBA, Rui César, conseguiu apoio do governador do Estado, Antonio Carlos Magalhães, para a realização do evento. Entretanto, o espaço cedido para o congresso era de difícil acesso e tinha alguns problemas de acústica. (CAVALARI, 1987 p. 258).

Ainda que muitos obstáculos tenham sido impostos como barreiras nas estradas, problemas com ônibus, lançamento de um pó químico sobre os estudantes no evento que tinha o mesmo efeito do gás lacrimogênio etc, o congresso se realizou tranquilamente e com a presença de alguns políticos do MDB, ex-líderes estudantis como José Serra e José Genoíno, representantes de movimentos populares e dos Comitês de Anistia entre outros<sup>127</sup>. A pauta deliberativa versava sobre a Carta de Princípios e o Estatuto da entidade, sobre as lutas a serem encaminhadas pelo ME e as eleições para uma diretoria provisória, sendo esta a proposta que causou maior discussão. As eleições para uma diretoria definitiva ficariam para o segundo semestre.

Conforme foi definido no 31º Congresso, foi realizada, em 3 e 4 de outubro de 1979, a eleição, por voto direto, da diretoria definitiva da UNE em todo país. No processo eleitoral, que foi coordenado pela diretoria provisória da entidade, concorreram cinco chapas: Novação – formada pelas tendências Centeia, Peleia, Convergência Socialista e Travessia, que compunham a “Corrente Socialista” do movimento estudantil e apoiavam o PT e o novo movimento sindical -; Libelu – conhecida pelo seu aparente radicalismo -; Maioria – acusada pelas outras tendências de ser uma chapa “direitista” -; Mutirão – composta pelas tendências Refazendo e Caminhando de São Paulo -; e, por fim, Unidade, formada por duas vertentes, a “esquerda ortodoxa” e a “frente popular”. (SANTANA, 2007 p. 197)

Mutirão foi a chapa vencedora e o presidente eleito foi Rui César. Santana (2007) analisa que os programas de cada chapa eram muito semelhantes uma vez que reivindicavam a anistia ampla, geral e irrestrita, o fim da ditadura, as liberdades democráticas e a convocação da Assembléia Constituinte. Os pontos divergentes eram relativos à condução do ME e às lutas a serem travadas.

---

127 Rui César conta que durante o congresso apagaram-se as luzes, dificultando a aprovação das propostas. Porém, com ajuda lanternas e outros improvisos a votação foi encaminhada e o congresso finalizado. (*Revista Isto É de 24 de outubro de 1979*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Movimento Estudantil).

Pode-se perceber que a polarização das tendências políticas no ME aumentava. A *Revista Veja* de 23 de maio de 1979 discutia a pluralidade de ideais entre os estudantes. A *Revista Isto é* de 17 de outubro de 1979 também publicou sobre as discordâncias entre as tendências e a dificuldade de se manter a unidade no ME<sup>128</sup>. Em reportagem do dia 24 de outubro de 1979 a mesma revista trouxe uma entrevista com Rui César que identificava existir no ME três blocos: um bloco formado pela tendência Liberdade e Luta, com posições mais combativas, mas que estavam distantes do conjunto dos estudantes; um segundo bloco que ainda tem dificuldades de repassar suas idéias também por causa de divergências internas; e o terceiro bloco que era formado pela chapa Unidade cujas idéias levavam a compactuar com o projeto de abertura do governo, se distanciando da luta do povo. Rui César se declarava socialista, porém, a chapa Mutirão não fazia menção à luta pelo socialismo, mas à luta por uma transformação profunda. Questionado pela revista, Rui César argumentou que a massa (os estudantes e o povo) não estava preparada para discutir sobre socialismo. Primeiramente se discutiria sobre a necessidade de mudança da estrutura social e o fim da ditadura, depois sobre o socialismo. Através da leitura dos documentos estudantis, percebe-se que esta análise foi acatada pela maioria das tendências, pois a luta pela democracia se fazia mais urgente e angariava a maioria dos movimentos de oposição. Num contexto em que se exigia a unificação das lutas pelo fim da ditadura, a democratização se apresentava como um laço de união entre as diversas reivindicações dos setores da sociedade.

A documentação estudantil dos anos 1978 e 1979 esclarece as principais lutas assumidas pelo ME com a reconstrução da UEE-SP e da UNE. A tendência Mobilização, em consonância com Libelu, argumentava pelo voto nulo nas eleições de 15 de novembro, propondo uma política eleitoral independente, baseada na reorganização dos movimentos populares, em

128 A questão das inúmeras tendências que se apresentavam no XXXI Congresso da UNE caracterizando uma pluralidade de ideais pode ser sentida em nível local também como, por exemplo, nos DCEs e CAs da USP. A discussão sobre a necessidade de se evitar a instrumentalização do ME por uma única tendência estava presente nos documentos estudantis, recebendo maior atenção das tendências Refazendo e Caminhando. Embora as tendências divergissem sobre diversas questões, havia também certa convergência como foi demonstrado ao demarcarmos as propostas tiradas no XXXI Congresso da UNE. Entretanto, como a forma de encaminhamento das lutas era vista de modo diferente por cada tendência, fazia-se necessário destacar as posições divergentes para defender que a análise de determinada tendência era a correta. Um exemplo disso pode ser observado em Liberdade e Luta, tendência que mais apresentava divergências em relação às outras. Mário Martins destaca em depoimento a publicação de um panfleto de Liberdade e Luta que trazia um gato na capa com o escrito: “Nem todos os gatos são pardos!” enquanto todos os panfletos do ME tinham imagens de operários ou símbolos de esquerda na capa. A tendência queria dizer que apesar de todos falarem as mesmas coisas isso não significava que havia homogeneidade, especificando ainda que através da constatação das pequenas diferenças entre os grupos políticos se chegaria à melhor análise para o momento. Este documento foi localizado no Cedem no Fundo Livraria Palavra. Data do ano de 1979 e se constituía na carta-programa de Libelu para o CA de Ciências Sociais. O documento expunha a urgência da anistia ampla, geral e irrestrita e discutia também as más condições de ensino.

especial, do movimento operário<sup>129</sup>. Outra tendência que apoiava Libelu era Viramundo<sup>130</sup> que tinha as mesmas concepções que Mobilização em relação ao voto nulo e à reorganização independente dos movimentos de massa. A luta específica estudantil também se fortaleceu após o XXXI Congresso da UNE. À universidade era reservado um papel importante no processo de transformação da sociedade, pois através dela seria passada uma nova ideologia, a ideologia da classe operária. Por isso, a luta específica avançava no sentido de democratização da universidade e de melhoras nas condições de ensino.

Por meio da análise da documentação produzida pelo DCE da USP no ano de 1979 cuja diretoria era Liberdade e Luta, que havia ganhado as eleições em 1978, pode-se identificar as lutas específicas colocadas pelos estudantes paulistas e pelo ME em âmbito nacional<sup>131</sup>. Para o *Jornal do DCE da USP, n°1, de 1979*<sup>132</sup>, a luta contra Reforma Universitária que pretendia tornar o ensino pago, que excluía a maioria da população e que promovia uma tecnização do ensino, era a luta estudantil mais importante dentro da universidade.

A luta por melhores condições de ensino; a aspiração por uma gestão democrática da universidade; o combate conjunto com a população por liberdades e condições dignas de vida e trabalho; a recusa em aceitar a tutela da ditadura militar; estas questões têm estado na ordem do dia para os estudantes de todo país.<sup>133</sup>

O *Jornal do DCE da USP, n°1, de 1979* explicitava algumas questões sobre o avanço do movimento operário. Desde as manifestações de trabalhadores de 1978 o movimento operário vinha assumindo a liderança no combate à ditadura militar, algo que foi desempenhado pelo ME no ano de 1977. Com o ressurgimento do movimento dos trabalhadores caberia ao ME estar atento à luta contra burocracia universitária que age de acordo com a Reforma Universitária, passando por cima

---

129 *MOBILIZAÇÃO/USP*. Documento datado de 1978, pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra. Segundo Hayashi (1986) esta tendência era vinculada à Liga Operária e, juntamente com o grupo político Convergência Socialista, seguia a vertente trotskista do argentino Nahuel Moreno.

130 “A triste história de uma traição ao movimento reivindicativo dos estudantes da USP, contada em prosa veemente e à cata dos traidores”. *Viramundo, março de 1979*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra. Trata do aumento das refeições no restaurante universitária, acusando a diretoria da UEE-SP – Construção - de não ter se manifestado contrariamente ao aumento.

131 Os documentos disponíveis encontrados no Cedem são, em sua maioria, da tendência Liberdade e Luta. Porém, as lutas específicas que giravam em torno das melhores condições de ensino, reivindicando mais verbas para educação, a contratação de professores, maior número de vagas etc, se constituíram num programa comum a todas as tendências.

132 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

133 *Jornal do DCE da USP, n°1, 1979*.

das reivindicações estudantis. O documento enfatizava que esta luta não estava separada da luta antiditatorial, por isso, os estudantes deveriam se aliar aos trabalhadores. A UNE só se veria livre do controle governamental se os estudantes estreitassem os laços com a classe operária.

No segundo número do *Jornal do DCE da USP*<sup>134</sup>, tratava-se mais detalhadamente da importância do CRUSP (Conjunto Residencial da USP) que foi invadido e depredado pela polícia em 1968, pois era classificado como um reduto “subversivo”. O documento convocava os estudantes a lutar pela reconquista da moradia no CRUSP, contra o aumento do preço do restaurante universitário, contra o ensino pago e pela volta dos professores cassados.

O quarto número do *Jornal do DCE da USP*<sup>135</sup>, editado após o Congresso de refundação da UNE, destacou mais uma vez a importância da luta contra a Reforma Universitária, conforme citação abaixo, colocando também a questão das verbas como luta central no momento.

Agora, temos a tarefa de fazer avançar o movimento em direção aos ideais comuns pela conquista das mais amplas liberdades democráticas e de um ensino adequado às necessidades do povo brasileiro. Um longo caminho que começa com o esforço conjunto pela conquista da unidade do movimento estudantil. Avançar na formulação de propostas acerca da universidade e dos cursos que queremos e como fazer para que nossas reivindicações sejam atendidas. No caso particular da USP isso tem um significado claro: a luta em defesa da universidade, pela superação da mais grave crise que atinge todas as salas de aula e cada aluno em particular. Esta é uma crise que atinge igualmente os professores e funcionários, vítimas da política oficial contra o ensino e contra os trabalhadores. Esse é o ponto central e de partida: só vamos avançar na superação da atual crise da USP no momento em que formos capazes de unificar o conjunto da comunidade universitária em defesa de reivindicações comuns.

A conclusão extraída da análise da documentação estudantil do final da década de 1970 torna clara a compreensão de que os estudantes, após a reconstrução de suas entidades (UEEs e UNE), tiveram suas ações voltadas para a luta específica, embora isso não significasse que abandonariam o combate pelo fim da ditadura e as causas da classe operária. Mesmo tendo as atenções do ME concentradas nas questões sobre a universidade, permanecia um isolamento entre as lideranças e a massa estudantil. Muitas são as explicações para o aparente esgotamento e refluxo do ME ainda no final dos anos 70. A refundação da UNE trouxe a idéia de unificação da luta estudantil, mas isto não repercutiu tão fortemente como se previa, pois as lutas aconteciam localmente dando enfoque aos problemas particulares de cada universidade.

Apesar da intensa repressão que caracterizou o regime militar nos anos 70, os estudantes continuaram a se manifestar dentro dos limites que lhes foram impostos. Para o ME, a

---

134 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

135 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

conquista das entidades representava o maior avanço contra o regime militar e os próprios militares tinham a dimensão de que a reorganização estudantil se fortaleceria com a reconstrução da UNE. Além disso, caberia aos estudantes a função de intelectuais orgânicos, formuladores de uma ideologia que desse respaldo à luta dos trabalhadores. Nesse sentido, como o principal campo de atuação do ME era a universidade, esta deveria ser pensada de forma a atender toda população, deveria se despir do seu caráter elitista, atuando como um instrumento de democratização. Estes posicionamentos que juntos davam o tom à práxis estudantil eram formulados pelas tendências e serão analisados no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO 4: O ME E A PRÁXIS ESTUDANTIL**

### **1. O papel da universidade**

Ao indagarmos sobre o projeto de universidade que o ME e as tendências idealizavam é preciso analisar o contexto do processo de formação das universidades no Brasil que se insere numa realidade que envolve toda América Latina. O caminho percorrido pela vasta literatura sobre educação superior propiciou-nos a interpretação de que nos países de Terceiro Mundo, como os do continente asiático, africano e latino-americano, a educação superior configurou-se de modo semelhante, fazendo com que a universidade adquirisse características determinadas e condizentes com a realidade histórica de cada um.

As primeiras escolas superiores que apareceram no Brasil, ainda em meados do século XIX, formularam uma educação superior direcionada às grandes elites escravistas. Este sistema educacional atendia às necessidades deste tipo de sociedade estabelecida com base nos interesses particulares de uma determinada classe. O Brasil colônia era visto muito mais como uma comunidade de interesses particularistas díspares do que como nação. Mesmo com a instituição da Primeira República, o conceito de nação e de povo não havia se desenvolvido ainda. Intelectuais como Silvio Romero e Manuel Bonfim são referências importantes deste período no esforço em buscar uma identidade nacional, em teorizar sobre a formação do povo brasileiro, demarcando suas características, reconstruindo sua história diretamente vinculada à história colonial e escravista da América Latina.

Em comparação a outras regiões do Terceiro Mundo, a América Latina presenciou um aparecimento tardio da universidade enquanto instituição oficial, iniciando este processo em 1918 com a Reforma Universitária de Córdoba, na Argentina<sup>136</sup>. Toda a luta latino-americana em torno da universidade passava pela questão da dominação imperialista e do subdesenvolvimento. Por isso, quando pensamos na situação da universidade brasileira nos anos 60/70 é necessário concebê-la em âmbito global. O ME brasileiro também está inserido no contexto latino-americano, formando uma identidade com todos os outros movimentos estudantis do continente.

Com certeza, o jovem estudante radical do Terceiro Mundo é um dos expoentes deste ciclo de rebeliões juvenis. Ele é, desde pelo menos os anos 1950, o foco principal de uma série de contradições que resultariam numa crise da modernidade: arbitrariedades da geopolítica da Guerra Fria, a soberba da “ocidentalização” diante das culturas e formas de vida nativas, os desencontros da economia capitalista mundial na (re)absorção do Terceiro Mundo, processos tortuosos de industrialização, urbanização acelerada e êxodo rural, efeitos colaterais do “nacionalismo” após as vitórias dos movimentos antiimperialistas, as dificuldades

---

136 No Brasil, a primeira universidade a ser fundada e reconhecida foi a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em janeiro de 1909, em Manaus, que inicialmente tinha o nome de Universidade de Manaus. Porém, devido à decadência econômica da região após a queda do Ciclo da Borracha, a universidade se desmembrou em diversas escolas superiores, sendo reconhecida novamente como universidade em 1963.

(e muitos fracassos) dos planos de educação de massa, os dilemas das universidades do mundo “em desenvolvimento” diante da sua popularização, sua tecnificação e da relação ambígua com a diversidade sócio-cultural e a desigualdade econômica e de seu país etc. (GROPPO, 2000 p 104)

O principal problema com relação à universidade brasileira, introduzida no contexto da América Latina, apontado por Groppo (2000), Florestan Fernandes (1979) e alguns autores da coletânea de textos *Universidade: a democracia ameaçada* (2007), acena para a questão da “europeização” do ensino superior. Não se formou no Brasil uma universidade com características nacionais com vistas a criar um ensino voltado para a compreensão e análise da situação brasileira. Isto porque não havia uma identidade nacional dos quais muitos intelectuais e artistas tentaram criar, baseados nas tradições culturais e na história política do país. A universidade brasileira foi criada apenas para educar as elites, dando-lhes um refinamento cultural, formando intelectuais desvinculados da realidade do “povo” brasileiro. Os intelectuais enquanto elaboradores de uma ideologia de classe, como “funcionários da ideologia” serviriam às classes dominantes. Não havia espaço para a formação intelectual da classe operária que não tinha acesso à universidade tampouco para uma formação intelectual disposta a criar um pensamento genuinamente brasileiro baseado na idéia de povo.

Esta preocupação com as influências estrangeiras na educação superior fez com que os intelectuais e estudantes se organizassem politicamente. Havia uma discussão associada à questão da democratização da universidade por meio de uma Reforma Universitária que garantisse o acesso a toda população e à crítica ao modelo de educação imposto pelos Acordos MEC-USAID que seria internacionalizado a todas as economias periféricas. Repensar os moldes tradicionais do ensino brasileiro e trazer o “povo” para a universidade ajudaria na formação de uma nova tradição e ideologia educacionais, calcadas sob a realidade brasileira e latino-americana. Para o ME, a revisão do padrão de ensino superior, marcado pela junção das escolas superiores que seguiam um modelo de ensino conservador e diverso daquele que deveria ser veiculado numa universidade “aberta a todas as classes sociais”, seria pensada mediante a consideração do ensino superior como uma necessidade social<sup>137</sup>. Amparados nesta idéia, os estudantes lutariam pelo fim da chamada Universidade Arcaica criada para ser uma instituição isolada da realidade econômico-social do país, formadora de elementos que não tinham as mínimas condições de atuação prática em seu meio<sup>138</sup>.

A luta contra a Universidade Arcaica visava acabar com as relações hierárquicas em que foi fundada a universidade e que respaldavam seu funcionamento. Estas relações foram

---

137 Documento *Política Educacional e Ensino no Brasil*, s/d e s/a, pesquisado no AEL no Fundo Brasil Nunca Mais.

138 Documento estudantil datado de 1972, s/a, pesquisado no AEL no Fundo Brasil Nunca Mais.

estabelecidas conforme as relações entre as classes sociais, levando para o espaço da universidade a luta de classes.

A universidade é uma instituição social que exprime e reflete, de modo historicamente determinado, a sociedade em que está inserida. Ela configura e dá forma às relações sociais, mas também é configurada por elas, pelos embates políticos e pelas disputas acadêmicas que atravessam e determinam o lugar social em que existe. Portanto, a sociedade brasileira em geral e a universidade em particular ainda carregam as marcas do colonialismo escravista, da cultura senhorial do patrimônio e de suas relações clientelísticas e de favor. (DUARTE; RAMPINELLI, 2007 p. 30)

Conforme o Brasil foi se desenvolvendo enquanto uma economia capitalista, as contradições que afetavam a sociedade também passaram a aparecer dentro da universidade. Para os estudantes, isto evidenciava que a luta pela reforma universitária, por melhoras no campo da educação estava ligada à luta por melhora nas condições de vida da população, das camadas menos favorecidas da sociedade. A carta-programa da tendência *Refazendo para as eleições do CAASO – USP em 1977-1978*<sup>139</sup> esboça as considerações do ME acerca das relações dentro da universidade:

A relação professor-aluno, os critérios de avaliação, a organização administrativa e todas as outras relações sociais que se estabelecem no interior da Universidade estão baseadas nos mesmos padrões de comportamento que garantem a dominação burguesa sobre o restante da sociedade: a centralização das decisões, o autoritarismo, o individualismo, a competição, a elitização e hierarquização etc.

Embora no Brasil a luta dos estudantes argentinos de Córdoba, que deu início as demais lutas estudantis do continente no começo do século XX, não tenha tomado grandes proporções a ponto de influenciar o ME como nos países vizinhos, a organização política estudantil se concretizou tendo em comum os mesmos propósitos pelos quais lutavam os estudantes argentinos e latino-americanos: a pretensão da reforma universitária.

O que exigiam os rebeldes de 1918 que causou tanta repercussão na época, a ponto de representar uma referência até os dias atuais? As bases da reforma eram claras e foram assim resumidas pelo Manifesto da Federação Universitária no Chile em 1922: “a) autonomia universitária; b) reforma do sistema docente; c) revisão dos métodos e do conteúdo dos estudos; d) o problema do isolamento social da universidade (a extensão universitária)”. (OURIQUES, 2007 p. 173)

A reforma universitária concebida segundo os parâmetros acima colocava a necessidade de democratização da universidade, dando poder de decisão aos estudantes através da participação colegiada, da liberdade de atuação nas entidades estudantis etc. Para o ME, a participação dos

---

139 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.



estudantes era limitada porque eles formavam a parcela crítica capaz de mudar os rumos da universidade. Controlá-los era sinônimo de garantia de que não haveria intervenção na ordem posta.

Nos anos 60/70 a idéia de universidade foi se aproximando cada vez mais do conceito de democracia e suas implicações. Havia uma tendência crescente entre os estudantes de considerar a universidade como peça-chave para transformação social, principalmente porque ela estava ligada à democratização do saber. Como atuar politicamente numa sociedade autoritária? Como o jovem deve se assumir politicamente perante esta sociedade? Qual o seu campo de atuação enquanto agente social, enquanto categoria social? Estas questões suscitavam o pensamento dos estudantes e a universidade se apresentava como o lugar onde eles poderiam atuar diante da repressão. Por isso, era importante ter autonomia neste espaço e seria imprescindível que dentro dele houvesse uma condição democrática. As entidades estudantis representavam o ponto máximo da organização e da participação política dentro da universidade. A práxis estudantil adquiriu uma conotação política quando os estudantes se viram como parcela da sociedade capaz de realizar mudanças. Se a universidade reflete as relações sociais e proporciona aos estudantes um campo de atuação do qual a sociedade não dispõe para eles, lutar para a democratização deste ambiente significa lutar pela democratização da sociedade.

## **2. A universidade e a origem de classe dos estudantes**

Quando analisamos os documentos estudantis produzidos durante a década de 1970, percebemos que o modelo de universidade proposto pelo ME seguia os ideais das tendências políticas que caracterizavam a universidade como uma instituição de elite. A universidade foi criada para atender os anseios educacionais da classe dominante e, conseqüentemente, o ensino superior foi moldado com base na ideologia desta classe. Assim, a universidade excluía as camadas sociais subalternas.

No entanto, conforme o capitalismo foi se desenvolvendo no País, surgiu a necessidade de dar outro papel à universidade que era vista como centro formador das elites. Na fase do capitalismo monopolista o papel da universidade é o de centro formador de força de trabalho qualificada para as grandes empresas que estavam se instalando no País. Para isto, o ensino superior sofreria algumas mudanças ao ser implantado um modelo de ensino que privilegiava a educação como técnica. A tecnização da educação formaria profissionais aptos ao trabalho em empresas, profissionais que não receberiam uma educação crítica com vistas a questionar a realidade. A educação pautada segundo a ideologia do mercado é uma educação acrítica, que despreza o conhecimento científico, que busca se adaptar às regras da sociedade e do mercado ao invés de questioná-las. Este padrão de ensino era o ideal para o regime militar, pois seriam eliminados todos

os nichos de crítica existentes na universidade através de uma legislação repressiva calcada nos Decretos 228 e 477, nos Acordos MEC-USAID, na Resolução 30<sup>140</sup>, entre outros.

Uma vez que à universidade foi conferido este papel de centro formador de força de trabalho, a pequena-burguesia e as camadas mais baixas passaram a vê-la como um meio de “ascensão social”. Se, anteriormente, somente a classe dominante tinha o privilégio de ter os melhores cargos no mundo do trabalho, com o acesso à educação superior facilitado a todas as classes sociais pela política governamental seria possível às demais classes sociais ascenderem socialmente. A universidade era vista como “um degrau a mais na escada da ascensão social” e a educação superior proporcionaria à pequena-burguesia se igualar à classe dominante.

A pequena-burguesia, por não possuir uma consciência de classe definida e não ter um caráter unitário de classe, por estar entre a classe operária e a classe burguesa, assume uma postura oscilante à medida que almeja ascender socialmente pelo medo constante de proletarização. Aquilo que a separa da classe operária é o trabalho intelectual, é a opção reservada a ela pela educação para “ascensão social” e de possível renovação das elites. No entanto, embora o trabalho intelectual mantenha a pequena-burguesia distante da classe operária, ela ainda continua subordinada diante do capital e da classe dominante. A educação cumpre o papel de preservá-la da proletarização, mas não lhe proporciona ascensão social. Apesar desta constatação a pequena-burguesia não percebe que esta função requerida à educação não se realiza. A escola, a universidade, a educação permanecem como instituições que “servem” à classe dominante, ao capital, não se constituindo num canal de ascensão social. A universidade brasileira segue o padrão em que foi criada, formando o pensamento das elites, formando intelectuais para dar continuidade ao sistema vigente.

Estas questões eram muito discutidas pelas tendências haja vista que o ME era um movimento de caráter pequeno-burguês e carregava consigo as características da classe. Se existe certa dificuldade em definir a consciência de classe pequeno-burguesa e relacioná-la com suas práticas de classe, definir a práxis estudantil baseada nestes pressupostos segue o mesmo caminho. Se a revolução socialista era o objetivo maior das tendências políticas, se fazia necessário entender qual o papel do ME nesse processo e a análise do caráter de classe dava respaldo a esta discussão.

Para analisar a práxis estudantil há de se ponderar o lugar do estudante enquanto parte constituinte da juventude moderna que carrega certas características tidas como próprias da juventude. Isto é importante para a compreensão do caráter contestador e revolucionário que o estudante adquire quando desafia a ordem vigente. O jovem considerado como personagem central da ascensão social da pequena-burguesia carrega consigo as reivindicações de sua classe e tenta

---

140 Resolução 30 é lei que implantou a disciplina de Estudos Sociais no lugar das disciplinas de Sociologia, Filosofia, História e Geografia, e unificou as disciplinas de Física, Química e Biologia numa única matéria com o nome de Ciências.

cumprir esta função que lhe foi designada. Contudo, este jovem, que tende a assumir atitudes concernentes à sua classe, é capaz de desenvolver um caráter revolucionário, ligado a posições políticas, que não lhe foi transmitido pela sua convivência familiar. O papel da família é fornecer ao jovem as oportunidades de acesso ao ensino superior e para isto, são despendidos altos investimentos para que ele consiga ao menos manter a posição social da família. Neste processo, a situação familiar transforma-se em situação de classe. (FORACCHI, 1977).

O documento *Cadernos da UEE-SP<sup>141</sup>* traz um texto de Marialice Foracchi intitulado *Estudante e Sociedade* em que a autora analisa a forma com que o "mito" da educação, colocado como critério preferencial de ascensão social, restringia a mobilização de outros meios de mudança da situação da classe social. Isto porque a família não oferece ao jovem uma educação política com vistas à formação de sua consciência política. A sociedade age sobre a família fazendo com que esta assuma uma posição conservadora, pressionando-a a não reivindicar mudanças no campo político, no plano estrutural. Por isso, a transformação do jovem em estudante e a constituição deste enquanto categoria social cumpre um papel emancipador. O meio estudantil, a militância estudantil propiciam ao estudante a conscientização política que ele não encontra em sua classe. O jovem passa a lutar não mais pelos objetivos da família ou da sua classe, mas por propósitos maiores e que possuem aspectos políticos.

A origem de classe pequeno-burguesa faz com que o ME assuma uma conotação reformista. O ME, envolto por características classistas que o conduzem a assumir posições não revolucionárias, tende a uma postura conciliadora diante da ditadura militar, principalmente no que diz respeito à universidade. Porém, ao mesmo tempo em que o ME guarda essas características existe uma possibilidade grande dos estudantes ultrapassarem sua origem de classe. Para as tendências, a educação revolucionária proporcionaria a conscientização política dos estudantes, mostrando-lhes que a universidade ainda servia à classe dominante e que uma melhor qualidade de vida só seria possível com uma mudança radical na sociedade. Isto significava que o ME poderia despojar-se de suas características pequeno-burguesas e assumir a luta dos trabalhadores.

Os documentos estudantis argumentavam que o ME poderia atuar como líder frente sua classe, fazendo-a se aliar à luta do proletariado pela revolução socialista. Isto era possível devido à situação oscilante da classe pequeno-burguesa podendo se aliar tanto ao proletariado como à burguesia. Para que esta condição oscilante fosse usada em favor da luta dos trabalhadores era preciso conscientizar a pequena-burguesia de que o capitalismo aprofundava as contradições sociais proporcionando ascensão cada vez maior à classe dominante enquanto que o restante se aprofundaria numa situação de pauperização. Seria ilusão acreditar que através da universidade poderia se garantir um espaço entre a classe dominante, pois não era este o propósito da

141 Documento sem data pesquisado no AEL no Fundo Brasil Nunca Mais.

“universidade de massas<sup>142</sup>”. A formação de força de trabalho qualificada extraída da pequena-burguesia, ao contrário do que era propagandeado e interpretado ilusoriamente por esta classe, não visava oferecer igualdade de oportunidade, mas de manter o *status quo*. A educação revolucionária dos estudantes colocaria luz a estas questões e seria tarefa do ME encaminhá-las junto a sua classe.

Será por meio do trabalho de massa, amplamente entendido, em vários níveis, que o ME de hoje cumprirá sua tarefa. A obtenção desse potencial revolucionário da classe média é hoje o objetivo básico do trabalho de massa estudantil. O objetivo principal do trabalho de massa hoje é o acúmulo de forças, que engloba três elementos essenciais: a) neutralização do setor da pequena-burguesia que ainda vê perspectivas de ascensão nos quadros do sistema capitalista e, por isso, não o contesta; b) Formação de um setor progressista, que fornecerá apoio logístico à revolução; c) Formação de quadros revolucionários<sup>143</sup>.

As tendências políticas identificavam um potencial revolucionário entre as camadas intermediárias da sociedade e dos estudantes que advinha da frustração das suas aspirações. A partir dessa constatação as tendências concluíam que da pequena-burguesia poderiam sair intelectuais que teriam o papel de educar a massa do proletariado. Nesse sentido, ninguém mais do que os estudantes tinham condições de assumir esta função de intelectuais que seria a sua função revolucionária uma vez que não poderiam conduzir na linha de frente a revolução. Por isso, a luta por um ensino crítico e uma universidade aberta a todos, pois seria através dela que se daria início a esta função de intelectuais orgânicos.

O comportamento político do estudante no Brasil pode ser compreendido, num primeiro momento da análise, como produto “revolucionário” da frustração das aspirações da classe média. Realiza, sob este aspecto, a polarização “revolucionária” da consciência pequeno-burguesa.<sup>144</sup>

Marialice Foracchi no texto *Estudante e Sociedade*, contido no documento *Cadernos da UEE-SP*, trabalha com a perspectiva de que ao jovem são inculcados valores que o levam ao conformismo, a não-ação política, transformando-o num objeto. Entretanto, a estes valores são adquiridos significados diversos de acordo com a origem social. O inconformismo político pode estar relacionado muito mais às camadas intermediárias da sociedade, pois requer um aprofundamento teórico e intelectual. As classes sociais menos abastadas, o próprio proletariado

---

142 Este termo refere-se ao crescimento do número de matrículas no ensino superior que teve início na década de 1950 e se aprofundou nos anos 70.

143 *Uma tática para o Movimento Estudantil, de abril de 1973*. Documento pesquisado no AEL no Fundo Brasil Nunca Mais.

144 *Cadernos da UEE-SP*.

está mais preocupado em sobreviver, trabalhar para garantir seu sustento do que transformar radicalmente a sociedade; ele se apega ao lado prático e imediato. Tanto o proletariado quanto a pequena-burguesia pretendem ascender socialmente. Porém, para cada um esta ascensão assume uma característica particular. Esta pretende a ascensão através da educação, privilégio das elites, enquanto àquela pretende a ascensão através do trabalho. À pequena-burguesia, ao ter acesso mais facilmente à educação, fica reservado o papel de “educadora das massas”, pois só assim ela cumpriria uma função de cunho revolucionário visto que faltam às massas a consciência política e a crítica ao mundo do trabalho.

Esta função de intelectuais de massa era atribuída aos estudantes pelas tendências políticas. O ME era o meio pelo qual seria dada uma educação política e revolucionária aos estudantes, fazendo-os líderes da pequena-burguesia e força auxiliar junto ao movimento operário. Os estudantes perceberam que as relações dentro da universidade eram relações de classe à medida que ela acolhia uma parcela pequena da população – a classe dominante – e também por atender as necessidades do mercado de trabalho.

A articulação da instituição universitária com a sociedade é mediada pelo seu silêncio ou sua omissão em relação aos problemas daquela. A contestação do sistema, através da universidade, incide, por conseguinte, nos questionamentos dos conteúdos da formação universitária. (FORACCHI, 1972 p. 115)

No plano estudantil, aquilo que une a universidade à sociedade é a carreira profissional. Logo, a luta específica nasce de uma luta de caráter mais amplo. As reivindicações por um ensino de qualidade pautado num conhecimento científico e intelectual que conceda aos estudantes uma capacidade crítica repercutem diretamente na luta por mudanças na sociedade, visto que uma nova formação será dada aos futuros profissionais diferente daquela que preza somente a educação técnica. Com base nisso é que a luta específica ganhou uma dimensão política e contestadora.

### **3. A luta específica e a democratização da universidade.**

O documento *Uma Tática para o Movimento Estudantil*, de abril de 1973, explicitava esta conotação política ampla da luta específica ao afirmar que através dela poderia se chegar à massa estudantil.

Uma luta baseada na repressão tende a esvaziar-se por dois motivos: primeiro, como a repressão não é uma contradição concreta para a massa, esta só se mobiliza contra a repressão em casos bastante raros, como quando um elemento das vanguardas que tem representatividade junto à massa é preso; segundo, a violência da repressão tem uma influência atemorizadora sobre a massa, afastando-a do trabalho mais corriqueiro do centro acadêmico.

Para o mesmo documento uma forma de conscientização da massa estudantil seria a contra-propaganda que poderia ser feita através do teatro, do cinema e da imprensa.

Convém adequar, todavia, a contra-propaganda às características de cada escola. Um estudante de medicina, por exemplo, pode não dar a menor atenção a uma denúncia sobre a imprensa, mas sentir-se-á visivelmente atingido quando se tratar de uma questão ligada à completa decadência da ética profissional do médico ou à desenfreada comercialização da medicina, frutos inequívocos do sistema capitalista.

A luta específica é o meio pelo qual se daria a politização dos estudantes uma vez que eles atuam dentro de uma linha tipicamente estudantil. Os estudantes precisam admitir suas necessidades enquanto tal e reconhecer suas reivindicações neste plano para depois se engajarem numa prática política<sup>145</sup>.

Para que o ME e suas entidades levem uma bandeira anticapitalista e pela integração na luta dos trabalhadores, é preciso que esta política esteja enraizada as bases estudantis. E este enraizamento só pode ser conseguido pela ação constante de denúncia dos problemas específicos e gerais, de uma faculdade, de toda universidade e mesmo de toda sociedade, que através de um trabalho sistemático de organização promova a contestação intransigente ao ensino burguês e suas consequências, à organização capitalista do regime de exploração etc, utilizando-se para isso das contradições geradas pela implantação da reforma, enfrentando os problemas específicos com os quais se chocam os estudantes e dando a estas lutas um caráter político-revolucionário.<sup>146</sup>

Identificado o problema da origem de classe do ME como um fator de desmobilização que pode conduzi-lo a uma práxis não-revolucionária, a conclusão apontada pelas tendências era a de que o ME deveria assumir a forma de práxis do proletariado. Somente a partir da luta revolucionária dos trabalhadores o ME poderia sair da sua condição reformista e assumir um papel político na sociedade.

A ação do estudante só adquire uma amplitude societária sob condições de estar conjugada com a ação das demais forças sociais de renovação que se manifestam na sociedade brasileira. Somente na medida em que a ação do estudante estiver identificada com um processo renovador em curso é que ela poderá revestir-se de conotação revolucionária. Podemos assim, concluir que a pequena-burguesia, dada as condições do seu insulamento estrutural e dado o teor das suas relações de

---

145 *Cadernos UEE-SP.*

146 *Crítica do Movimento Universidade Crítica à resposta da carta-programa da chapa Unidade e Luta de dezembro de 1970.* Documento pesquisado no AEL no Fundo Brasil Nunca Mais.

dependência com as camadas dominantes, não pode formular qualquer reivindicação global que lhe seja própria enquanto classe.<sup>147</sup>

Com base nos documentos estudantis, especialmente aqueles ligados ao trotskismo, observamos que as análises conjunturais remetiam à dominação imperialista no País e também na universidade. Nesse contexto, o ME deveria ser pensado como um movimento de massas e a luta específica, a luta contra a PEG, ganharia contornos de uma luta antiimperialista. Portanto, os estudantes deveriam assumir a estratégia de transformação social própria dos trabalhadores. Apesar da luta específica marcar o início da luta do ME contra a ditadura havia uma preocupação por parte das tendências de que o ME não transcendesse esta luta, ficando restrito aos muros da universidade e às reivindicações pequeno-burguesas<sup>148</sup>. É por isso que o embate entre luta específica e luta geral ocasionou várias divergências entre os grupos políticos, pois a luta específica deveria ultrapassar o viés meramente reivindicativo e adotar uma postura verdadeiramente revolucionária que era a transformação da sociedade. O ME tinha que ser considerado em âmbito global, entendendo que a luta específica era um dos meios de se lutar contra a ditadura, e internacional, colocando-se no contexto de lutas pela revolução socialista, considerando a luta de todos os povos. Podemos dizer que, este caráter internacional do ME era devido às tendências trotskistas que se pautavam na idéia da revolução socialista internacionalista.

Por meio da constatação dos vínculos entre universidade e sociedade é que a luta estudantil poderia ultrapassar os muros da universidade, fazendo uma conexão entre as condições de ensino e as condições de vida da população, entendendo que uma é conseqüência da outra, pois um ensino de qualidade só pode ser conseguido com uma política governamental desejosa disso. A PEG enquanto instrumento imperialista que age contra a universidade e os interesses dos estudantes direciona a educação para realização dos objetivos postos pelo regime militar e pelo capitalismo. Os estudantes deveriam lutar contra a PEG, almejando o fim do regime de exceção e conscientizando a população, principalmente a classe operária, de que somente a revolução pode mudar radicalmente a estrutura social.

A luta contra a PEG esboça as duas principais funções do ME: a de apoio à luta operária e a de aglutinador da pequena-burguesia. Nesta luta encontram-se as contradições que farão o ME se mobilizar. A transformação da Universidade em fundações particulares, o ensino pago e a tecnização do ensino darão respaldo a esta luta. A grande quantidade de técnicos formados pelas universidades as oportunidades de emprego serão poucas e o salário baixo. Estarão aí as contradições que mobilizarão o ME, e elas têm caráter diferente da primeira. Estão

---

147 *Cadernos UEE-SP.*

148 *ME – Estratégia e Tática, s/d, s/a.* Documento pesquisado no AEL no Fundo Brasil Nunca Mais.

muito mais ligadas ao salário, e a todo sistema produtivo, conseqüentemente, o que criará muito mais condições para um encaminhamento de luta com conteúdo socialista muito mais destacado do que hoje é possível. O caráter ditatorial das medidas não desaparecerá em todo esse processo o que nunca eliminará o conteúdo democrático dessas lutas.<sup>149</sup>

A transformação da sociedade que vivia sob um regime autoritário era pensada em termos democráticos, ou seja, apesar da revolução socialista estar presente nos documentos e discursos estudantis foi a luta pela democracia que ganhou espaço nos anos 70. Isto porque a derrubada da ditadura passou a ser arquitetada pelas frações da burguesia e pela pequena-burguesia que antes haviam apoiado o golpe militar e a política do governo. Obviamente o discurso sobre a revolução socialista não agradava a estes setores sociais. As frações descontentes da burguesia não pretendiam que o proletariado chegasse ao poder e não apoiavam suas reivindicações. A parcela da pequena-burguesia que pedia para o lado da burguesia considerava que a democratização poderia trazer-lhe “ascensão social” visto que a crise da ditadura militar colocava obstáculos a esta ascensão. Levando-se em conta toda mobilização das camadas médias pela democratização e a urgência da unificação entre as lutas pelo fim da ditadura, a luta pela democracia mostrou-se mais eficaz para este objetivo e, por conseguinte, foi amplamente apoiada por toda população.

A universidade estava inserida neste contexto de luta por democratização. Esta bandeira foi levantada pelas tendências que entendiam a democratização da universidade em termos de autonomia universitária, eleições diretas para reitor e diretor com ampla participação de funcionários, alunos e professores, e com relação ao ensino gratuito, de qualidade e acessível a toda população. O processo de democratização da universidade pensado sob a ótica deste último ponto expõe a necessidade de transformação da universidade numa instituição desconectada da ideologia da classe dominante. Nestes termos, o ensino seria fundamentado em novos padrões que excluiriam a formação bacharelesca advinda da Universidade Arcaica e a lógica do capital humano proposta pela Universidade de tipo empresarial.

José Oliveira Arapiraca (1982) ao analisar a ajuda financeira no campo da educação ao Brasil pelos EUA através dos Acordos MEC-USAID, discute o conceito de capital humano inserindo-o na avaliação das pretensões desta ajuda e dos caminhos que seriam traçados para a educação. Capital humano seriam as propriedades desenvolvidas por cada indivíduo através da sua qualificação; seria um investimento que se aplica ao indivíduo a partir da educação com vista ao aumento de sua produtividade enquanto futuro trabalhador. Vista por este ângulo, a educação no sistema capitalista reflete a estrutura de classes característica deste tipo de regime político e que se perpetua através da escola e da universidade. Ao contrário do que se propaga quando se afirma por

---

149 *Anteprojeto para discussão nos Grupos de Trabalho, de 10 de junho de 1969 – Coordenação Geral dos GTs de Filosofia.* Documento pesquisado no Cedem no Fundo Movimento Estudantil.



um discurso democrático de que todos devem ter acesso à educação por uma questão de igualdade perante à lei, no capitalismo a educação é utilizada para transformar os indivíduos em força produtiva, dando continuidade à divisão da sociedade em classes, não correspondendo à visão da classe pequeno-burguesa que concebe a educação como um meio de “ascensão social”.

A educação na teoria do capital humano não é tomada no sentido da promoção do desenvolvimento integral do cidadão e como tal, um bem de natureza ético-social, mas do ponto de vista do indivíduo e da análise econômica, como investimento capaz de produzir renda futura ou capital, posto que trata de grandezas definidas estatisticamente da perspectiva da instrução e do treinamento ou propriamente do sentido estrito da educação individual. (ARAPIRACA, 1982 p. 46).

No capitalismo, a função social da educação modifica-se a partir do momento em que ela não é desenvolvida com o objetivo de formar cidadãos conscientes, educados e preparados para exercer seus direitos e deveres enquanto pertencentes a uma sociedade democrática e com capacidade crítica sobre a realidade que o constituem como cidadãos. Os estudantes percebem esta modificação do papel da educação quando avaliam a situação da universidade e dos projetos educacionais que a envolvem. A castração da liberdade ultrapassa a questão política do campo das idéias ditas subversivas e adentra as salas de aula, interferindo no conhecimento que é transmitido ali, para legitimar esta função que a educação adquire e que é a de maior interesse para o sistema.

[...] a função da educação nos seus aspectos formais, em relação ao processo produtivo, não é objetiva e explicitamente, formar o mais qualificado trabalhador, mas instrumentalizá-lo ideologicamente para manter e reproduzir o modo de produção da propriedade privada dos meios de produção. (ARAPIRACA, 1982 p. 59)

A educação proporciona o aspecto formador da preparação do trabalhador, capacitando-o diante da necessidade que tem de vender sua força de trabalho. “Para o indivíduo, a educação funciona tão somente como requisito inicial de entrada para o trabalho.” (ARAPIRACA, 1982 p. 70). Para os estudantes, o regime militar respaldava este significado da educação quando interferia no funcionamento institucional da universidade, não reconhecendo as entidades de representação estudantil por onde os estudantes atuavam politicamente. Os estudantes consideravam que a universidade era um campo de atuação política, não apenas uma instituição de ensino superior. A ditadura aliada à política econômica gerida pelo capital estrangeiro e com apoio da burguesia nacional implantou um sistema escolar conservador, elitista e alienante baseado nos moldes norte-americanos para as comunidades periféricas. As minorias seriam incentivadas a entrar na universidade, porém o papel fundamental desta seria apenas reproduzir a cultura da classe dominante, não propiciando a ascensão social destas minorias.

Nesse sentido, o projeto estudantil de democratização da universidade criticava esta política do governo, propondo uma real democratização do ensino no qual a universidade assumiria um papel diverso, tendo uma postura crítica e de engajamento com a sociedade. A universidade teria que ser pensada sob uma nova ótica que visasse sua inclusão entre setores da classe operária, principalmente porque a vanguarda intelectual estava presente na universidade e caberia a ela “educar as massas”. Pensar a democratização da universidade era criar um projeto de transformação social partindo do pressuposto de que a educação é emancipadora. Mas a universidade só assumiria este caráter num outro tipo de sociedade, isto é, no socialismo. O trecho a seguir retirado do documento da tendência Refazendo para as eleições do CAASO-USP de 1977<sup>150</sup> explicitava esta discussão reafirmando a concepção de universidade para os estudantes enquanto um canal transmissor da cultura burguesa.

A Universidade numa sociedade de economia capitalista desempenha um papel de fundamental importância. Desenvolve a tecnologia e cria o conhecimento necessário para o incremento das indústrias e dos capitais. É óbvio que a apropriação de toda essa produção intelectual é feita pelos donos das grandes indústrias e não por todos aqueles que a produzem. Por outro lado, a Universidade também desempenha o papel de transmissora das idéias e das relações sociais impostas pela classe dominante, a burguesia. A relação professor-aluno, os critérios de avaliação, a organização administrativa e todas as outras relações sociais que se estabelecem no interior da Universidade estão baseadas nos mesmos padrões de comportamento que garantem a dominação burguesa sobre o restante da sociedade: a centralização das decisões, o autoritarismo, o individualismo, a competição, a elitização e hierarquização etc.

Marialice Foracchi em *A juventude na sociedade moderna (1972)* expõe sobre o papel da universidade e sobre o significado e a atuação do ME. A autora afirma que a contestação estudantil exerce-se sobre uma universidade que já se encontra parcialmente destruída, desfigurada nos seus propósitos. O princípio fundador da universidade enquanto instituição do saber letrado perdeu-se quando ela foi transformada numa instituição a serviço do capital. A autora afirma que

O importante, todavia, é reter a observação precedente de que a universidade não é destruída pela explosão estudantil, espécie de núcleo contraditório que ela gera e alimenta, mas desmembra-se sob o peso incontrolado dos compromissos estabelecidos pelo sistema. (FORACCHI, 1972 p. 116)

A autora sugere que a universidade considerada enquanto microcosmo da sociedade onde aparecem os conflitos sociais pode influenciar no andamento desta. Ou seja, assim como a universidade pode ser destruída ou repensada, a sociedade também pode. A autora afiança que a universidade deve ser preservada como ponto de ataque ao sistema: “Para que a universidade opere

---

150 Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

como ponto de ataque ela precisa, evidentemente, ser reestruturada. E reestruturada de modo a assegurar aos estudantes uma parcela considerável do poder de decisão. (FORACCHI, 1972 p. 116)”. Para o ME, uma Reforma Universitária daria condições para uma reformulação da universidade enquanto instituição do saber e de transmissão de conhecimento com fins estritamente ligados à formação do indivíduo enquanto cidadão, além de garantir maior autonomia estudantil ampliando a participação dos estudantes. Esta Reforma teria a proposição de ampliar o acesso à educação superior para a população em âmbito geral. Estas considerações do ME revelam que sua concepção de universidade se baseava na idealização da instituição como instrumento de superação de desigualdades, ou seja, ela proporcionaria uma oportunidade de igualdade intelectual entre todas as classes sociais.

Recusando legitimidade à universidade burguesa, o que se critica e se pretende atingir é a sociedade burguesa, tal como se manifesta culturalmente na instituição universitária. Registra-se que o ponto de ataque reside na conotação burguesa e capitalista e não sobre a validade da instituição enquanto portadora de conteúdos culturais. (FORACCHI, 1972 p. 117)

Sobre a questão da Reforma Universitária o documento *Cadernos da UEE-SP* menciona que “a idéia de reforma reflete apenas a impossibilidade estrutural de resolver as questões universitárias no plano que lhe dá origem, sendo assim, expressão elaborada de contradições que se objetivam como consciência abstrata de problemas”. Ou seja, a Reforma Universitária pode auxiliar no processo de democratização da universidade baseado no projeto das tendências políticas estudantis, mas a principal luta ainda continua sendo a transformação da sociedade pela revolução socialista.

A valorização da formação universitária constitui uma meta social e política das camadas ascendentes. A situação da instituição universitária, no conjunto da sociedade, dependerá, por conseguinte e em larga medida, da intensidade das pressões que tais camadas, através do ME, se revelarem capazes de exercer sobre o sistema de poder. Do mesmo modo, a transformação da universidade é pautada pelas necessidades peculiares à afirmação social dos setores emergentes e pelas perspectivas de acesso aos centros de decisões que tais setores tenham diante de si. Mas são critérios acadêmicos ou intelectuais que ditam a direção dos projetos de transformação da estrutura universitária e, sim, decisões de conjuntura sociopolítica que passam, necessariamente, pela mediação do Estado. (FORACCHI, 1972 p. 120)

A universidade assume-se como um objeto central de luta política onde são reproduzidas as relações sociais e, por isso, torna-se possível analisar de dentro da instituição a própria sociedade e o sistema vigente. A criação de uma nova cultura e de uma nova sociedade deve ser encaminhada pela universidade que é um espaço de discussão e crítica. A reconstrução das entidades configurou legitimidade a esta função política da universidade e, conseqüentemente, do

ME. A representação política através desses órgãos colocava os estudantes na posição de agente político no processo de democratização da universidade, e quiçá da sociedade, uma vez que fora da dela o agente transformador era a classe operária. A luta em torno da reconstrução das entidades esboçava esta feição de representação política dos estudantes, contribuindo para que os mesmos se sentissem enquanto parte integrante do processo de democratização da sociedade. Através das entidades, que se constituíam em centros de organização de discussão, os estudantes conceberam o enfrentamento com a estrutura burocrática da universidade.

A partir destes apontamentos verificamos que alguns documentos estudantis, principalmente os de orientação trotskista, extrapolavam em suas análises sobre as tarefas reservadas às entidades. O que queremos dizer é que as entidades assumiram um papel muito mais importante do que a representação dos estudantes. As entidades adquiriram características de partido uma vez que toda a organização estudantil era feita em torno delas. A conotação de partido conferida às entidades pode ser apontada como uma das causas para o esvaziamento das mesmas. Isto também era discutido nos documentos estudantis. É possível afirmar que, embora a reconstrução da UNE representasse um avanço imenso na unificação da luta estudantil, as inúmeras correntes políticas presentes na entidade acabaram por dificultar esta unificação. A pluralidade de formas de luta e ideais ajudou no distanciamento entre a vanguarda e a massa estudantil. As tendências Refazendo e Caminhando acompanhavam em seus documentos esta questão enfatizando que os grupos políticos deveriam se policiar para que fosse evitada a instrumentalização do ME e, conseqüentemente, o afastamento da massa estudantil. Liberdade e Luta discordava de que a unidade no ME era prejudicada por divergências políticas e argumentava que a variedade de ideais não gerava sectarismo entre os estudantes, sendo que todos tinham a liberdade de escolher as posições que mais lhe atraíam, configurando-se as entidades num espaço democrático. Para Liberdade e Luta, o afastamento entre a vanguarda e a massa estudantil tinha suas raízes na indefinição do papel das entidades que atuavam ora como sindicatos, ora como organismo político de caráter indefinível que apoiava a luta dos trabalhadores, mas que não atuavam de forma decisiva por melhores condições de ensino<sup>151</sup>. Libelu avaliava que as lutas estudantis deveriam ser lançadas de maneira específica, por exemplo, a luta por mais verbas colocava-se genericamente sendo necessário especificar-se o que faltava nas universidades que se exigiam mais verbas como as bibliotecas, o congelamento do preço do restaurante universitário etc. Para Libelu eram as formas de encaminhamento das lutas que causava o sectarismo, não a existência de vários grupos políticos

Novamente, as divergências entre as tendências ocupam espaço nesta análise, servindo também para a compreensão e o delineamento da práxis estudantil. Até agora foi observado de que

---

151 *Carta-programa de Liberdade e Luta para o CEGE, s/d*. Documento pesquisado no Cedem no Fundo Livraria Palavra.

maneira a universidade se colocava como um campo de atuação política para os estudantes e como o caráter de classe pequeno-burguês influenciava na formação da práxis estudantil. Ficou claro que para as tendências estudantis os estudantes deveriam assumir como forma de práxis a luta dos trabalhadores, sendo que algumas tendências davam maior ênfase a esta questão. Para finalizar o delineamento do significado da práxis estudantil resta analisar como se colocava a questão das manifestações culturais para os estudantes. Para as tendências a questão das manifestações culturais também resultou em discordâncias tanto sobre o seu significado quanto sobre as formas com que eram desenvolvidas. Entender o conteúdo político que as manifestações culturais receberam ainda nos anos 60 e que perdurou durante a década seguinte também auxilia na compreensão da práxis estudantil.

#### **4. As manifestações culturais como manifestações políticas**

Ao analisarmos o ambiente cultural dos anos 70 devemos considerar o aparecimento e as influências da indústria cultural. A indústria cultural ou cultura de massas caracterizou-se por um padrão de consumo orientado pelo fetichismo da mercadoria e pela propaganda consumista. Ortiz (1985) demonstra que entre 1964-1980 houve uma expansão dos bens culturais e de consumo duráveis que atingiu principalmente as camadas médias beneficiadas pelo “milagre econômico”. A televisão tornou-se um grande aliado da cultura de massas, pois através da propaganda era ditado um novo padrão de comportamento baseado no consumismo. As telenovelas são exemplo de como a indústria cultural se apropriou de toda forma de cultura que era veiculada por meio da televisão, ditando valores morais, estéticos e políticos, ajudando a construir individualidades baseadas em necessidades construídas e comportamentos tidos como sendo de uma sociedade desenvolvida. Também a música e o cinema sofreram ao terem que se adequar aos ditames da indústria cultural que tinha respaldo dos governos militares por meio da censura. A idéia de uma cultura nacional-popular que conscientizasse politicamente a população brasileira e que retratasse o que era o povo brasileiro, transmitida pelos movimentos culturais dos anos 60, se desfazia perante a cultura de massas<sup>152</sup>.

Ao mesmo tempo, via satélite, em cores e ao vivo, espalhavam-se partindo do eixo São Paulo-Rio os últimos ditames da moda, a coqueluche dos fliperamas e das discotecas, ao culto ao corpo e a valorização de padrões de beleza, a exaltação do individualismo e do consumismo. O *jeans*, que fora marca registrada da “juventude

---

152 Sobre s movimentos culturais nos anos 60 ver RIDENTI, M. *Em busca do Povo Brasileiro* – Rio de Janeiro: Record, 2000 e TOLENTINO, C. A. F. *A Dialética Rarefeita entre o Não Ser e o Ser Outro: Um Estudo sobre o Rural no Cinema Brasileiro*. Tese de Doutorado (Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1997.

transviada” nos anos 50, dos *hippies* e da “geração engajada” nos anos 60, nos 70 vinha com *griffes* e algo mais que o anúncio prometia: “liberdade é uma calça velha desbotada”. A padronização do “moderno” chegava ao auge no Brasil dos anos 70 em meio a flagrantes contrastes e desigualdades sociais, regionais, culturais. (HABERT, 1996 p. 71)

A indústria cultural também surtiu efeitos sobre a contracultura, principalmente através da moda. Cabelos e barba compridos, roupas despojadas e coloridas, foram sendo apropriados até serem transformados em algo do cotidiano. Aquilo que antes era visto como uma crítica radical ao sistema passou a fazer parte dele. A indústria cultural acabava com todo caráter radical e contestador dos movimentos contraculturais, atingindo principalmente os jovens.

A americanização da publicidade brasileira tem um papel fundamental na difusão dos padrões de consumo moderno e dos novos estilos de vida (...). Numa sociedade em que a grande maioria é constituída de pobres, passa a fabricar ininterruptamente falsas necessidades, promove uma corrida ao consumo que não acaba nunca, mantém o consumidor perpetuamente insatisfeito, intranquilo, ansioso. (MELLO & NOVAIS, 1998 p. 641)

Apesar deste ambiente regulado e pouco propício à crítica, as manifestações culturais ainda conservavam características contestadoras, ainda eram utilizadas como uma forma de conscientização política, por isso, a censura não descansava diante dos grupos musicais e de alguns cantores e artistas. Quando os movimentos culturais surgiram nos anos 60, como o CPC (Centro Popular de Cultura), o Cinema Novo, o Teatro de Arena, seu principal público era os jovens e estudantes que passaram a lutar contra a cultura de massas e contra a censura nos anos 70. No contexto de intensa repressão após o AI-5 era impossível continuar a realizar qualquer tipo de manifestação cultural aberta a toda população como fazia o CPC e o Teatro de Arena. A idéia da conscientização política através da arte permanecia para os jovens e estudantes que passaram a realizar manifestações culturais dentro da universidade.

O início da década de 1970 para os estudantes, do ponto de vista da mobilização estudantil, é fortemente marcado por manifestações culturais. Em vez de saírem às ruas em passeatas, os estudantes adotaram uma forma de manifestação política que privilegiava o espaço da universidade visto que ali a repressão os atingia de forma mais branda. Imbuídos pelos ideais de contracultura, os estudantes levavam para a universidade as discussões sobre a constituição conservadora da família, sobre as mulheres e o uso da pílula anticoncepcional, formulando uma crítica ao sistema vigente. A questão da miséria do povo brasileiro, da modernização conservadora no campo e do inchaço das grandes cidades, dos novos padrões de consumo adotados pelas novas classes médias também eram objeto de discussão. Estas questões eram encaminhadas pelos grupos políticos que atuavam clandestinamente no ME tentando reconduzi-lo à luta contra o regime militar.

Entretanto, reorganizar politicamente o ME não era uma tarefa fácil haja vista a intensificação da repressão sobre os movimentos de oposição. A massa estudantil se encontrava desagregada e retraída, precisando ser reeducada para luta. Segundo Pellicciotta (1997), devido à revisão pela qual passava a Esquerda na década de 1970, uma nova militância começou a ser discutida e se articulou em torno do teatro, da música e do cinema. Anteriormente, algumas manifestações culturais não eram bem aceitas por certos grupos políticos. A contracultura, por exemplo, era rejeitada como forma de contestação política visto que não tinha como propósito a revolução socialista, não considerava a classe operária como revolucionária. Além do mais, muitos grupos políticos também não aceitavam a modernização na música através do uso de guitarras elétricas, símbolo do estilo musical norte-americano. Apesar destes impasses em considerar as manifestações culturais como manifestações políticas, para a Esquerda, debilitada pelo insucesso da luta armada, não havia outra forma de contestação que se mostrasse mais adequada para o momento para o ME.

Neste contexto, portanto, o que ganha lugar é a articulação de uma perspectiva político-cultural de resistência que almeja criar novas formas de convívio e solidariedade avessas ao caráter técnico, competitivo e repressivo imposto pela estrutura administrativa, de forma que se multiplicam os jornais, os “happenings” e a vida das comissões de “entidade” que procuram intervir concretamente na remodelação imediata da vida acadêmica. (PELLICCIOTTA, 1997 p. 81)

As atividades culturais estudantis se davam através de cineclubes, peças de teatro, pequenos shows dentro das universidades e grupos de literatura. Conforme depoimentos de ex-estudantes colhidos pelo projeto Memória do Movimento Estudantil<sup>153</sup> e pelas entrevistas realizadas pela pesquisadora, com a censura que se efetivava pela ação de agentes do DOPS infiltrados nos campi, um amplo esquema de segurança era montado. Para driblar a censura, eram anunciados em cartazes sessões de filmes que eram permitidos pelo governo, mascarando o verdadeiro filme que iria ser passado. Durante estas atividades eram debatidos temas sobre política a fim de mostrar para os estudantes que a repressão atuava fora dali contra todos os que ousavam se organizar politicamente ou se rebelar contra o regime militar. Esta conscientização política era de extrema importância, pois muitos estudantes vinham do interior, de cidades afastadas dos grandes centros e mal sabiam o que ocorria. A ditadura militar montou um esquema de propaganda baseado no alto crescimento econômico proporcionado pelo “milagre” e na exaltação do Brasil como um país grande e belo, de natureza exuberante cujo povo é acolhedor e agradável, um país que deveria ser amado e que se mostrava como grande vencedor, principalmente após ter conquistado o campeonato mundial de futebol em 1970. Estas ilusões criadas por uma propaganda ufanista

---

153 Site [www.mme.org.br](http://www.mme.org.br)

disfarçavam a real situação do Brasil, saudando o regime militar como grande responsável pela qualidade de vida da população e pelo desenvolvimento do país.

As atividades culturais ao lado das atividades esportivas ajudavam a criar um espaço de convivência dentro da universidade, o que era bastante importante, pois ajudava a aproximar os estudantes.

A generalização das atividades cineclubistas, de grupos teatrais, políticos, literários e musicais não se presta apenas a povoar um espaço “vazio” de Universidade e território, mas a configurar discussões e experimentações “alternativas” de política – em um percurso que enriquece em muito as perspectivas e os procedimentos coletivos estudantis. (PELLICCIOTTA, 1997 p. 149)

Pellicciotta (1997) avalia que as manifestações culturais foram sendo incorporadas pelos grupos políticos que passaram a enxergá-las como manifestações com conteúdo político. Nos anos 70, a luta pela revolução socialista ficou em segundo plano uma vez que tanto a massa da população quanto aquela que seria a vanguarda intelectual não estavam preparadas para levá-la adiante. Portanto, qualquer manifestação tida como contestadora ou rebelde era vista como manifestação política que poderia ser utilizada em favor da luta contra o regime militar. Também os ideais de contracultura começaram a ser aceitos pelos grupos políticos, sendo o consumo de drogas e o comportamento hedonista de culto ao prazer considerados como formas de negação da sociedade e que se transformaram em práticas políticas alternativas.

Segundo Pellicciotta (1997), o espaço das entidades era o ponto de contato das concepções de política e cultura. A reconstrução das entidades objetivava unificar a luta estudantil e também os próprios estudantes. Por meio das atividades culturais e esportivas era colocada para os estudantes a importância da reconstrução do DCE para que fossem organizadas todas as atividades estudantis. Aos estudantes foi sendo passada a noção de que toda atividade estudantil poderia se tornar uma atividade política com a finalidade de conscientizar a massa estudantil. Nesse sentido, a reconstrução do DCE era posta como indispensável para concretizar a reorganização do ME.

Pellicciotta (1997) destaca que o teatro teve um papel político importante entre os estudantes, formando-se diversos grupos teatrais nas universidades como o Mambembe, o Ventoforte, o Teatro do Ornitorrinco e o Asdrúbal trouxe o Trombone.

Todas estas questões levantadas sobre as manifestações culturais foram acompanhadas e desenvolvidas pelas tendências. Os documentos estudantis de Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta contemplavam as manifestações culturais propondo programas de atividades e convocando os estudantes a participarem. Eram formadas comissões para cuidarem desses assuntos que ganhavam uma dimensão política considerável.



No âmbito das manifestações culturais também havia divergências entre as tendências. O diálogo com a contracultura era realizado por Refazendo, Caminhando e Liberdade e Luta. Segundo os depoimentos de ex-militantes, Refazendo e Caminhando priorizavam aquilo que chamavam de cultura popular, davam maior atenção aos artistas brasileiros, à música popular brasileira. Liberdade e Luta era tida como mais “moderninha”, seus militantes escutavam grupos internacionais como Led Zeppelin, Pink Floyd etc. Libelu era criticada pelas outras tendências por não dar atenção ao que era produzido no país, acusada de desprezar o nacional.

A atuação política dos estudantes por meio de manifestações culturais é também uma forma de práxis estudantil. No contexto de intensa repressão a saída encontrada pelos grupos políticos que atuavam no ME foi realizar atividades no território da universidade, pois era preciso reorganizar a massa estudantil e criar condições de se lutar contra a ditadura. A arte assumiu um caráter político porque era o meio pelo qual se deu a reeducação da massa estudantil, contribuindo para a reorganização do ME. Também às festas e campeonatos esportivos pode-se atribuir um caráter político, pois promoviam a convivência e a troca de idéias entre os estudantes, constituindo-se numa forma alternativa de prática política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As particularidades que a década de 1970 dispõe do ponto de vista político e social devem ser analisadas partindo-se dos acontecimentos do final dos anos 60. A década anterior marcou um período de grandes manifestações sociais no Brasil e em todo mundo. O ano de 1968 foi o ápice para estas manifestações, destacando-se os movimentos de jovens e estudantes. A crítica presente nestes movimentos referia-se ao conservadorismo existente nas relações sociais, à sociedade capitalista moderna e aos rumos que a política seguia. Pode-se dizer que as manifestações ocorridas neste ano pretendiam uma revolução política e comportamental, pois lutava-se pela transformação da sociedade requerendo maior liberdade de expressão e de conduta e novas formas de se fazer política. Nesse período se destacaram os movimentos das minorias sociais que incluíam negros, homossexuais, mulheres, entre outros. Os ideais que nortearam os acontecimentos de 1968 eram ligados ao foquismo, ao maoísmo e à contracultura. A luta armada passou a ser considerada como o único meio de se encaminhar a revolução. O ME brasileiro e as organizações da Nova Esquerda optaram pelo viés armado no combate à ditadura militar.

A década de 1970 se inicia guardando os resquícios das lutas travadas em 1968, principalmente a luta armada. Porém, as organizações que sobreviveram à repressão passaram por um processo de revisão nos primeiros anos da década e a luta armada foi descartada como tática política. Uma nova prática política começou a ser delineada para os anos 70. Novos autores começaram a aparecer na Academia como Gramsci, Lukács, Althusser, Sigmund Freud, Michel Foucault, Gilles Deleuze, passando a influenciar a formação e o pensamento dos estudantes. Novas questões foram sendo incorporadas pelo ME baseadas na valorização do cotidiano, do indivíduo, na ênfase às questões democráticas. A geração de estudantes dos anos 70 vivenciou um contexto político de grande censura e opressão e para tentar atuar politicamente neste cenário foi preciso rever as formas e estratégias de luta.

A análise da consciência estudantil foi realizada pelas tendências políticas tendo como base as definições sobre a consciência de classe da pequena-burguesia. Ou seja, o potencial revolucionário dos estudantes poderia ser desenvolvido por meio da conscientização dos problemas da sociedade, fazendo-os perceber que somente a luta da classe operária pode transformar a realidade social. Esta preocupação em elevar o grau de consciência dos estudantes advinha do próprio momento histórico que trazia referências teóricas que exaltavam a questão da subjetividade, podendo-se a partir disso formular novas formas de luta.

A análise da literatura sobre o contexto político e cultural dos anos 70, bem como sobre o ME e a juventude moderna, nos permite depreender que tanto a intensa repressão quanto o fortalecimento das reivindicações pelas liberdades democráticas formaram um movimento político diferente do ocorrido nos anos 60. Aos estudantes restava atuar dentro do espaço das universidades e, à primeira vista, isto representou um momento de refluxo nas manifestações contra o regime militar uma vez que a atuação dos estudantes era restrita. A partir de 1975 se deu um movimento de recuperação e ascensão da mobilização estudantil que perdurou até o ano de 1979 com a reconstrução da UNE. Passado a agitação em torno do XXXI Congresso da UNE, a mobilização estudantil declinou novamente.

As tendências políticas influenciaram positivamente na reorganização do ME paulista e nacional. As ações estudantis foram fortemente marcadas pelas concepções destas tendências e a universidade consagrou-se como o centro da luta estudantil. Isto é, a luta específica foi colocada como o meio por onde se daria a politização da massa dos estudantes. Ao mesmo tempo em que as tendências nortearam a reorganização do ME, elas também contribuíram para o afastamento entre vanguarda e massa estudantil propiciando o refluxo do movimento. Isso é perceptível quando analisamos as divergências entre as tendências e o reflexo que estas causavam na mobilização estudantil.

Além das divergências entre os grupos políticos sobre as formas de luta para o ME, outro fator responsável pelo início de desmobilização do movimento em fins de 1979 foi o fortalecimento dos movimentos sociais das camadas médias e do movimento operário. O movimento pela anistia e pelas liberdades democráticas passou a ser dirigido por esses movimentos. Os estudantes que eram militantes das tendências seguiram fazendo parte destes movimentos, sendo que ao ME ficou reservada a luta pelas questões referentes à Universidade. Mais do que nunca a luta estudantil se pautava pela luta específica. Os estudantes mais radicais e que estavam saindo da universidade já começavam a cumprir sua função política de “intelectuais de massa” junto ao movimento operário. A luta pela democratização estava sendo encaminhada pelo movimento operário e pelas camadas intermediárias. Os estudantes participaram do movimento das Diretas Já! na década de 80, porém, o cenário político era dominado por outros movimentos sociais.

Embora a luta específica fosse vista como o meio pelo qual se daria a reorganização e a conscientização política dos estudantes, no final da década de 70, isto já não era percebido. Ainda que houvesse discussões acerca do papel da “universidade de massas” e da educação superior no sistema capitalista, as lutas específicas não ultrapassaram sua conotação pequeno-burguesa como pretendiam as tendências. A reconstrução da UNE também repercutiu menos do que se esperava entre os estudantes. Houve uma grande euforia porque a entidade havia voltado, mas esta agitação não continuou.

Em resumo, a luta estudantil nos anos 70 contribuiu para que o regime militar enfraquecesse diante das denúncias das prisões, das torturas e das mazelas da política governamental e para que os próprios estudantes entendessem o seu papel revolucionário. Este consistia em atuar como força auxiliar junto à classe revolucionária, “abrindo o caminho” para que o movimento operário pudesse tomar a frente nas manifestações públicas. Com base nisso, entendemos que o aparente recuo da mobilização estudantil iniciado em 1979 se deve ao fortalecimento dos demais movimentos sociais que ocuparam o cenário político e às divergências entre as tendências responsáveis pelo afastamento da massa estudantil.

As formas de luta da geração de jovens e estudantes dos anos 70 diferenciam-se das formas de luta da geração de 68 que optou pela luta armada porque esta se apresentava como uma prática política alternativa. Nos anos 70, as práticas políticas alternativas se reconfiguraram na forma das manifestações culturais. Os ritmos musicais do tropicalismo e do *punk-rock*, por exemplo, criticavam a sociedade e expressavam a rebeldia de uma geração de jovens que encontrou no consumo de drogas e nos ideais contraculturais de busca do prazer e culto ao corpo uma forma de combater e de negar a ordem vigente. Isto era considerado como prática política alternativa, pois diferenciava-se da prática política partidária, além de ser uma das únicas formas de manifestação possíveis no contexto de intensa repressão. A adoção destas práticas políticas alternativas também pode ser apontada como uma das causas para o afastamento entre vanguarda e massa estudantil, pois havia uma contestação às práticas políticas partidárias, ditas tradicionais. A própria luta pela democratização tornou-se uma prática política alternativa visto que o cenário político não era favorável à luta pela revolução socialista.

Para o ME, a luta pela democratização da Universidade era conseqüente à luta pela democratização da sociedade, ainda que isto significasse apenas uma etapa no encaminhamento do processo revolucionário. No entanto, as reivindicações específicas não ultrapassaram sua conotação reformista, demonstrando que o caráter pequeno-burguês do ME não seria superado com a luta específica. Assim como, a democratização da Universidade, baseada em lutas de caráter pequeno-burguês, não emancipou os estudantes, a luta pela democracia também não causou uma transformação profunda na sociedade, predominando a ideologia e as reivindicações da classe dominante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Valdir; RAMPINELLI, Waldir José; RODRIGUES, Gilmar. (orgs.) *Universidade: a democracia ameaçada*. São Paulo: Xamã, 2005.
- ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria social do capital humano*. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- BRANDÃO, Antonio Carlos.; DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos Culturais da Juventude* – São Paulo: Moderna, 1990.
- CANCIAN, Renato. *Movimento Estudantil e Repressão Política: o Ato Público na Pontifícia universidade Católica de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. Tese de Doutorado (Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos - Ufscar, São Carlos, 2008.
- CARDOSO, Irene. USP, 70 anos: comemorações e contra-comemorações. In: *Revista Adusp*, nº 33, out. 2004.
- CASTAÑEDA, Jorge G. *Utopia Desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana* – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CAVALARI, Rosa Maria Feitero. *Os limites do Movimento Estudantil (1964/80)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas-SP, 1987.
- CHRISPINIANO, José; FIGUEIREDO, Cecília. A ECA é principal foco de agitação da USP. In: *Revista Adusp*, nº 33, out. 2004.
- DUARTE Adriano L.; RAMPINELLI, Waldir José. Universidade, sociedade e política: algumas considerações sobre a relação entre público e privado em tempos de barbárie. In: *Universidade: a democracia ameaçada*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 29-50.
- FERNANDES, Florestan. *A Questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Universidade Brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa Ômega, 1975.
- FERREIRA, Jorge; NEVES DELGADO, Lucília de Almeida (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_, *Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FORACCHI, Marialice. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

\_\_\_\_\_. *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo, Pioneira/Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

GADOTTI, Moacir. Prefácio. In: ARAPIRACA, J. O. *A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria social do capital humano*. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GROPPO, Luís Antonio. *Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960*. Campinas, 2000. 701 f. Tese de Doutorado (Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

GUERRILHA DO ARAGUAIA (1972-1982). São Paulo: 2ª edição. Editora Anita Garibaldi, 1982.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. – São Paulo: 3ª Ed.: Editora Ática, 1996.

HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini.: *Política e Universidade: a consciência estudantil – 1964/1979*. Dissertação de mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCAR. São Carlos-SP. 1986.

HOBSBAWN, Eric. Os anos 60. In: *Revista Espaço Acadêmico*. nº 84, ano 7, maio/2008.

(Da autobiografia *Tempos Interessantes: uma Vida no Século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.274-282). Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/084/84hobsbawm.htm> Acesso em: 04.04.2009

LAFÓRGIA, Reynaldo. *Dezembro Sangrento: a chacina da Lapa*. – Campinas, SP: Pontes, 1988.

MACIEL, David. *A Argamassa da Ordem: da ditadura militar à Nova República (1974-1985)* – São Paulo: Xamã, 2004.

MARTINS FILHO, João Roberto. O Movimento Estudantil na conjuntura do golpe. In. TOLEDO, C N de (org.). *1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. – Cap. VI., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 75-82.

MEDIAÇÕES – REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Publicação do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências humanas, Universidade Estadual de Londrina – Vol. 12, n.2 (jul/dez. 2007).

MEDIAÇÕES – REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Publicação do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências humanas, Universidade Estadual de Londrina – Vol. 13, n. 1-2 (jan/jun e jul/dez. 2008).

MEDINA, Cremilda. *1968-1988: nos passos da rebeldia* – São Paulo: CJE/ECA/USP, 1989.

- MORAIS, Taís; SILVA, Ermano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. – São Paulo: 2ª Ed., Geração Editorial, 2005.
- MOTTA, R. P. S. *Em Guerra Contra o “Perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. – São Paulo: Perspectiva: FAPESP/2002.
- MOURA, Milce Ferreira de. *A Questão Democrática no contexto da crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB): 1979-1987*. Marília, 2005. 191f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília, 2005.
- NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lília Mortiz (orgs.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4 – São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- NOVAIS, Fernando.; MELLO, João Manuel Cardoso de. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4. Cap. 9. – São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 559-659.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. – São Paulo: Brasiliense, 1985.
- OURIQUES, Nildo. Entre Córdoba e Washington: a disputa pela Reforma Universitária na América Latina. In: *Universidade: a democracia ameaçada*. São Paulo: Xamã, 2005, p. 171-184.
- PELLICCIOTTA, Mirza. *Uma aventura política: as movimentações estudantis da década de 70*. Dissertação de mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas-SP, 1997.
- PEREIRA, Mateus Camargo. *Tecendo A Manhã: história do Diretório Central dos Estudantes da Unicamp (1974/1982)*. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação da Unicamp. Campinas, 2006.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_, *Poder político e classes sociais* – 2ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou ao Encontro: os comunistas no Brasil*. 2ª ed., São Paulo - SP: Editora Brasiliense, 1990.
- ROSZAK, Theodor. *A contracultura*. 2ª Ed.; Petrópolis: Vozes, 1972.
- SANTANA, Flávia de Angelis. *Atuação política do Movimento Estudantil no Brasil: 1964-1984*. Dissertação de Mestrado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2007.
- SANTOS, Jordana de Souza. *Unidade e diversidade no Movimento Estudantil: a heterogeneidade das esquerdas dentro da UNE (1964-1974)*. Marília, 2006. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1974-1975). In: FERREIRA, J; NEVES DELGADO, L. de A. (orgs.). *Brasil Republicano: o tempo da ditadura*. Vol. 4. Cap. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Mário A. M da. *Os escritores da Guerrilha Urbana: literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. - São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

SILVA, Vanderli Maria da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1078)*. Dissertação de Mestrado (Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – USP, 2001.

TEZINI, Julian Caetano Vaccari. O Movimento Estudantil em 1977 e a Atuação Política da Revista Veja. In: *Revista Tempos Históricos*. Vol. 10, 2007, p. 171-205. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/issue/view/26/showToc> Acesso em: 22.11.2009

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol I – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *1964: Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo*. – Cap. III., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 31-46.

TOLENTINO, Célia. *O rural no Cinema Brasileiro*.-São Paulo: Editora Unesp, 2001.

VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

## **OUTRAS FONTES**

Projeto Memória do Movimento Estudantil ([www.mme.org.br](http://www.mme.org.br))

Fundação Perseu Abramo ([www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br))

## **DOCUMENTOS ESTUDANTIS:**

**Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) – Unicamp – Fundo Brasil Nunca Mais.**

A Reforma Universitária é uma Revolução Cultural (UEE-SP) – s/d

Avante – Direito/USP (maio de 1969)

Crítica do Movimento Universidade Crítica à resposta da carta-programa da chapa Unidade e Luta (dez/1970)

Estudante e Sociedade – Cadernos UEE-SP por Marialice Foracchi – s/d

Informe sobre o curso nacional para militantes vinculados ao trabalho de massas estudantil, 1968, s/a.

Jornal Manifesto (estudantes socialistas do Grande Rio – abril/1977)

ME – Estratégia e Tática - s/d, s/a

Política Educacional e Ensino Pago no Brasil – s/d, s/a

Proposta de carta política para UEE-SP (talvez 1979)



Resposta da Carta Programa da Chapa Unidade e Luta (set/1970)

Uma tática para o Movimento Estudantil (UEE-SP/ abril – 1973)

**Centro de Documentação da Unesp (Cedem) – Fundo Livraria Palavra, Centro Mário Pedrosa (Cemap) e Fundo Movimento Estudantil**

A importância dos Encontros Nacionais de Estudantes na reorganização do ME (agosto/1976) - Mobilização

Anteprojeto para discussão nos Grupos de Trabalho (10 de junho de 1969 – Coordenação Geral dos GTs de Filosofia)

Boletim DCE-LIVRE PUC-SP (junho/1977)

Boletim DCE-livre PUC-SP (agosto/1977)

Boletim DCE-livre PUC-SP (setembro/1977)

4º Boletim DCE-Livre da USP (outubro/1976): Eleições Municipais e Encontro Nacional de Estudantes

Boletim Viração (agosto/1977)

Carta aberta à população (1977)

Carta-Programa para o DCE-Livre da USP (maio/1976) – Caminhando

Carta-Programa para o Grêmio da Poli (1976) – Liberdade e Luta

Carta-Programa para o DCE-Livre da USP (1977) - Caminhando

Carta-Programa para o CA de Biologia - Trabalho (Libelu, Argumento e Grupo de Alunos) – talvez 1977-78

Carta-Programa para o CEGE, s/d. – Liberdade e Luta

Carta-Programa para o Ceupes 77/78 - Refazendo

Carta-Programa “Trabalho” para o CEUPES (Libelu, Mobilização e Novo Rumo – 1977/1978)

Carta-Programa para o DCE-Livre da USP (1978) - Liberdade de Luta

Carta-Programa Liberdade de Luta para o DCE (1979-1980)

Chapa Construção para a UEE-SP (1978) – Refazendo

Comissão Pró-DCE-livre da PUC-SP (março/1977)

Contribuição para as discussões dos GTs da USP (1969)

Esta vez é pra valer! Nem todos os gatos são pardos! s/d – Liberdade e Luta

Em defesa da democracia interna (1976) – Liberdade e Luta

Encarte Economia. Nº2 (setembro/1976) – Liberdade e Luta

Faca Amolada – Carta Programa – CEUPES (76/77) – Refazendo

Folha de São Paulo (11 de maio de 1977)

Folha de São Paulo (7 de junho de 1977)

Grupo Refazendo – carta programa Eleições Caaso (out/1976)  
Grupo Refazendo – Gestão CAASO – carta-programa (1977-78)  
Jornal Combate (1970-71)  
Jornal de Brasília (20 de maio de 1977)  
Jornal do DCE (Nov. 76) – Refazendo  
Jornal do DCE, nº 1, (1979) – Liberdade e Luta  
Jornal do DCE, nº 2, (1979) – Liberdade e Luta  
Jornal do DCE, nº 4, (dez/1979) – Liberdade e Luta  
Liberdade e Luta/UEE-SP (1978)  
Liberdade e Luta para o DCE (talvez 1978-79)  
Mobilização/USP (1978)  
Movimento, Travessia, Resistência, Vento Novo (1978/79)  
Nossas lutas (1978) – Liberdade e Luta  
Palavra de Ordem (setembro/1978) – Liberdade e Luta  
Palavra de Ordem (1978) – Liberdade e Luta  
Plataforma Construção (julho/1975) – Refazendo  
Plataforma para o DCE-USP (1977-78) - Refazendo  
Plataforma Liberdade e Luta para o DCE-Livre da USP (1976)  
Proposta para o III ENE (s/d) - Refazendo  
Refazendo - Chapa para o Cefisma (CA de Física e Matemática) Caminhando contra o Vento (1976)  
Refazendo - Chapa para o Cefisma (CA de Física e Matemática) Caminhando contra o Vento (1976/77)  
Refazendo UEE-SP (1978)  
Revista Isto é, 11 de maio de 1977  
Revista Isto é, 22 de junho de 1977  
Revista Isto é, 31 de agosto de 1977  
Revista Isto é, 17 de outubro de 1979  
Revista Isto é, 24 de outubro de 1979  
Revista Veja, 11 de outubro de 1978  
Revista Veja, 23 de maio de 1979  
Sobre a reorganização do ME (agosto de 1976)  
Sobre as eleições de 15 de novembro (outubro/1976) – Caminhando  
UEE: Em quem votar? (1978) – Travessia, Movimento e Resistência  
Viramundo (março/1979)  
Viramundo (maio/1979)

Vitória! (outubro/1979) – Liberdade e Luta

## **ENTREVISTAS**

**Aldo Rebelo:** aluno do curso de Direito da Universidade Federal de Alagoas em 1975. Presidente da UNE em 1980. Atualmente, exerce o cargo de deputado federal. Entrevista: 26/08/2009

**Célia Aparecida Ferreira Tolentino:** aluna do curso de Ciências Sociais da Unesp, campus Marília, em 1981. Atualmente, é docente da Unesp, campus Marília. Entrevista: 08/09/2009

**Maria Cristina Paniago:** aluna do curso de Ciências Econômicas da PUC-SP em 1975. Atualmente, é docente da Universidade Federal de Alagoas. Entrevista: 21/08/2009

**Mário Martins:** aluno do curso de Ciências Sociais da PUC-SP em 1973. Atualmente, é funcionário do Arquivo Edgar Leuenroth na Unicamp. Entrevista: 22/04/2009

**José Arbex Jr:** aluno do curso de Jornalismo na ECA-USP em 1975. Atualmente, é professor da PUC-SP. Entrevista: 02/03/2010

**Josué Pereira da Silva:** aluno do curso de Ciências Econômicas na FEA-USP. Atualmente, é professor na Unicamp. Entrevista: 09/06/2010